

No dia 14 de Fevereiro de 1964, pelas 11 horas, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do senhor Dr. Carlos Barbosa, com a presença dos vogais que assinam esta acta, do Delegado do governo, senhor Dr. António Lucas Pinheiro Torres e dos presentes senhores Engenheiros Luandede Fialho e Paulo de Barros.

Ordem do Dia

1- Acta da Sessão Anterior

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2- Informações Diversas

a) As disponibilidades em Caixa atingem neste momento 34 milhões de escudos incluindo-se 20 milhões depositados a prazo para garantir o financiamento à Empresa Industrial do Tróvão.

b) A Sociedade de Industrias Têxteis do Norte SITENOR foi autorizada a elevar o seu capital de 1.000.000\$00 para 80.000.000\$00.

(D.G. Nº 16 - 3ª Série - 20/1/1964)

c) A Companhia de Seguros "A Sora" foi autorizada a elevar o seu capital de 5.000.000\$00 para 10.000.000\$00.

(D.G. Nº 22 - 3ª Série - 27/1/1964)

d) A Companhia Universal de Seguros e Resseguros foi autorizada a elevar o seu capital de 5.000.000\$00 para 7.000.000\$00.

(D.G. Nº 16 - 3ª Série - 20/1/1964)

3- Relatórios, Balanços e Outras Relações ao Exercício de 1963

O Conselho tomou conhecimento do Balanço de 31 de Dezembro de 1963 e da conta de Resultados finais do exercício findo.

Depois de realizada a apreciação e discussão dos documentos, o Conselho aprovou o seu relatório anual que, assinado pelo senhor Presidente, deverá ser submetido juntamente com o Balanço e Resultados finais do exercício à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, a convocar para o dia 16 de Março, p.m. às 10 horas e 30 minutos.

Verifica-se que a conta de Resultados depois de cumprido o disposto no Nº 2 do artigo 12 do Estatuto, acusa um saldo de 36.206.123\$49 para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2.500.000\$00
------------------------	---------------

Dividendo a distribuir	30.000.000\$00
------------------------	----------------

Participação a todo o pessoal (9% s/o dividendo)	2.500.000\$00
---	---------------

Para o novo exercício	1.006.123\$49
-----------------------	---------------

	36.206.123\$49
--	----------------

Seguidamente o senhor Dr. Carlos Barbosa afirmou que o Relatório constitui um trabalho que honra a empresa pela maneira como está elaborado, acrescentando que uma vez mais se verifica a alta competência da gerência da empresa e propôs que fique consignado em acta um voto de louvor aos gerentes, juntamente com a expressão do reconhecimento da Administração.

O Senhor D. Victor Thourie associou-se às palavras do Senhor Presidente, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o voto proposto.

— 4 - Produção e Venda de Energia no mês de Janeiro

Foi apresentado ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

— 5 - Contratos e Clientes

a) Em 1960 foi publicado um despacho do ministro da Economia de então, Senhor Infante Ferreira Dias, com validade até 31 de Dezembro do passado ano, fixando as novas tarifas de venda de energia da Companhia Nacional de Electricidade.

Foi definida uma tarifa bruta e determinado que a partir da data desse despacho a energia passasse a ser facturada nas novas condições, quer existissem ou não contratos.

A Câmara Municipal do Porto, que até então pagava por uma tarifa sem encargos de porta, não se conformou com a doutrina contida em despacho e recorreu para Tribunal Administrativo pedindo a sua anulação.

A questão foi julgada em princípios de 1964, tendo sido dado provimento ao recurso interposto pela Câmara do Porto, considerando que o despacho não podia alterar as condições vigentes, livremente acordadas entre as partes.

A U.E.P. foi chamada ao recurso como parte interessada e ao apresentar as suas alegações teve o cuidado de afirmar que, se fosse dado provimento ao recurso, teria de ser considerada a sua posição perante a C.N.E., visto que como compradora de energia, estava em posição igual à da Câmara Municipal do Porto.

A C.N.E. e a U.E.P. ficarão assim obrigadas a fornecer a uma restituição de uns milhares de contos à Câmara Municipal do Porto, mas por sua vez a U.E.P. terá o direito de receber da C.N.E. uma quantia que vem a ser da mesma ordem de grandeza daquela que terá de pagar à Câmara Municipal do Porto.

Por estes motivos não interessa muito à U.E.P. recorrer da sentença afora dada, mas contudo, se a C.N.E. usar o direito de recurso, a U.E.P. deverá acompanhá-la.

Fundado e dispendido o assunto o Conselho deu poderes à comissão para seguir a orientação que mais couber, em face de todas as circunstâncias informadoras do assunto.

b) Depois de demoradas negociações com a Direcção geral dos Serviços Electricos, em obediência à política já anteriormente aprovada pelo Conselho, chegou-se a um acordo de princípio quanto às condições base que devem informar os novos cadernos de encargos das concessões de baixa tensão nos concelhos de Almada, Alcorbal, Palmela, Seixal e Setúbal.

Quanto aos contratos vigentes terminem em 1964 pensa-se que poderão ser substituídos por outros antes do seu termo.

Das novas tarifas interessa referir a doméstica e a de iluminação pública por serem aquelas que abrangem maior volume de energia e as que sofrem maiores modificações.

Na tarifa doméstica a dimensão do escalão é muito reduzida, mas o preço por cada escalão são aumentados, de forma que para o nível actual do

consumo o resultado obtido são idênticos com uma e outra tarifa.

— Levantou-se a estrutura económica para a tarifa de iluminação pública, mas o preço sofre uma apreciável redução, passando de 1826 para 860; além disso haverá um contingente gratuito de iluminação pública tal como se pratica já hoje nos concelhos de Alameda e de Alcorbal.

— Das novas condições tarifárias resultará, para o nível de consumo do passado ano, uma quebra de receita da ordem dos mil contos anuais.

— Como contrapartida, a concessão passa a ficar assim incluída no regime de subsídios a dar pelo Estado, que podem atingir 7½ do total considerado para o estabelecimento.

— O preço da concessão será fixado em 11 anos em vez dos 30 actuais, considerando não parecer muito conveniente preços muito grandes na época de acentuada instabilidade económica em que vivemos.

— Considerando a vantagem evidente de se entrar no sistema da leitura e faturação bimensal, tal como se pratica na maioria dos países da Europa, surgiu-se uma alternativa: a tarifa pela qual o valor do primeiro e do terceiro escalão são reduzidos. Esta fórmula oferece assim vantagens para o cliente e para a empresa, pois a redução de preço dos escalões é inteiramente compensada pela diminuição das despesas.

— Já agora necessário iniciar negociações com as Câmaras Municipais que são, na verdade, as entidades concedentes; estas negociações far-se-ão com o apoio da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.

6 - Instalações

— A J. F. informou o Conselho que a firma V. Silva ~~está~~ se propunha adquirir as centrais do Treixo e de Pachofarra, desejando para isso fazer primeiramente um estudo para poder entrar em negociações com outros grupos.

— Como estas negociações podem demorar algum tempo, a referida firma propõe de que a U.E.P. tome o compromisso de durante 18 meses não negociar com outra entidade as referidas centrais.

— O Conselho, ponderando o assunto e dada a dificuldade existente na venda destas centrais, concordou com esta orientação.

7 - Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares

— No seguimento da orientação traçada pelo Conselho em sessão de 9 de Dezembro do ano passado, a U.E.P. deu a sua aprovação a uma proposta para aquisição pela TERMEL do património da CPIN.

— Para o efeito foi nomeada uma comissão de accionistas para estudo deste problema.

— Realizou-se uma reunião com a TERMEL para discutir o assunto, tendo-se tomado conhecimento que a TERMEL aceitaria esse património mediante o pagamento das acções por 40% do seu valor.

— Em virtude do preço indicado pela TERMEL ser perfeitamente aceitável, muito mais que a intervenção da U.E.P. na CPIN sempre foi considerada como uma despesa de estudos, a J. F. propõe que se aceitasse o valor acima indicado, ficando assim a nossa empresa habilitada a tomar posição na Assembleia

para a CPIM, convocada para o efeito.

O Conselho aprovou esta orientação.

8- Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

Verifica-se neste momento grande procura do produto para o mercado externo e está-se em negociações com diversas entidades para exportação de quantidades elevadas.

O problema dos direitos de importação encontra-se em vias de resolução.

9- Empresa Industrial do Freixo

A gerência informou o Conselho que os resultados do ano findo tinham sido melhores do que os do ano anterior, em virtude da fábrica ter trabalhado com uma certa regularidade e se ter conseguido por esse facto uma redução apreciável no preço do custo do carvão.

10- Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve

A gerência informou o Conselho que conforme se previra, este ano tinha-se obtido o equilíbrio financeiro da sociedade.

A energia vendida atingiu 40 milhões de kWh com um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

11- Federação Nacional das Indústrias de Electricidade

Realizaram-se em Janeiro as eleições dos corpos gerentes, tendo sido reeleitas todas as empresas para o cargo que ocupavam.

Nestas condições a V.E.P. foi eleita para a Direcção e por acordo de todos os Directores escolhida para Presidente da Direcção.

O Conselho confirmou a representação da empresa nos gerentes, Senhores Infanteiros Paulo de Barros e Luísa de Fialho, respectivamente como vogais efectivo e substituto.

12- Pessoal

a) A gerência apresentou ao Conselho um pedido do Senhor Henri Peron, chefe dos serviços gerais de limpeza, solicitando a passagem ao Conselho Consultivo da gerência.

O Conselho depois de examinar o assunto e atendendo a que este funcionário, ao serviço da V.E.P. há mais de 30 anos, revelou sempre qualidades de dedicação, competência e espírito de iniciativa e ainda que estava dentro das condições impostas pelo Regulamento, deu o acordo a este pedido, que se tornará efectivo no decorrer deste ano em data a acordar com o Senhor Henri Peron.

b) A gerência propôs que em todos os acidentes de veículos propriedade da empresa, quando em serviço, seja assegurada a assistência da empresa no processo criminal que seja movido contra o condutor, sempre que se presumir não ter havido da sua parte responsabilidade.

O Conselho aprovou esta orientação.

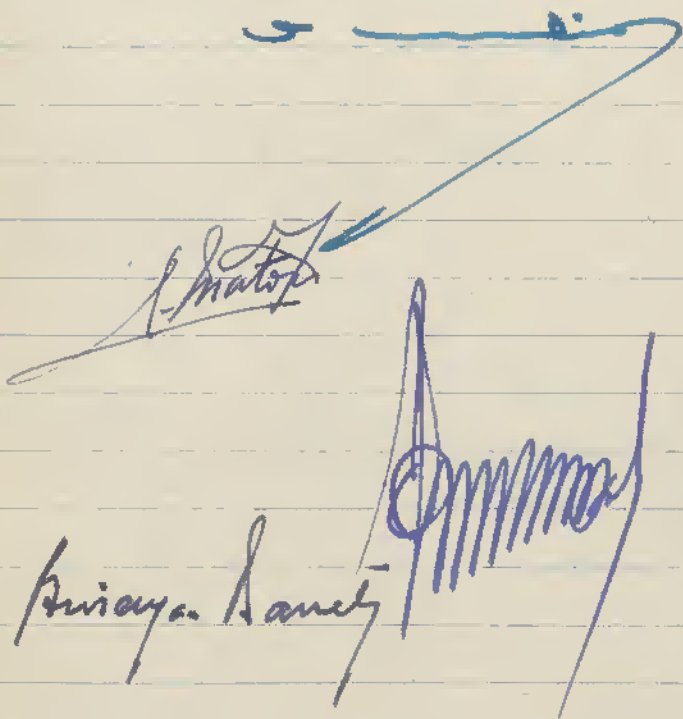
c) Em virtude de não parecer justa a diferença que existe no complemento do subsídio de doença entre o pessoal mensal e assalariado, a gerência pediu autorização ao Conselho para fazer uma equiparação deste complemento desde que se verifique que o aumento não vai exceder 10% da importância hoje atribuída.

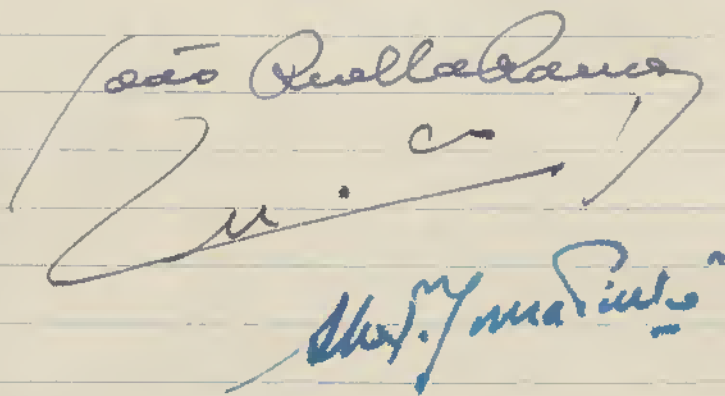
O Conselho concordou com este modo de ver.

d) A gerência informou o Conselho que no acto de assinatura do contrato colectivo com os Bancos, o Senhor ministro das Corporações tinha anunciado que vão

ser actualizadas as pensões de reforma, o que reveste interesse para a nossa sociedade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.


António Santos


João Quella

No dia 16 de Março de 1964, pelas 11 horas, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Dr. Carlos Barbosa, com a presença dos senhores que assinam esta acta, do Delegado do Governo, Senhor Dr. António Maria Pinheiro Torres e dos senhores Senhores Engenheiros Luandede Fialho e Paulo de Barros.

Ordem do Dia

1 - Acta da Sessão Anterior

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) As disponibilidades em caixa atingem 41 milhões de escudos, dos quais 20 milhões estão a prazo para garantia do empréstimo à Empresa Industrial do Funchal.

b) O Senhor Ministro da Economia deu uma conferência de imprensa à qual assistiram representantes da SACOR, SONAP e CUF e comunicou que ia ser dada autorização à SACOR para, em colaboração com empresas nacionais e estrangeiras, iniciar a construção de refinarias de petróleo do Norte do País.

3 - Produção e Venda de Energia no mês de Fevereiro

Foam presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

4 - Pagamento de Dividendos

Foi decidido iniciar o pagamento do dividendo a partir do dia 1 de Abril próximo futuro.

5 - Relatórios e Balanços das Empresas Eléctricas

A reunião deu conhecimento ao Conselho dos Relatórios, Balanços e contas referentes ao exercício de 1963 de algumas empresas de electricidade, tendo seguidamente sido apreciada a situação relativa dos resultados apresen-

Adm.

6- Conselho Superior de Electricidade

O Conselho Superior de Electricidade deu conhecimento dos seguintes factos:

a) Por portaria de 19 de Fevereiro de 1964 foi nomeado o licenciado em direito Hilário Borges de Azevedes, Administrador da Imprensa Nacional, vogal permanente do Conselho Superior de Electricidade, por livre escolha do Secretario de Estado da Industria.

b) Foi aprovado por maioria o Parecer relativo ás novas tarifas de produção da rede primária. As tarifas propostas representam um aumento de cerca de 20% sobre as vigentes, em consequência de se ter generalizado a todas as empresas da Rede Primária o critério imposto pelo Banco Mundial para a Hidro-Elétrica do Douro e Impresa Termo-Elétrica Portuguesa quanto à consideração dos encargos de amortização dos equipamentos como elemento determinante do preço de custo.

Os representantes das empresas distribuidoras, o representante dos municípios, o Senhor Engenheiro Ivo Fongalves e o Vice-Presidente votaram vencidos, tendo apresentado declarações de voto.

c) Remiu-se a Jurisdição de Distribuição do prémio para tomar conhecimento do andamento dos trabalhos e da posição assumida pelos seus representantes, engenheiros Inácio Ferreira e Luandede Fialho.

d) O Conselho foi encarregado pelo Secretario de Estado da Industria de estudar a tarifa da C.N.E., tendo em conta o eventual agravamento nas tarifas de produção. Foi designado relator o Senhor Engenheiro Ferreira Dias.

Pelo contacto com o Banco Mundial as novas tarifas devem entrar em vigor no dia 1 de Janeiro próximo passado, o que levanta o difícil problema da retroacção para a C.N.E. Não se pode ainda saber como se resolverá o problema, tanto mais que as distribuidoras não podem aceitar qualquer retroacção das tarifas da C.N.E.

7- Instalações

a) Aferência expôs ao Conselho a necessidade de ampliar o escritório de Lisboa, em virtude de se lutar com grande falta de espaço e sugeriu que fosse aproveitado o terraço para duas salas de reuniões; as obras estão estimadas em 300 contos.

O Conselho aprovou a realização desta obra.

b) Têm prosseguido as negociações para venda das centrais do Freixo e da Carboparra.

Depois da resolução tomada na última sessão do Conselho houve uma conferência com a firma V. Silva, tendo-se sido solicitado que indicassem o preço para a venda das centrais.

Referimos a quantia de 17.100.000.000, valor que consta do balanço actualizado contendo propostas de 10 milhões de escudos para cima.

8- Contratos e Clientes - Câmara Municipal do Porto

Foi-lhe notificada a sentença do Supremo Tribunal Administrativo relativo à tarifa aplicada à Câmara do Porto.

A sentença anula o despacho ministerial, com referência aos contratos

existentes à data do despacho; como existe contrato entre a U.E.P. e a C.N.E., a sentença tem igualmente efeito para a U.E.P. e tem de se voltar ao contrato antigo.

— 4.ª situação é bastante confusa, tendo a C.N.E. deliberado facturar provisoriamente pela tarifa fixada pelo despacho afora anulado; a Câmara recusou-se a pagar a factura e a U.E.P. fez, naturalmente o mesmo. Procura-se encontrar uma solução transitória por acordo entre as partes interessadas.

— 9.ª Grêmio Nacional dos Industriais de Electricidade —

Foi enviado às empresas o último projecto do contrato colectivo de trabalho, elaborado pela Direcção do grémio, para ser discutido em Assembleia geral, convocada para o dia 9 de Abril. Apesar deste contrato ser um pouco complexo e problemas encontram-se bastante esclarecidos, esperando-se poder chegar a uma conclusão por todo o mês de Abril, a fim de se estabelecer seguidamente contacto com o Sindicato.

Para definição de remunerações, o contrato estabelece o sistema moderno da qualificação de funções, em que cada profissional é classificado em determinado nível funcional, consoante a natureza do seu trabalho, a que corresponde uma pontuação definida; fixado o valor do ponto, a remuneração obtém-se imediatamente. Pode assim conseguir-se maior justiça relativa entre todos os funcionários.

Este contrato poderá entrar em vigor até ao fim do ano.

— 10.ª Companhia Industrial de Resinas Sintéticas —

a) Foi finalmente aprovado pelo governo o comunicado à EFTA, nos termos da convenção de protocolo a aprovação dos direitos de importação do PVC, que passam de 880 para 4240 por quilo.

Houve grandes protestos dos importadores contra esta decisão, mas era no entanto a única maneira de evitar a continuação do "dumping" que estava a fazer-se no nosso mercado. Aguarda-se agora decisão final relativa à medida em vigor do novo direito.

b) Continua a manifestar-se grande interesse dos importadores estrangeiros tendo-se contratado um fornecimento de 1.000 toneladas para U.S.A., e outro de 10 toneladas para a Suíça. Estabeleceram-se contactos com a Espanha, procurando-se chegar a um acordo.

c) Os resultados do exercício acusam um prejuízo de 2.800 contos, tendo-se contudo efectuado amortizações de cerca de 3.000 contos, e debitado ao investimento o juro dos empréstimos.

O aumento dos direitos, por um lado, e as possibilidades de exportação, por outro lado, justificam optimismo na evolução da empresa, podendo admitir-se que, se tudo correr bem, o exercício de 1964 acuse um resultado positivo.

— 11.ª Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve —

Esta Companhia apresentou pela primeira vez um resultado positivo de cerca de 1 milhão de escudos, que vai reduzir o prejuízo acumulado nos anos anteriores. Tudo indica que dentro de 2 a 3 anos a empresa possa iniciar a remuneração do capital.

11- Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares

Conforme ficou combinado em sessão anterior o representante da nossa sociedade na Assembleia geral da CPIN aprovou a dissolução da empresa e a venda do seu património à ETEP por 40% do valor das ações.

Foi nomeada uma Comissão liquidatária para proceder a todas as operações.

12- Seguro de Passageiros Transportados nos Carrs da U.E.P.

Para evitar situações graves provenientes de eventuais acidentes de viação, dos quais resulte o falecimento de pessoas transportadas nos veículos da empresa, o Conselho autorizou a realização do seguro abrangendo os passageiros transportados.

13- Pessoal

a) A gerência informou que se ia proceder no Porto e em Lisboa à distribuição dos relógios ao pessoal que tinha atingido 25 anos de serviço em 1963.

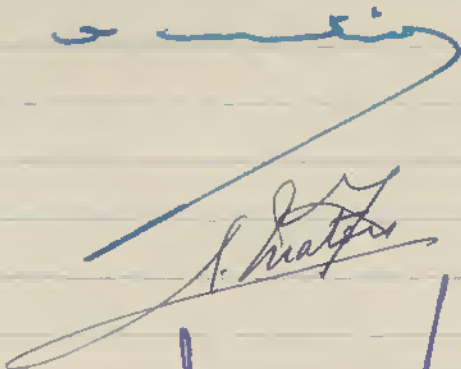
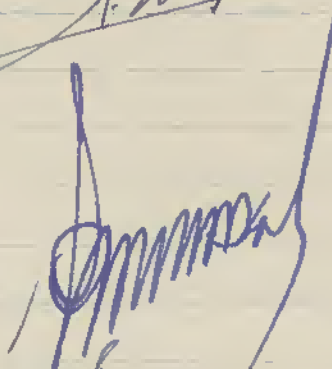
b) Por proposta da gerência, o Conselho aprovou a concessão de uma gratificação especial de 20.000.000 líquidos ao chefe dos serviços Administrativos, Senhor Dr. António Tavares Júnior.

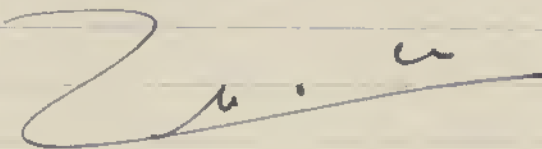
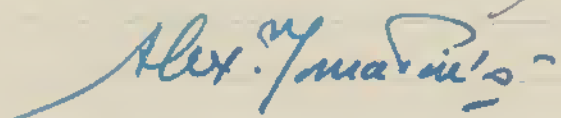
c) O Conselho autorizou a distribuição, por todo o pessoal, da gratificação aprovada na Assembleia geral, tendo a gerência feito notar que a verba votada permitia que a gratificação de exercício fosse igual a 1,1 vezes o vencimento mensal.

d) O Conselho autorizou uma revisão de vencimentos e salários de todo o pessoal, não excedendo 10% da verba global, e com efeito a partir de 1 de Abril próximo futuro.

e) Por proposta do Senhor Dr. Ruela Ramos, o Conselho fixou a gratificação de exercício para cada um dos gerentes em 100.000.000 líquidos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.


J. Matos

Rui de Sá


João Ruela Ramos

Alex. Martins

No dia 30 de Abril de 1964, pelas 12 horas e 30 minutos reuniu-se em Madrid o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor J. Victor de Abreu, no impedimento do Senhor Dr. Carlos Bastos, com a presença dos orgaos que assinam esta acta, do Delegado do governo, Sr.

ulhor Sr. Apolinário Luís Pinheiro Torres e do fereutes Senhores Engenheiros Luísa de Fialho e Paulo de Barros.

Atas da Ordem do Dia

O Senhor J. Victor Ilhéu lamenta a ausência do Senhor Dr. Carlos Barbosa, imputa por motivo de força maior, tendo sido decidido enviar-lhe um telegrama de cumprimento.

Ordem do Dia

1 - Ata da Sessão Anterior

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) As disponibilidades em Caixa atingem 35 milhões de escudos, dos quais 10 milhões a prazo para garantia do empréstimo à E.I.F., tendo sido já pagos 15 milhões de escudos de dividendos.

Suspendeu-se a venda de títulos em carteira, em virtude de se estar aguardando a resolução de um pedido de empréstimo caucionado com títulos solicitados à Caixa Geral de Depósitos.

b) A Companhia Hidro Eléctrica do Norte de Portugal foi autorizada a elevar o seu capital social de 300 milhões de escudos, mediante o reforço de 25 milhões de escudos, a distribuir pelos actuais accionistas.

(D. G. N.º 90 - 3.ª Série - 15/4/1964)

c) A SONEFE foi autorizada a elevar o seu capital social de 400.000 para 500.000 contos, pela emissão ao par de 200.000 acções, com reserva de preferência para os accionistas.

(D. G. N.º 34 - 3.ª Série - 31/3/1964)

Esta mesma empresa foi também autorizada a emitir 40.000 obrigações, do valor nominal de 1.000\$00 cada uma com juro de 5% ao ano.

(D. G. N.º 90 - 3.ª Série - 15/4/1964)

d) O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa foi autorizado a elevar o seu capital para 320.000.000\$00 por incorporação de 120.000.000\$00 de reservas, mediante a elevação para 2.000\$00 do valor nominal de cada uma das suas acções.

(D. G. N.º 48 - 3.ª Série - 1/4/1964)

e) O Banco Totta & Filiação foi autorizado a elevar o seu capital de 40.000 para 110.000 contos, sendo 35.000 contos por incorporação de reservas e 45.000 contos por entrada de subscritores.

(D. G. N.º 96 - 3.ª Série - 22/4/1964)

f) O Banco Pinto de Magalhães foi autorizado a elevar o seu capital para 60 milhões de escudos por incorporação de 25.550.000\$00 de reservas.

(D. G. N.º 82 - 3.ª Série - 6/4/1964)

g) A Companhia de Seguros Portugal Previdente foi autorizada a aumentar o seu capital de 1.000.000\$00 para 10.000.000\$00.

(D. G. N.º 86 - 3.ª Série - 10/4/1964)

h) O Senhor Engenheiro Francisco Correia foi reconduzido por mais 5 anos ao cargo de Administrador da Caixa Geral de Depósitos.

i) A seguir segue as seguintes informações relativas à concessão dada à SACOR para instalar uma refinaria no litoral do País:

- 1) Capacidade: 1.500.000 toneladas
- 2) Prazo de conclusão: 30 meses
- 3) Capital: 200 milhões de esdus iniciais, podendo ser ampliado até 800 milhões de esdus.
- 4) O Estado receberá gratuitamente acções liberadas até perfazer um terço do capital.
- 5) Deverá estabelecer-se um acordo com a SONAP para participação recíproca no capital das duas empresas e nos respectivos Conselhos de Administração, não podendo nenhuma das empresas alienar estas participações sem autorização do governo.
- 6) As duas empresas, SACOR e SONAP, deverão obedecer aos requisitos da Lei de nacionalização das sociedades anónimas.
- 7) Deverá ser montada uma instalação de óleos lubrificantes.
- 8) Deverá ser instalada uma instalação de petroquímica, em colaboração com a CUF, podendo a SACOR ser substituída pela Sociedade Portuguesa de Petroquímica.
- 9) A empresa de petroquímica deve ter um capital de 200 milhões de esdus, reservando-se o Estado o mesmo direito de ter acções gratuitas em percentagem ainda não determinada.

3) - Produção e Venda de Energia no litoral de Luarca - Foram presentes ao Conselho o dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no litoral, no sul e no totalidade.

4) - Financiamento

a) O pedido de aumento de capital está pendente de despacho do Senhor Ministro das Finanças, seguindo depois para o Conselho Económico.

Como este atazo pode causar dificuldades, estudou-se uma fórmula para, em caso de necessidade, resolver o problema financeiro até realização do aumento de capital, pelo pagamento à C.N.E. por meio de aceites descontados no Banco Pinto & Sotto Mayor, em condições muito favoráveis.

b) No seguimento da orientação já aprovada pelo Conselho, realizou-se uma conferência com o Senhor Dr. Ulisses Cortez, Administrador geral da Caixa geral de Depósitos, e obteve-se a promessa de um empréstimo de 10 milhões de esdus caucionado com títulos. O pedido foi apresentado oficialmente aguardando-se a resolução formal do assunto.

O empréstimo vigente foi prorrogado por mais 6 meses sem qualquer amortização.

5) - Contratos e Clientes

a) A Companhia União Fabril pretende instalar no Barreiro uma nova indústria de recuperação de juncos das cinzas de pirite, por meio de electólise e electrometalurgia. Prevê-se um consumo de 30 milhões de kWh na 1ª fase, com uma potência de 1 MW e 40 milhões de kWh na 2ª fase, com uma potência de 6 MW.

— Como se trata de industria electroquímica, o fornecimento deveria ser assegurado pela C.N.E., procurando primeiramente encontrar uma fórmula para ele se fazer através das nossas instalações.

— b) A C.N.E. recorreu da decisão do Supremo Tribunal Administrativo que mandou aplicar o contrato vigente, anulando assim a tarifa aprovada por despacho ministerial; como a U.E.P. não pode comprar por uma tarifa e vender por outra, acompanhou a C.N.E. no recurso, ressaltando a sua posição de que a decisão do Tribunal se aplica também ao contrato vigente entre a U.E.P. e a C.N.E.

— Por acôrdo com o Serviço Municipalizado, a C.N.E. continuou primeiramente a facturar pela tarifa do despacho, comprometendo-se a rectificar as facturas no caso de perder o recurso; em face deste acôrdo deliberámos pagar as facturas à C.N.E., com o mesmo direito de restituição das quantias preventivas pagas indevidamente.

— A C.N.E., em face da situação criada deliberou rescindir o contrato com o Serviço Municipalizado, o que só teve lugar em fim de 1961. Como a U.E.P., sozinha, não podia nem elle interessava manter o contrato com o Porto, depois de consultar o Presidente e o Senhor Dr. Ruella Ramos, a fôrça deliberou também rescindir o contrato.

— O Conselho, depois de examinar o diversos aspectos do problema, sancionou a decisão tomada pela fôrça.

— c) A fábrica de cimento Scif vai instalar uma nova linha de fabrico, o que exige uma ampliação em 3 MW da potência tomada à rede e uma remodelação das instalações de abastecimento.

— 6 - Instalações - melhorias para a venda das centrais do Freixo e da Cachofeira

— A fôrça informou o Conselho que em virtude das dificuldades existentes para venda destas centrais se entende conveniente dar à firma V. Silva, passando o prazo de 18 meses já concedido para a realização da venda, a garantia de uma comissão de 10% sobre o valor da venda, se esta for efectuada a um comprador que elle tivesse indicado dentro do prazo referido. O Conselho concordou com esta orientação.

— 7 - Plano Nacional dos Industriais de Electricidade - Conforme tinha sido previsto, terminou a discussão do projecto do Contrato Objectivo de Trabalho. O referido projecto sofreu pequenas alterações, devendo iniciar-se brevemente as negociações com o Sindicato. O valor do ponto para calculo da remuneração foi fixado em 14\$00.

— Foi eleito uma comissão para negociar com o Sindicato, esperando-se poder assinar o contrato até ao fim do ano.

— 8 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

— a) Foi autorizado o aumento de capital tendo o fôrço já enviado já o dinheiro para Portugal.

— b) No que diz respeito à produção tudo tem decorrido com normalidade e a fábrica, apesar de ter sido prevista para 300 toneladas mensais, deve produzir este mês 450 toneladas com os mesmos equipamentos.

— c) Continua com grande interesse a procura do produto pelos mercados estrangeiros, principalmente Alemanha e Suíça.

— d) No mercado nacional tem aumentado a venda de tal maneira que nos primeiros meses deste ano se atinge a venda do ano passado.

— e) A ampliação de capacidade de produção da fábrica encontra dificuldades no fornecimento de ácido clorídrico, esperando-se contudo encontrar solução.

— 9 - Empresa Industrial do Freixo - A nova fábrica da Figueira da Foz está bastante adiantada na parte que diz respeito à construção civil, encontrando-se porém um pouco atazada na elevação das estruturas. Contudo espera-se poder recuperar este atazo.

— A gerência refere ao Conselho que se tem verificado na Europa, nos últimos meses, a tendência para aumentar a produção de carvão de cálio, o que nos tem levado a reforçar com o mercado exterior para a colocação do eventual excedente do nosso carvão.

— O custo de produção do carvão da fábrica do Porto tem continuado a baixar, em virtude do aumento de produção.

— 10 - Hidro Eléctrica do Lavad

— A Assembleia geral da Hidro Eléctrica do Lavad foi eleita a U.E.P. para membro do Conselho de Administração, tendo o Conselho deliberado delefar a representação da empresa no Senhor Deputado Luísa Fialho.

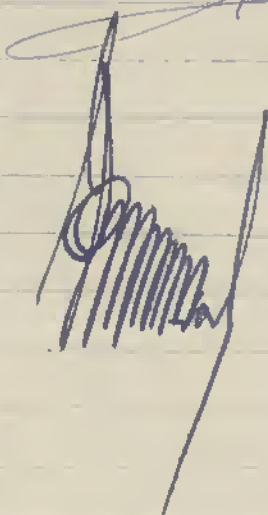
— 11 - Pessoal

— A gerência informou o Conselho que estavam em curso os estudos de remodelação dos vencimentos e salários, que, conforme decisão do Conselho, terão efectivação a partir do mês de Abril.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Pinay - Kary

L. Matos



João Quella

Alf. J. Mendes

— No dia 11 de Junho de 1964, pelas 11 horas e 30 minutos reuniu-se em Coimbra o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor D. Victor Morais, no impedimento do Senhor Dr. Carlos Barbosa, com a presença dos vogais que assinam este acta não comparecendo, por motivo justificado, o Senhor Delegado do Governo.

— Antes da Ordem do Dia

— Por proposta de D. Victor Morais foi deliberado enviar um tele-

franco ao Senhor Dr. Carlos Barbosa, lamentando a sua ausência. Igualmente foi deliberado enviar um telefranco ao Senhor J. Touay de Ystifarrafa, ausente por motivo de doença, manifestando o desejo de umas rápidas melhoras.

Ordem do Dia

1- Acta da Sessão anterior - Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

1- Informações Diversas

a) As disponibilidades de caixa atingem neste momento 24 milhões de contos, dos quais 10 milhões a prazo para garantia do empréstimo à E.I.F.

b) A Empresa Hidroeléctrica da Terra da Labele efectuou um aumento do seu capital de 110 para 140 mil contos, pela emissão de 40 mil contos de novas acções.

c) O Banco Borges & Lima elevou o seu capital para 140.000 contos por incorporação de 45.000 contos de reservas.

d) Foi autorizada a Direcção geral de Fazenda Pública a emitir a obrigação fiscal do Tesouro $3\frac{1}{2}$ por cento 1963, no total de 400.000 contos.

e) O governo Português realizou um contrato com o governo dos Estados Unidos da América de compra a prazo de 140.000 toneladas de trigo ou farinha até ao valor total de 10.845.000 dólares.

Este fornecimento deverá ser pago a prazo não superior a 1 ano e a taxa de juro não deve exceder 4%.

f) As acções e obrigações da U.E.P. foram admitidas à cotação da Bolsa.

g) Há em apreciação, na Câmara Corporativa o plano geral de aproveitamento da bacia do Mondego na base de um parecer elaborado pelo Conselho Superior de Obras Públicas. A Câmara tem apenas que se pronunciar sobre o aspecto económico geral, não lhe competindo, como é óbvio, definir orientação técnica dos problemas técnicos do aproveitamento. Aliás, o próprio Conselho Superior de Obras Públicas não definiu ainda se se deve fazer uma única barragem tal como preconiza a Companhia Eléctrica das Beiras, ou duas, como entende a Hidro Eléctrica do Tâmega, visto não existirem ainda os elementos suficientes de estudo.

Foi escolhido como relator o Senhor Professor Infante Castro Laldas.

h) A Empresa Termoelectrica Portuguesa publicou um anúncio convidando as empresas fabricantes de material de caldeiras e de turbo grupos a inscreverem-se para o fornecimento de um gerador de vapor destinado à nova central do Carregado.

A pedido da ETEP souberam-se ao grupo japonês a conveniência de apresentar uma proposta.

3- Produção e Venda de Energia no mês de Maio - Foram presentes ao Conselho o dado estatístico relativo à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

Dentro da orientação seguida em anos anteriores vão estabelecer-se con-

facto com a FENOSA, a fim de se acordar um programa de conjugação da central das Bonelas com a central do Tindoso, de maneira a construir um diagrama regular de produção de energia desta última central. Da aplicação deste programa poderão, porventura, resultar alguns prejuízos para a FENOSA e para a Ilheira def tina cuja produção de energia poderá ser afectada por a não utilização de água retida e perdida posteriormente por chuvas inesperadas.

Nestes termos, será necessário estabelecer acordo com a FENOSA e Ilheira def tina para completar esta possibilidade.

O Conselho deu poderes à gerência para estabelecer o necessário acordo com a Ilheira def tina e FENOSA.

4 - Financiamento

a) Por portaria publicada no Diário do Governo, III série, de 19 de Maio de 1964 foi autorizado o aumento de capital de U.E.P., a 330.000 contos nas condições solicitadas, isto é, com reserva para accionistas.

O Conselho aprovou as seguintes condições:

1) As 300.000 novas acções são reservadas firmes aos actuais Senhores Accionistas, ao preço de 100.000, sem mais encargos, na proporção de 1 nova acção por cada 10 que possuírem, não estando prevista a atribuição de fracções;

2) As novas acções serão pagas integralmente no acto de subscrição, fazendo-se este mediante boletim preenchido pelo accionista e com a apresentação e carimbo firme de títulos que dão direito à subscrição.

3) A subscrição far-se-á no Banco Pinto & Sotto Mayor (Lisboa, Porto e Coimbra), de 15 a 30 de Junho corrente.

4) As novas acções dão direito ao dividendo correspondente a um semestre de 1964.

5) Os Senhores Accionistas poderão declarar, no boletim de subscrição, se desejam participar do sorteo que eventualmente vier a ter lugar.

b) A gerência informou o Conselho que a Caixa Geral de Depósitos tinha concedido o empréstimo de 10.000 contos solicitado, mediante caução de títulos no valor de 24 milhões de escudos, à taxa de 4,51%.

5 - Contratos e Clientes

a) Foi autorizada a BILLERUDS a montar na Figueira da Foz a indústria de pastas de celulose solúvel, nas seguintes condições:

a) Promover a requerente a constituição de uma nova sociedade com o capital não inferior a 180.000.000,00, metade do qual deve estar integralmente realizado, nos 180 dias seguintes, e cujo pacto social, elaborado de acordo com as condições a seguir indicadas, deverá ser previamente aprovado pelo Secretário de Estado da Indústria.

b) Facilitar a requerente, na formação da nova sociedade, o acesso a parte razoável do capital social - com o inerentes direitos, obrigações e representação na sua gerência ou administração - aos lavadores, proprietários florestais e industriais da região, que o desejarem submeter.

c) A requerente poderá oferecer na nova empresa participação a outras empresas nacionais, de reconhecida projecção internacional, que actual ou eventualmente tenham, directa ou indirectamente, interesses criados neste sector industrial, prevendo, igualmente, a respectiva representação na administração ou funções.

d) Ser a fábrica a montar, produzir a nova empresa, nomeadamente, as partes ou as características necessárias ao fabrico de viscosas, nas quantidades adequadas à produção do país.

e) Ser a fábrica instalada, no prazo de 3 anos, no distrito de Coimbra, em local que, após estudo prévio feito pela requerente quanto à mais conveniente localização (especialmente em função dos problemas de poluição), for aprovado pelo Secretário de Estado de Indústria.

f) Produzir a nova empresa, directa ou indirectamente, parte da matéria prima necessária à exploração da sua unidade industrial, seja através da realização de programas florestais próprios e aprovado pelo Ministério da Economia, seja por participação nos programas florestais a definir pelo governo.

Para o abastecimento desta fábrica de energia eléctrica será necessário construir uma linha a 60 KV, orçamentada em cerca de 2 milhões de escudos, estando-se em negociações com o cliente para se definir as condições de fornecimento que serão diferentes, consoante se realizar um abastecimento total, cerca de 40 milhões de KWh anuais ou parcial.

g) A execução do contrato de fornecimento de energia à Câmara Municipal do Porto feito pelas fornecedoras C.N.E. e U.E.P. implica problemas que, por agora, não têm solução na verdade, não tendo sido ainda fixadas as novas tarifas para a rede primária, não se podem definir as tarifas para a Câmara Municipal do Porto.

Os relatórios do Serviço Municipalizado relativo ao ano de 1963 afirmam-se a necessidade de uma subida nas tarifas de venda ao público mas não se diz quanto à eventual revisão das tarifas de aquisição.

O assunto continua em estudo atento, mantendo-se, como é óbvio, em contacto com a C.N.E.

6. Conselho Superior de Electricidade - Finança do Comércio e Indústria - As empresas concessionárias da produção, isentas por lei de contribuição industrial têm entendido não deverem pagar imposto de comércio e indústria às Câmaras Municipais.

Esta decisão deu origem a litígios cuja solução está afectada ao Tribunal, atingindo o montante reclamado pelas Câmaras importâncias muito avultadas, não consideradas na determinação das tarifas. Além destes aspectos outros havia provenientes da aplicação deste imposto a que foram objecto de exposições elaboradas pelo governo em 1961.

Essas exposições, acompanhadas por uma informação da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos e um projecto de decreto-lei, foram enviadas para o Conselho Superior de Electricidade para emitir parecer, tendo sido designa-

do para relator o Senhor Infanteiro foi Vaz.

As entretanto, foi publicado o decreto N.º 45.676 alterando o código administrativo e promulgando novas disposições para a determinação do imposto de comércio e indústria.

— Ao mesmo tempo que o Supremo Tribunal de Justiça profere um Acórdão pelo qual se define que "As empresas concessionárias hidro eléctricas são passíveis de imposto de comércio e indústria, nos termos do anterior § 1.º do Art.º 112.º, hoje parágrafo único do artigo 110.º do Código Administrativo".

— Encontravam-se deste forma resolvidas muitas dificuldades mas, subsistia o problema do valor do imposto de comércio e indústria que pelo novo código era muito superior ao aplicado anteriormente, visto a taxa passar de 20 para 45% sobre a verba principal de contribuição industrial.

— O Conselho Superior de Electricidade considerando estes aspectos entendeu ser conveniente orientar o parecer no sentido da nova legislação, abandonando assim a orientação da Direcção geral dos Serviços Eléctricos que preconiza a venda de energia como base de tributação, mas impondo taxas mais baixas.

— O problema encontra-se ainda em discussão no Conselho Superior de Electricidade.

4 - Instalações

1) O Conselho sancionou as seguintes adjudicações:

a) Subestação da Queira - Compressores, no valor de 161.000,00

b) Subestação do Queiraf - Uma cela suplementar no valor de 201.000,00

c) Subestação do Ponte (Brasão) - Compressor, no valor de 17.380 francos suíços.

d) Subestações de Queiro e Lufores - Seccionadores de 60KV, no valor de 401.000,00.

2) Foi lida a nova subestação de Sobreda de 60/30/11 KV, com uma potência de 20 MVA, a ampliar muito brevemente para 40 MVA.

3) A nova subestação de Alcácer do Sal, com regulação de 30/30 está praticamente feita.

8 - Fórum Nacional dos Industriais de Electricidade

Realizou-se em Lisboa, no mês de Junho, um Colóquio sobre "Participação da produção termoeléctrica na satisfação das necessidades nacionais de energia eléctrica".

Participaram como representantes da indústria espanhola o Senhor D. Miguel de Castro (Termoeléctrica), D. Manuel de la Fuente (Hidroeléctrica Espanhola), D. Gregorio Valerio de Sanluis e D. José Domínguez das Fuerzas Eléctricas de Cataluña.

O Colóquio revestiu o maior interesse e nele foram tratados os seguintes pontos:

1- Mercado de combustíveis; análise conjuntural e prospectiva.

2- Recursos hídricos; equipamento, exploração, custos (bases actuais e tendências)

— 3- Loujeação das centrais técnicas e hidricas na satisfação das necessidades da energia eléctrica.

— 4- Algumas incidências na actividade económica nacional da propagação de novos centros produtores.

— 5- Existências de ordem económico-social a considerar na elaboração dos programas.

— A sessão de encerramento foi presidida por S. Ex.^{ta} o ministro da Economia que proferiu um discurso no qual reafirmou a importância do sector privado na resolução dos problemas económicos nacionais e a necessidade de alterar a legislação vigente em virtude da modificação das actuais condições. Manifestou ainda a sua satisfação por ver uma delegação espanhola participar no Colóquio.

— Não se iniciaram ainda contactos com o Sindicato para discussão do projecto do contrato colectivo de trabalho, em virtude do ministério das loy.
brações ter pedido para se enviar o envio deste documento, a fim de dar tempo aos serviços competentes para o seu estudo.

— 9- Impresa Industrial do Tiro

— As obras da fábrica que sofreram um atazo no início prosseguem agora em ritmo normal, esperando-se poder recuperar parte do atazo.

— Como existe um contacto para fornecimento de carvão com a CIRE, estabeleceu-se um acôrdo com a Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos para fornecimento do carvão necessário, enquanto a fábrica não estiver em laboração.

— 10- Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

— a) A fábrica continua a produzir com bastante regularidade e o interesse no mercado estrangeiro manifesta-se a todo o momento.

— b) No que diz respeito ao ácido clorídrico encontram-se algumas dificuldades em virtude de estarem a receber uma quantidade inferior às necessidades.

— b3- se a proceder à montagem de uma fábrica de fibras para dar saída à soda caustica, a fim de aumentar a entrega do ácido clorídrico e ao mesmo tempo estabeleceu-se contacto com o Químico Português, produtor do adubo de sulfato de potássio que tem o ácido clorídrico como subproduto.

— 11- Pessoal

— a) Tem continuado em estudo a revisão do vencimento e salários com um aumento global de 10%, aprovado pelo Conselho.

— Os novos vencimentos e salários serão aplicados a partir do dia 1 de julho, com efeito retroactivo a partir de 1 de Abril, sendo as diferenças pagas ao pessoal a título de gratificação.

— Quanto ao pessoal superior a fixação entende que o vencimento se encontra muito desactualizado, sendo necessário prever um aumento global da ordem de 20%.

— O Conselho concordou com este aumento, devendo a fixação estudar

a revisão nessas bases, de acordo com os Senhores J. Luíslis Ussola e J. Touay de Astigarafa.

b) Foi decidido estabelecer uma ajuda de custo de 1.000.000 por dia quando das suas deslocações ao estrangeiro, ficando a fatura equiparada à Administração e aprovado um aumento de 20% para as ajudas de custo do pessoal superior que se desloque ao estrangeiro.

Devido mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Amaya-Sanchez

Matos

[Signature]

[Signature]

João Ruella Ramos
Alex. M. Monteiro

No dia 12 de Setembro de 1964, pelas 12 horas reuniu-se em Bilbao o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor D. Victor Mouta, no impedimento do Senhor Dr. Carlos Barbosa, com a presença dos vogais que assinam este acta, do Delegado do Governo, Senhor Dr. António Luíslis Pinheiro Torres e dos Senhores Senhores Luíslis Luíslis Fialho e Paulo de Barros.

Acta da Ordem do Dia

Por proposta da fatura foi conseguido em acta um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Bravo, Director do Banco Pinto & Sotto Mayor, no Porto, e vogal substituto do Conselho Fiscal da U.E.P., deixando este voto ser transmitido à família.

Ordem do Dia

1- Acta da Sessão Anterior - Foi lida a acta da sessão anterior.

2- Informações Diversas

a) Pelo Cinquentenário do Banco Pinto & Sotto Mayor foi dada pelo Banco uma recepção a clientes especiais e entidades ligadas à fundação do Banco. De acordo com os Senhores Doutores Carlos Barbosa e João Ruella Ramos, foi decidido que a U.E.P. se associasse a esta comemoração oferecendo uma doação de Compañia das Indias, no valor de 30.000.000 que foi colocada na sala do Conselho de Administração do Banco.

Por proposta da fatura foi deliberado escrever uma carta ao Banco, na qual a U.E.P. manifestava a sua confratulação pela passagem do 50º ano e apedrejava toda a colaboração do Banco desde a Fundação da Sociedade.

— O Senhor J. Victor Thoretia lamentou a ausência do Senhor Jr. Carlos Barbosa a esta reunião, acrescentando que a U.E.P. não podia ficar indiferente a essa falta, dadas as boas relações existentes entre as duas empresas e o relevante serviço prestado pelo Banco à U.E.P. —

— O Senhor J. Victor Thoretia lembrou a fundação do Banco e o contacto havido entre o Senhor Cândido Totto Mayor e o Sr. António Vieira Pinto com o Senhor J. Juan Thoretia a fim de se enviassem telegramas ao Senhor Jr. Carlos Barbosa e à Senhora J. Elsa de Totto Mayor Matoso, apresentando cumprimentos do Conselho de Administração da U.E.P. e lembrando o laço de amizade existentes desde sempre. —

— b) As disponibilidades em Caixa atingem neste momento 40 milhões de escudos. Esta situação deve-se ao facto de já terem sido recebidos 30 milhões de escudos do aumento de capital; no entanto existem compromissos totalizando cerca de 4.000 contos e relativos ao pagamento de energia à C.N.E., à utilização prestação de contribuições industriais, ao imposto de defesa do Ultramar e à licença do comércio e indústria. Foi feita a seguinte prestação no montante de 9.440 contos relativa ao empréstimo de 1 milhão de dólares. —

— O problema financeiro para este ano encontra-se intrinsicamente resolvido, tanto mais que ainda há que receber, muito brevemente, 10 milhões de escudos do empréstimo concedido pela Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência. —

— c) O Banco Lusitano foi autorizado a elevar o seu capital para 30.216.000.000 por incorporação de 20.171.000.000 de reservas. —

(D.G. Nº 191 - 3ª Série - 20/8/1964)

— d) A Sociedade de Investimentos Imobiliários de Praia da Rocha foi autorizada a elevar o seu capital de 10.000.000.000 para 30.000.000.000, pela emissão, ao par, de 20.000 ações. —

— e) A Fábrica de Tecidos Lioneira foi autorizada a emitir 9.000 obrigações de valor nominal de 1.000.000 cada uma, ao juro anual de 4%, cativo de impostos. —

(D.G. Nº 192 - 3ª Série - 23/8/1964)

— f) A Empresa Fabril do Norte foi autorizada a emitir 10.000 obrigações de valor nominal de 1.000.000 cada uma, ao juro de 4% ao ano cativo de impostos. —

(D.G. Nº 212 - 3ª Série - 9/9/1964)

— g) O Fundo Especial de Transportes Terrestres foi autorizado a contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo de 209.800.000.000 para financiamento da Companhia do Caminho de Ferro Português e um empréstimo de 10.000.000.000 para financiamento do Metropolitano de Lisboa. —

(D.G. Nº 164 - 1ª Série - 14/4/1964)

— h) Foi autorizado um empréstimo externo amortizável, até ao montante de 20 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinado a financiar empreendimentos incluídos no II Plano de Fomento. —

(D.G. Nº 144 - 1ª Série - 17/6/1964)

- i) Foram feitas as seguintes nomeações e reconduções:
- a) O Senhor Professor Dr. Manuel Lopes de Almeida para Delegado do governo junto da Companhia Eléctrica das Beiras.
 - b) O Senhor Lige Figueira de Sousa Eyma para Delegado do governo junto da Empresa Industrial Carbonífera e Electrotécnica.
 - c) O Senhor Dr. João Augusto Dias Rosas para Vice-governador do Banco de Portugal.
 - d) Foi reconduzido por 1º ano no lugar de Administrador da Caixa Geral de Depósitos, Cédulos e Previdência, o Senhor Dr. António Jorge Lucitius de Lopo Veiga, antigo Subsecretário de Estado das Corporações.
- 3- Produção e Venda de Energia no mês de Agosto - Foram presentes ao Conselho dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.
- 4- Ferência referente seguidamente a compressão e as facilidades encontradas de parte da Feusa no problema do aproveitamento das águas das Bonchas e fez ressaltar a intervenção de J. Manuel Salto no seguimento das negociações.
- 4- Contribuições e Impostos
- a) Contribuição Industrial - A ferência informou o Conselho que tendo sido entregues em devido tempo o elemento informativo necessário para determinação do lucro da sociedade para cálculo da contribuição industrial, fez-se um antelamento a liquidação provisória no princípio do ano, aguardando-se após o conhecimento do valor definitivo da contribuição que deverá ser fixada até fim do corrente mês.
 - b) Imposto do comércio e indústria - No seguimento das informações dadas sobre o estudo deste assunto ao Conselho Superior de Electricidade, a ferência comunicou que este organismo tinha aprovado um parecer já entregue ao Gabinete de S. E. e o Ministério de Economia pelo qual se recomendava, por unanimidade, uma regime especial para as empresas de electricidade. Não se conseguiu porém unanimidade quanto ao valor das taxas, que o Conselho, com o voto contrário do Senhor Dr. Luís Alves, representante das Câmaras Municipais, propôs ser de 10 a 11% para a produção e 20% a 25% para o transporte e distribuição.
 - c) Imposto de Defesa e Valorização do Ultramar - Foi liquidado o imposto de defesa e valorização do Ultramar nos termos da declaração feita pela empresa.
 - d) Imposto de Transacções - Foi publicado o decreto-lei nº 41.460 annunciando a instituição do imposto de transacções e formulando algumas medidas prévias para a sua aplicação.
- As empresas de electricidade entendem não estar abrangidas por este imposto, mas como as disposições legais não estão perfeitamente claras e determinam a aplicação de sanções a quem não apresentar a respectiva declaração, a U.E.P., por mais cautela, e com a reserva expressa de que se não considere abrangida pelo imposto de transacções apresentou essa declaração.
- O assunto está a ser estudado pelo fénico, a fim de se definir

uma orientação comum da indústria, no sentido de ficar esclarecido que a indústria de energia elétrica não está abrangida por este imposto.

1. - Contratos e Clientes

a) Câmara Municipal do Porto - A Câmara Municipal do Porto dirigiu consultas à C.N.E. e U.E.P. perguntando se estas empresas estavam interessadas na continuação do fornecimento.

De acordo com a C.N.E. cada empresa respondeu separadamente manifestando o seu interesse pela continuação do fornecimento, mas afirmando a impossibilidade de fixar desde já as condições, uma vez que as tarifas da rede primária não estavam ainda aprovadas.

A Câmara dirigiu nova consulta à U.E.P. inquirindo se a empresa estava interessada em fazer o fornecimento sozinho ou em conjunto com outra empresa e, na hipótese da U.E.P. ficar sozinho que garantias podia dar quanto ao abastecimento de energia.

De acordo com a C.N.E. foi respondido que a U.E.P. sempre pretende continuar a fazer o fornecimento em conjunto com a C.N.E. e que portanto as garantias oferecidas eram idênticas às da C.N.E.

Quanto a condições de fornecimento repetiu-se o que já foi dito antes, isto é, que não podiam ser definidas enquanto não fossem conhecidas as tarifas da rede primária.

b) Fábrica de Celulose de Figueira da Foz - As melhorias para fornecimento de energia não tiveram por enquanto seguimento em virtude do cliente ir montar uma central própria queimando o resíduo da celulose.

c) União Fabril do Azoto - O contrato com a União Fabril do Azoto estabeleceu uma tarifa especial em virtude de se prever um consumo de além de 100 a 110 milhões de KWh. O contrato prevê uma redução de 10% no preço resultante da aplicação da tarifa se o cliente reduzir a sua quota de 60% no período de intervenção. Desta forma, o desconto de 10% era compensado pela diminuição do encargo da quota pago à C.N.E. Sucede que o cliente nos comunicou não poder efectuar a redução de 60% prevista no contrato e, nestes termos, o desconto deixa de existir.

Como se trata de um cliente extremamente importante, pertencendo ao grupo da C.N.F. iniciaram-se melhorias para estudar uma alteração de contrato que permita satisfazer as duas partes contratantes.

Em princípio sugeriu-se que o desconto a fazer seria proporcional à redução da quota havida e a título desta vantagem se aumentaria em um centavo a taxa de energia de verão, dada a excessiva diferença existente entre o preço de energia da C.N.E. e do cliente neste período.

As melhorias estão em curso.

Condições de Fornecedor à Companhia Nacional de Electricidade pela

Rede Primária - Por informações recebidas consta que as tarifas de produção da rede primária são aprovadas em 10% a partir de 1 de Janeiro de 1964, isto é, a C.N.E. deverá adoptar a esta data as novas tarifas que foram aprovadas com base no aumento referido.

A C.N.E. por sua vez deverá estudar o seu problema económico, a fim de definir qual a parte deste aumento que a sua economia pode suportar sem afectar a rentabilidade. A diferença será transferida para as empresas distribuidoras que por sua vez devem pagar à C.N.E. pela nova tarifa com retroacção a partir de Janeiro de 1964. A confirmação de estas informações vão-se criar grandes dificuldades, pois as empresas distribuidoras não terão forma de ir buscar aos seus clientes as diferenças que tiverem de pagar à C.N.E. com retroacção. Não se pode por enquanto tomar qualquer deliberação, no sentido de uma acção conjunta das empresas, em virtude de nada haver oficial sobre o assunto, devendo por consequência aguardar-se.

— 4 - Empresa Industrial do Freixo - A montagem da fábrica continua em bom ritmo, fazendo verer que em Abril ou Maio se possa começar a trabalhar com o forno; no entanto, a falta de chuvas torna o problema da produção do carvão um pouco difícil, em virtude de a C.N.E., por despacho da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, ser obrigada a cortar o fornecimento de electroquímicas.

— Como já foi autorizado o fornecimento de energia térmica a 320 para as fábricas de amoníaco, a E.I.F. vai pedir a aplicação do novo regime para o fornecimento de energia à sua fábrica.

Industria Industrial de Resinas Sintéticas

a) Foram finalmente alterados o direito de importação do cloreto de polivinilo, tendo sido aprovado, conforme pedido, o aumento das taxas que do valor actual meramente estatístico de 480 e 540 por quilo passou para 900 e 440.

A feitura fez notar a importância que este assunto reveste para a CIRES e as dificuldades que houve de vencer para se conseguir este novo regime fiscal.

b) Continua a procura deste produto; já se exportaram cerca de 400 toneladas para África do Sul e está-se em negociações para mais 900 toneladas.

c) Foi já encomendado o equipamento necessário para ampliar para 400 toneladas mensais a capacidade de laboração da fábrica.

Prémio Nacional das Indústrias de Electricidade

a) Vai ser enviado um representante a França, Alemanha e Bélgica para estudo de problemas tarifários.

b) O contrato colectivo de trabalho já foi distribuído por todos os sindicatos que integram pessoas das empresas, estando actualmente em estudo.

c) O prémio tem em estudo o imposto de transacções, devendo seguramente fazer uma exposição sobre o assunto.

d) No que se refere à formação profissional foi assinado o contrato com a Electricité de France.

O representante que esteve a especializar-se em França já regressou a Portugal, esperando-se que a formação profissional possa iniciar-se por

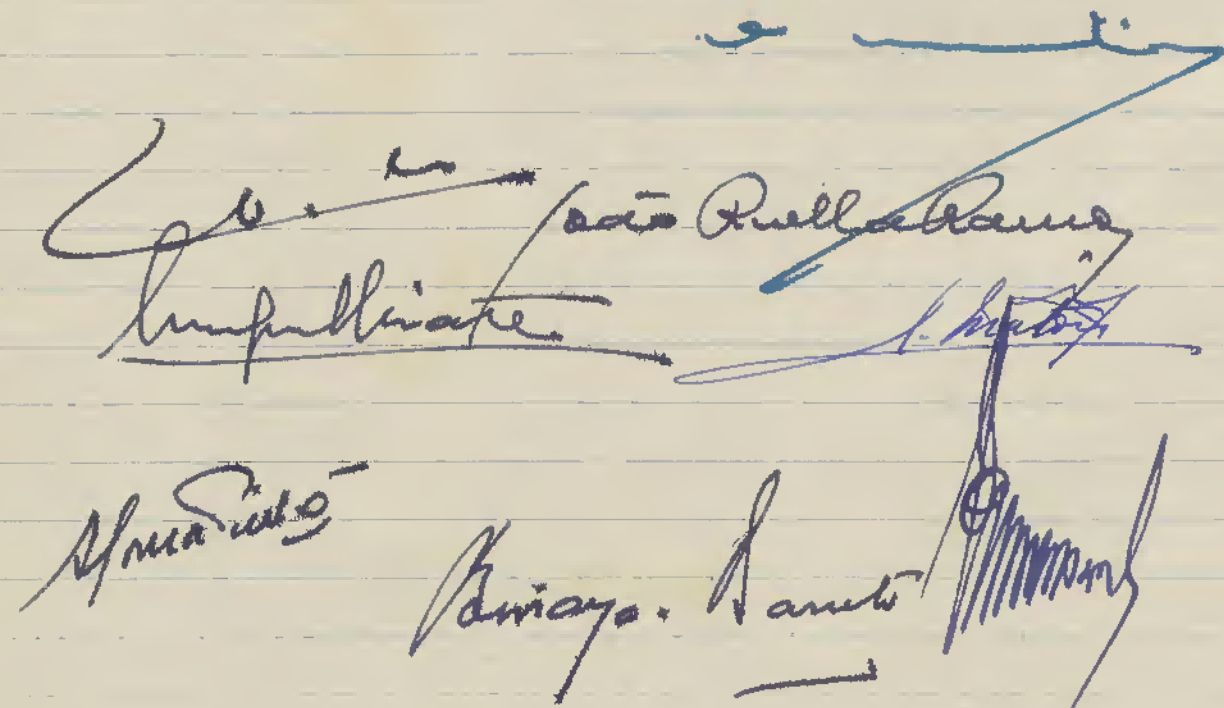
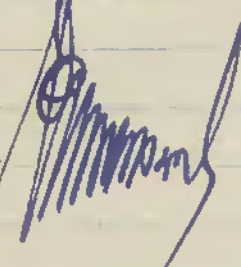
Ver nota de 1/10/64 para alteração da locação em 8/10/64

tudo o mês de Novembro. Antes do seu regresso realizou visitas em Espanha na Hidroelétrica Española, onde lhe foi facultado um conjunto de elementos de muito interesse.

10 - Pessoal
a) Foi feita a revisão de todo o pessoal superior da empresa, de acordo com os Senhores J. Touay de Heferraga e J. Emilio Usola tendo-se chegado a um aumento médio de 19,2%.

b) O Senhor J. Victor Urutia referiu-se com palavras elogiosas à acção dos Senhores dizendo que o reconhecimento pelos serviços prestados se deveria traduzir por uma alteração das remunerações e, nesse sentido, propôs ao Conselho que o vencimento fosse fixado em 15.000,00 líquidos com efeito a partir de 1 de Abril r. r., tal como foi feito para o restante pessoal e que a gratificação anual de exercício que no passado ano foi de 100.000,00 líquidos fosse aumentada para 120.000,00 líquidos ali se puser o montante total recebido pelos vogais do Conselho de Administração.

O Conselho aprovou esta proposta.
O Senhor Engenharia Fialho em seu nome e no nome do Senhor Engenharia Paulo de Barros apadeceu, dizendo que continuariam a dar à Sociedade o mesmo entusiasmo e todo o esforço, no sentido de corresponder à simpatia e ambiente que o Conselho sempre o tem rodeado.
Nada mais havendo a fazer, foi encerrada a sessão.


São Paulo, 26 de Outubro de 1964
Assinatura: 

No dia 26 de Outubro de 1964, pelas 11 horas e trinta minutos reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Dr. Carlos Barbosa, com a presença dos vogais que assinam esta acta, do Delegado do Governo, Senhor Dr. António Luís Pinheiro Torres e dos Senhores Engenharia Fialho e Paulo de Barros.

Antes da Ordem do Dia
O Senhor Presidente luto apadeceu em nome de sua mulher

Senhor J. da Costa Mayor Matos, o telegrama enviado quando da reunião em Bilbao. Seguidamente, o Senhor J. Carlos Barbosa referiu-se ao voto de pesar aprovado pelo falecimento do Senhor Carlos Bravo, Director do Banco Puro de Porto Mayor no Porto, acrescentando que a categoria profissional deste alto funcionário do Banco e as suas qualidades o tornavam difficilmente substituível. Por essas razões, o voto de pesar aprovado pelo Conselho de U.E.P. tinha sido particularmente prático ao Banco em nome de quem apresentava os melhores agradecimentos.

Ordem do Dia

1- Acta da Sessão Anterior - Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2- Informações Diversas

a) As disponibilidades em Caixa atingem neste momento 60 milhões de escudos, contribuindo para esta situação o recolhimento de 10 milhões de escudos do empréstimo concedido pela Caixa Geral dos Depósitos.

b) A SOCEL foi autorizada a elevar o seu capital de 180.000.000\$00 para 220.000.000\$00, mediante a emissão, ao par, de 40.000 acções.

(D. G. N.º 230 - 3.ª Série - 30/9/1964)

c) A firma C. Santos - Comércio e Indústria foi autorizada a emitir 9.000 obrigações do valor nominal de 1.000\$00 cada uma ao juro anual de 4%.

(D. G. N.º 234 - 3.ª Série - 6/10/1964)

d) Foi publicado o decreto-lei N.º 41.974 alterando o código da Contribuição Industrial, o código do Imposto Profissional e o código do Imposto Complementar.

Das alterações introduzidas, a mais importante é a que diz respeito às sociedades que tenham instalações no continente e também outras actividades ou sede no estrangeiro ou fora do continente.

Segundo a nova redacção a Direcção Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções que entender necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que o resultado apurado se afastar do que se apuraria usando critérios correntes de imputação contabilística de custo e proveito, bem como preços nominais.

3- Produção e Venda de Energia no mês de Outubro

Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e no totalidade.

4- Financiamento

Foi concedido pela Caixa Geral dos Depósitos o empréstimo de 10 milhões de escudos caucionado por títulos com o valor nominal de 24 milhões de escudos.

5- Contribuições e Impostos

a) Nos termos da lei a contribuição industrial é calculada em face dos lucros apurados, declarados pela empresa, podendo contudo o Ministério das Finanças corrigir as verbas indicadas pela empresa no caso considerado necessário.

Na declaração feita pela nossa empresa tinha-se considerado como encargo as estas reversões, o que não mereceu o acordo do Ministério das Finanças, aprovando-se assim a situação em cerca de 2.000 contos.

— Facultando a lei o direito de reclamação no prazo de 8 dias, de acôrdo com o Senhor Presidente e com o Senhor Sr. Puella Pardo, apresentou-se o problema superiormente, demonstrando-se que a face de todos os principios, tanto economicos como legais, a cota de reversão tinha de ser considerado como um encargo.

— Guarda-se uma decisão que se espera venha a ser favorável.

41) Fúrnies acrescentou que a exposição elaborada pelo Senhor Dr. António Tavares fôra merecedora de toda a fôrça os maiores elogios pela sua clareza e pela extensão de conhecimentos que revelava.

O Senhor Presidente disse ter tomado conhecimento da exposição e que desejava ficasse consignado em acta um voto de louvor ao Sr. Torres Fimion, justamente considerado como uma autoridade especial nestes problemas.

b) No que diz respeito à licença do comércio e indústria a ferrovia manifestou a esperança que seja alterada de conformidade com o parecer do Conselho Superior de Electricidade.

c) A virtude das dúvidas suscitadas acerca da interpretação da lei sobre o imposto de transacções, o finis pede um parecer ao Senhor Armando de Basto e Silva, antigo Director de Finanças; por este parecer concluiu-se que não está bem definido se a industria electrica é ou não abrangida por este imposto.

— Depois disso, a Direcção do Fimco entendeu que se deveria fazer uma exposição ao Senhor Ministro das Finanças, a fim de ficar esclarecida a posição das empresas concessionárias de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, em face deste novo imposto. —

6- Plano Intercalar de Fomento para o Triênio 1964-1967-

O Senhor Engenheiro Paulo de Rêgo, como Relator na Câmara Corporativa do Sector Energia, do Plano Quadri-secular de Fomento 1961-67 referiu-se a alguns aspectos essenciais do seu Parecer.

— a produção consideram-se como prioritários o aproveitamento do Casafelo, de Bueiros e Távora e a central hídrica do Inf com 125 MW.

— Colocando as previsões de consumo com as produtibilidades em ano de 1969, conclui-se que em 1969 haverá um déficit de energia que crescerá rapidamente, atingindo em 1971 cerca de 1.300 000 kWh. —

— Nestas condições, o parecer sugere o início da construção no decorrer do Plano Quinquenal de outros centros produtores, tais como Vilavieja das Furnas, Fratel, o 3.º Grupo de Tapada do Inteiro e o Bairro Mondego. Nesta forma, o déficit de energia em 1964 seria pequeno, o que prova a necessidade de se ainda necessário iniciar a construção de mais alguns centros produtores ainda antes de 1964, devendo a sua escolha ser feita em face de estudos em realização e ainda não concluídos.

— Os transportes faltavam verbas da ordem dos 45.000 contos, ao passo que na fraude Distribuição o Plano Fidejussor aceitou a verba indicada pelo frénio.

— Para a Pequena Distribuição indica-se uma verba bastante inferior à república essencial e, nesse termo, o Párcer sufre o seu reforço.

— Quanto à energia nuclear o Párcer apia a política do governo sobre a necessidade de realizar estudos e indica a verba de 40.000 contos para esse fim.

4 - Instalações

a) Vai entrar em serviço o telecommando da Lintel feito a partir da subestação da Sobreda e dentro de pouco tempo estarão também automatizadas as telecommandas as centrais de Pego do Altar e de Vale de Jais.

— A Financieira fez realçar a importância destas medidas que permitem reduzir sensivelmente o quadro do pessoal.

b) Vão-se adjudicar muito brevemente os telefones de alta frequência para a rede sup, as instalações de telecommando da subestação do Barreiro e as instalações de telemedida da central da Cachofeira, sendo o custo total de todas estas instalações de 3 milhões de escudos. Deverá ser adjudicada brevemente uma nova subestação de 60.000 Volts no concelho de Montijo para abastecimento de certas indústrias que estão em pleno desenvolvimento.

8 - Prémio Nacional das Indústrias de Electricidade

a) Foi publicado o relatório da Direcção do prémio relativo ao ano de 1963 que vai ser também publicado em separado da revista Electricidade.

b) Vai-se realizar uma visita a Portugal de um grupo de peritos do Grupo de Trabalho da electificação rural, da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas.

— Para este efeito foi pedida pelo Ministério da Economia a colaboração do prémio tanto na preparação do programa e organização como na parte financeira. Depois de estudar o assunto a Direcção do prémio deliberou prestar a colaboração solicitada, tomando a seu cargo uma comparticipação nas despesas até limite máximo de 200.000.000 que corresponde a metade da verba prevista para a totalidade das despesas.

— A Direcção subordinou, no entanto, a concessão desta colaboração financeira à participação do prémio nos trabalhos do Comité de Energia Eléctrica de Fénice.

9 - Hidro Eléctrica do Lima - Para fazer face ao investimento ocasionado pela electificação de todo o distrito de Viana do Castelo, esta empresa pensa aumentar o seu capital de 25 milhões para 40 milhões pela emissão de 140.000 acções de 100.000 cada uma.

— O Conselho autorizou a tomada pela U.E.P. das acções que lhe corresponde na ampliação do capital.

10 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) Depois da publicação do decreto aumentando os direitos de importação, a CIRES passa a abastecer inteiramente o mercado nacional. A partir de 1 de Novembro a tabela nacional é aumentada e o preço em Portugal passará a 10.000 com descontos variáveis conforme as quantidades.

b) Foi finalmente publicado um decreto isentando de imposto de exportação o cloreto de polivinilo. Tem continuado a exportação deste produ-

to, devendo atingir este ano 2.000 toneladas e espera-se que para o ano se atinjam 4.000 toneladas.

c) Prevê-se que dentro de um ano estejam concluídas as obras de ampliação da fábrica, permitindo aumentar a produção para 700 toneladas mensais.

11 - Empresa Industrial de Fieiro

Os trabalhos da nova fábrica continuam muito adiantados, esperando-se que possam estar concluídos no próximo mês de Abril.

Em virtude das dificuldades actuais, por falta de energia em que se encontra a E.I.F. para fabrico do carvão, houve um acordo com a C.N.E. ficando entendido que a E.I.F. passaria a ser abastecida por energia eléctrica, ao preço de \$20 por cada kWh. Sobre este preço seja superior ao actualmente praticado conclui-se haver conveniência em aceitá-lo para não cessar o abastecimento de carvão à C.I.R.E.S.

12 - Pessoal

A Direcção informou o Conselho que, conforme o auto anterior, vão ser atribuídas as bolsas de estudo aos filhos dos empregados que tiverem bom aproveitamento no estudo e vão ser distribuídas mais quatro bolsas, duas instituídas pela U.E.P. e duas pelo Senhor D. Tomas de Fátima.

Seguidamente a Direcção refere o bom resultado obtido pelo pessoal que está a estudar com o auxílio prestado pela empresa.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

São Quella Kama
Impulhant

Tray - Bonet

J. Matos

[Assinatura]

António Pinto

[Assinatura]

No dia 14. de Dezembro de 1964, pelas 11 horas e 30 minutos reuniu-se em lista o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor D. Victor Ventura, no impedimento do Senhor Dr. Carlos Barros, com a presença dos senhores que assinam esta acta e dos senhores Senhores Rufino, Luísa de Fialho e Paulo de Barros.

Não compareceu por motivo justificado o Senhor João de Fátima.

Fim da Ordem do Dia

Foi aprovado um voto de sentido pesar pelo falecimento da mãe do Senhor Lourenço José Francisco Lourenço.

O Senhor Lourenço Lourenço agradeceu.

Ordem do Dia

1- Acta de Sessão Anterior - Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2- Informações Diversas

a) A situação financeira apresenta-se neste momento desafiada, atingindo as disponibilidades em Caixa 46.000.000\$00. Contribui para este facto o recebimento de 10 milhões de rendos da Caixa Geral de Depósitos, provenientes do empréstimo caucionado por títulos.

Deu virtude das acções da Empresa Termoelectrica Portuguesa estarem na Bolsa com cotação elevada considera-se boa a oportunidade para se proceder à sua venda; nestas condições propoz-se à Caixa o levantamento de 1.000 acções que estão depositadas como adiantos do empréstimo, mediante uma amortização fixada em 400\$00 por acção.

b) Foi nomeado Secretário de Estado da Industria o Senhor Dr. José Luís Esteves da Fouseca que até agora desempenhava o cargo de Subsecretário.

(D. G. N.º 263 - 1.ª Série - 9/11/1964)

c) A Empresa Hidro Electrica da Serra da Estrela foi autorizada a elevar o seu capital de 110.000.000\$00 para 140.000.000\$00 mediante a emissão de 40.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 ao preço de 1.140\$00 cada uma com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

d) O Banco Buryay foi autorizado a elevar o seu capital para 40.000.000\$00 por incorporação de 18.000.000\$00 de reservas mediante a elevação para 624\$00 do valor nominal de cada uma das acções.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

e) O Banco Fernandes Macalhas foi autorizado a elevar o seu capital para 36.000.000\$00 por incorporação de 6.000.000\$00 de reservas.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

f) A Tofa, Torrefacção de Cafés de Portugal foi autorizada a elevar o seu capital de 24.500.000\$00 para 40.000.000\$00, mediante a emissão, ao par, de 15.500 acções do valor nominal de 100\$00 cada uma.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

g) A Lufeli, Sociedade de Festas e Financiamento foi autorizada a emitir 100.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma, representativas do capital com que se vai constituir.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

h) C. de Silva (Viúva) foi autorizada a elevar o seu capital de 9.000.000\$00 para 16.000.000\$00 mediante a emissão ao par de 4.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D. G. N.º 246 - 3.ª Série - 31/10/1964)

i) Companhia de Fiação de Brezima foi autorizada a elevar o seu capital de 3.000 contos para 15.000 contos mediante a emissão, ao par, de 12.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D. G. N.º 244 - 3.ª Série - 25/11/1964)

j) Litoris, Sociedade Limitada de Urbanização e Turismo de Litoris, foi autorizada a elevar o seu capital de 9.900.000\$00 para 39.900.000\$00 mediante a emissão, ao par, de 30.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma.

(D. G. N.º 264 - 3.ª Série - 11/11/1964)

k) Foi publicado o decreto-lei n.º 45.993 que estabelece o sistema de licenciamento para circulação dos veículos automóveis de carga, mistos e de reboques affectos a transportes particulares de mercadorias, constante o traço de acção e a categoria do carro.

Este diploma veio aumentar as dificuldades de organização administrativa e criar novos encargos.

O assunto encontra-se em estudo, procurando-se por intervenção do governo conseguir a simplificação de certas normas e a redução de alguns encargos para a indústria da electricidade, dadas as suas características.

l) Foi anunciado estar a aproximar-se o termo da concessão da The Anglo-Portuguese Telephone Company Ltd. do serviço telefónico da zona de Lisboa.

O contrato poderá ser prorrogado e nesse caso no termo do novo período de concessão as instalações reverteriam gratuitamente para o Estado. Não havendo prorrogação a Companhia deveria ser indemnizada pelo valor das instalações.

O Estado optou pela segunda modalidade e para conseguir a verba necessária para pagar à Companhia autorizou o aumento das taxas telefónicas em 40%, sendo a diferença entre as novas taxas e as antigas destinada a este pagamento.

m) A Hidro Electrica do Douro foi autorizada a elevar o seu capital de 1.080.000 contos para 1.180.000 contos mediante a emissão ao par, de 100.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma com reserva de preferência para os accionistas.

(D. G. N.º 290 - 3.ª Série - 12/12/1964)

n) A Celulose Billerud que tem como objectivo a exploração da indústria de pastas de celulose solúvel foi autorizada a emitir 280.000 contos do valor nominal de 1.000\$00 cada uma, representativas do capital com que se vai constituir; deste capital uma parte foi destinada aos industriais e proprietários da refinação.

(D. G. N.º 290 - 3.ª Série - 12/12/1964)

3- Produção e Venda de Energia no mês de Novembro - Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

4- Decreto-lei n.º 46.031 - Em 14 de Novembro de 1964 foi publicado o decreto-lei n.º 46.031 inserindo disposições indispensáveis ao cumprimento.

mento das obrigações emergentes dos contratos que, com a garantia solidária do Estado, a Hidro Eléctrica do Joro e a Empresa Termoelectrica Portuguesa celebraram com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

— Conforme diz o referido Decreto-lei, "por tais contratos foi aceite o compromisso de, na determinação das tarifas a aplicar pelas duas referidas entidades no fornecimento de energia eléctrica, serem tidos em conta encargos que o artigo 122.º do Decreto-lei n.º 43.334 de 19 de Novembro de 1960 não contempla, a respeito do equilíbrio económico das concessões".

— Os encargos não tidos em conta e que iam onerar o custo eram essencialmente constituídos por um autofinanciamento obrigatório nunca inferior a 10% do valor dos investimentos previstos e aprovados para cada ano.

— Para fazer frente a estes novos encargos o preço de venda da produção da rede eléctrica pública à C.N.E. foi aumentado em 10% com o inevitável reflexo nas tarifas de venda desta última. Conquanto às empresas distribuidoras, por a C.N.E. só por si, não pde encasilar o aumento total concedido às produtoras; além disso pelo parágrafo inicial do artigo 3.º o novo preço de venda da C.N.E. será devido a partir de 1 de Janeiro de 1964 sem que as empresas e serviços distribuidores possam opor-se a sua aplicação com fundamento em situações jurídicas decorrentes de actos anteriores ao presente diploma.

— As empresas distribuidoras foram assim postas perante o problema da rebaixação de uma tarifa ainda não aprovada e sem qualquer possibilidade de se ressarcirem do apavamento de encargos que vão sofrer em relação ao ano transacto e a partir do corrente, visto não haver qualquer possibilidade de recurso contencioso contra o determinado no decreto-lei.

— Terminou-se a Divisão da Distribuição do Fôreis e o assunto ficou em aberto até se definir qual o aumento que vão sofrer as tarifas da C.N.E.

— Embora não seja ainda conhecido este aumento, parece possível em face dos elementos já conhecidos, ser ele compensável à nossa economia.

1.º Plano Intercalar de Fomento 1964-1967

— Terminou a apreciação da proposta de lei relativa ao Plano Intercalar de Fomento.

— O parecer da Câmara Corporativa teve incluída aprovação da Assembleia Nacional unânime o voto de que no sector de energia eléctrica, se respeite o equilíbrio hidroeléctrico-térmico, de efeitos mais benéficos para o interesse nacional, e se possiga em escala adequada, no aproveitamento dos recursos nacionais, procedendo-se, para esse efeito e no mais breve prazo, à entrega das respectivas concessões e à fixação do início de execução dos empreendimentos programados.

— No que diz respeito à energia nuclear a Assembleia Nacional votou que se efectuem com urgência os trabalhos relativos à utilização da energia nuclear para a produção da electricidade, definindo-se uma política de autonomia nacional e reforçando-se nos aspectos de estudos, organização, valorização de combustíveis nucleares nacionais e formação dos quadros, os meios necessários à realização dessa finalidade.

estas condições torna-se necessário definir quais os empreendimentos a iniciar em 1965 além dos indicados no Projecto de Plano Multicalar.

6 - Projecto de Proposta de Lei sobre Autorização de Receitas e Despesas - A sessão deu conhecimento ao Conselho do projecto de proposta de lei para autorização de receitas e despesas para 1965 e definiu os principais aspectos:

a) Ser dada prioridade aos encargos com a defesa nacional.

b) Auxílio ao desenvolvimento económico, criando algumas facilidades para as actividades industriais e diminuindo o imposto sobre a indústria agrícola.

c) Revisão das condições económicas-sociais dos servidores do Estado.

7 - Contribuição e Imposto

O processo de reclamação contra a contribuição industrial continua em estudo no Ministério das Finanças. Este assunto tem sido acompanhado com a maior atenção e por várias vezes o representante da U.E.P., Sr. Dr. António Tavares Júnior, tem sido convocado para prestar esclarecimentos sobre vários pontos, não se tendo chegado ainda a uma conclusão.

Quanto ao imposto de desemprego pago em foi-lhe dado afora conhecimento que os tribunais tinham reconhecido razão à U.E.P. no recurso por ela apresentado, mandando restituir 66.000\$00 da importância paga.

8 - Contratos e Clientes

a) A Câmara Municipal do Porto foi informada oficialmente que as actuais fornecedoras C.N.E. e U.E.P. se encontram interessadas, em princípio, em continuar o fornecimento em conjunto.

A Câmara do Porto pede afora a construção de mais duas linhas a 60 KV para abastecimento da nova subestação, a construir na zona da Boavista.

Como esta linha só estaria concluída para fins de 1966 e o actual contrato termina em 31 de Dezembro deste ano, a U.E.P. entende não dever construir essas linhas, tanto mais que as actuais foram por ela instaladas e de sua conta.

A C.N.E. aceita construir as linhas desde que a Câmara do Porto as pague. Recenta-se em estudo a nova minuta de contrato a realizar com a Câmara do Porto, parecendo que a C.N.E. está disposta a suprimir o desconto especial que faz hoje, passando assim a Câmara do Porto a pagar ao preço normal dos outros distribuidores.

O aumento só pode ter seguimento depois de estarem aprovadas as novas tarifas da C.N.E.

b) As actuais concessões de baixa tensão terminam em 1967 e desde o fim de 1964 que se têm realizado melhorias para a realização do novo contrato.

Por acordo com o Governador Civil do Distrito de Setúbal e com a Direcção Geral dos Serviços Eléctricos as conversas iniciaram-se com a Câmara Municipal de Palmela e só depois de acordo com esta Câmara se poderá estudar as restantes Câmaras.

O novo contrato prevê a instituição de um sistema tarifário diferente do actual com dimensão menor de escalão e preço médio mais baixo em contrapartida de se adoptar o sistema de leitura, faturação e cobranças bimestral.

A fim de evitar dificuldades admite-se a hipótese de poder optar por sistema mensal mas nesse caso a tarifa será mais alta.

O preço proposto pela U.E.P. para a concessão foi de 20 aos a Câmara propôs 10. Pense-se que 10 aos será um valor razoável.

Uma vez acordadas em definitivo as condições com a Câmara de Palmela foi enviar-se à o acôrdo das restantes Câmaras, só sendo de aplicar o novo sistema tarifário quando ele for generalizado a todas as concessões, por treis graves dificuldades para o sistema mecanográfico a existência de tarifas diferentes nas diversas concessões.

c) Há cerca de 20 aos estivemos em negociações com a Sociedade Industrial do Bonfim para aquisição da concessão do Barrido, não se tendo porém chegado a um acôrdo.

O assunto foi-nos agora novamente apresentado por uma das suas sócias a Lucifera Aliares, que propõe a venda da concessão.

Depois de examinado o assunto o Conselho autorizou a gerência a realizar as necessárias conversações.

9- Instalações - Subestação de S. Francisco

Em virtude do aumento de consumo que se tem verificado na zona do Montijo, provocado pela ligação de novos clientes e pelo aumento de outros já ligados, verificou-se a necessidade de fornecer à instalação de uma subestação de 60.000/30.000/6.000V naquela zona.

Vai-se fornecer à adjudicação daquela obra, a fim de se começar a executar em 1965 para estar pronta em 1966.

Consultaram-se vários fornecedores e das propostas recebidas aquela que apresentou melhores condições foi a Electricidade Industrial Portuguesa com 2.243 contos, com uma percentagem de trabalho nacional de 48% e um prazo de entrega de 9 meses.

O Conselho autorizou a gerência a fornecer à adjudicação da nova subestação àquela firma.

10- Visita do Ministro da Economia a Espanha

O Senhor Ministro da Economia realizou uma visita a Espanha nos dias 9 a 14 de Novembro para tratar de vários problemas entre eles o da electricidade, tendo sido convidado para participar nesta visita o Senhor Engenheiro Paulo de Barros, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Superior de Electricidade.

Estabeleceram-se contactos com o Senhor Ministro da Industria Espanhola tendo sido abordado o problema do Jouro Internacional, no sentido de se procurar uma fórmula que permita uma exploração conjunta de todas as centrais, de maneira a conseguir o melhor aproveitamento possível dos recursos.

Um outro assunto tratado foi o problema da energia nuclear em que Portugal pediu para acompanhar o trabalho das centrais espanholas, a fim de

permitir aos europeus adquirir uma experiência neste sector.

Falou-se ainda do problema da eventual compra de urânio português nas minas de Urzeira e na construção de uma central nuclear ao Sul da Península.

11- Empresa Termoelétrica Portuguesa

A Empresa Termoelétrica Portuguesa realizou uma ampliação de capital de 250.000 contos para 315.000 contos mediante a emissão ao par de 65.000 acções de valor nominal de 1.000\$00 cada uma.

12- Prémio Nacional das Indústrias de Electricidade

a) Já foi elaborado o Regulamento do Prémio para 1965.

Como ordem de prioridade em relação às diversas actividades está a questão do planeamento a longo prazo, o problema da formação profissional e o problema dos estudos tarifários.

Prevê-se a hipótese de um futuro regamento suplementar com a comparticipação dada pelo Fundo de Desenvolvimento de Mão de Obra.

b) No que diz respeito ao contrato colectivo de trabalho, tem-se realizado conversações com o Sindicato e com o Ministério das Corporações, a fim de se fazer esclarecimentos acerca do método de qualificação de funções.

c) A UNIPEDE, a convite do prémio, realizará uma reunião do Comité de Direcção, em Lisboa, nos dias 6 e 7 de Abril.

d) A UNESA vai realizar Jornadas Técnicas de Hidrologia e convidou o prémio a enviar técnicos portugueses para participarem nessas jornadas.

13- Hidro Eléctrica do Cávado

O decreto-lei nº 46.031 provocou uma forte redução de receitas da Hidro Eléctrica do Cávado e receia-se que o dividendo de 1964 não possa ser superior a 3%.

O Senhor Superintendente Manuel Fialho, um dos representantes do sector privado no Conselho de Administração, fez notar que no referido decreto se afirma a conveniência de assegurar a todas as empresas da rede primária a possibilidade de remunerar os capitais accionistas.

nestas condições suporta que por intervenção do Delegado do Governo e dos representantes do Estado se fizesse sentir ao governo a situação da Companhia.

14- Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

Os problemas da vida desta Companhia têm corrido com toda a regularidade, estando a fábrica presentemente a fazer uma produção da ordem das 500 toneladas por mês.

Continua a procura deste produto, recebendo-se constantemente pedidos de fornecimento para o estrangeiro que não é possível, por enquanto, satisfazer. No entanto, está-se a estudar a possibilidade de ampliar a fábrica, de forma a poder produzir 700 toneladas mensais.

15- Empresa Industrial do Freixo

Em consequência das consultas para a exportação do PVC para vários países a E.I.F. recebeu também consultas para exportação de carvão, estando em negociações para o fornecimento de 600 toneladas para a América. Como se prevê que a nova fábrica deverá entrar em laboração a partir do mês de Abril ou Maio, enviámos uma proposta com a indicação de que seria fei-

fa em fogo e fixar no decoreto do próximo ano.

16- Pessoal e Diversos

a) O Conselho aprovou a concessão de uma gratificação pelo natal a todo o pessoal nos termos usuais;

b) Por proposta da ferência, o Conselho autorizou que ficasse de conta da sociedade uma parte das quantias em dívida pelo empregado por motivo de doença, como segue:

Lote

Américo Almeida Pereira 1.400\$00

Carlos Ferreira da Silva 1.600\$00

Bernardino R. Fraga 1.400\$00

Victor Salazar 1.400\$00

Marta Fivoni Faria 3.000\$00

Albino Pereira Dias 1.400\$00

João Martins Soares 1.000\$00

Algo. Abel José Barbosa 8.000\$00

Luís António Spadley Silva 3.000\$00

José Augusto B. Moreira Aguiar 1.400\$00

Fernando M. F. Alves 1.000\$00

Américo José Ferreira 1.000\$00

José Joaquim Pires 3.000\$00

Suf

Valdemar Ferreira 1.600\$00

Francisco Oliveira dos Santos 3.499\$00

António dos Santos 2.906\$40

Artur da Silva 2.602\$20

Luís Martins 1.961\$80

Bernardino Ferreira da Silva 1.461\$30

Luís Afonso Soares 1.150\$00

Luís José 664\$00

c) O Conselho aprovou a verba de 10 contos para donativos do natal;

d) O Conselho aprovou a proposta da ferência para a admissão de um enfermeiro para os serviços na zona Suf;

e) A ferência pediu autorização ao Conselho para que o pessoal reformado fosse abrangido pelo regulamento de subsidio por morte, concedido ao restante pessoal e pela concessão de um subsidio de doença a pessoal tuberculoso para complementar a importância concedida pela Caixa.

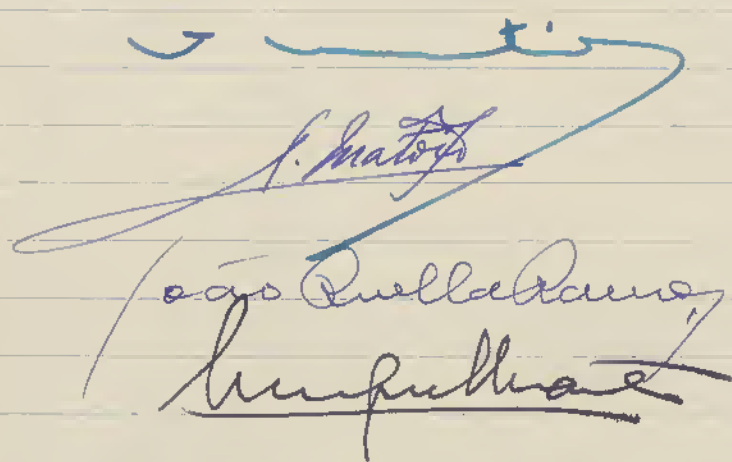
O Conselho aprovou esta orientação.

f) Finalmente o Senhor Superintendente Manuel Fialho deu conhecimento ao Conselho de uma carta do Senhor Dr. António Tavares Figueira, chefe dos serviços Administrativos da zona Norte, na qual faz um agradecimento ao Conselho pelas facilidades que lhe foram concedidas durante o tempo em que exerceu o cargo de Director do Instituto Commercial do Porto e informando que tinha pedido a demissão daquele cargo para se dedicar

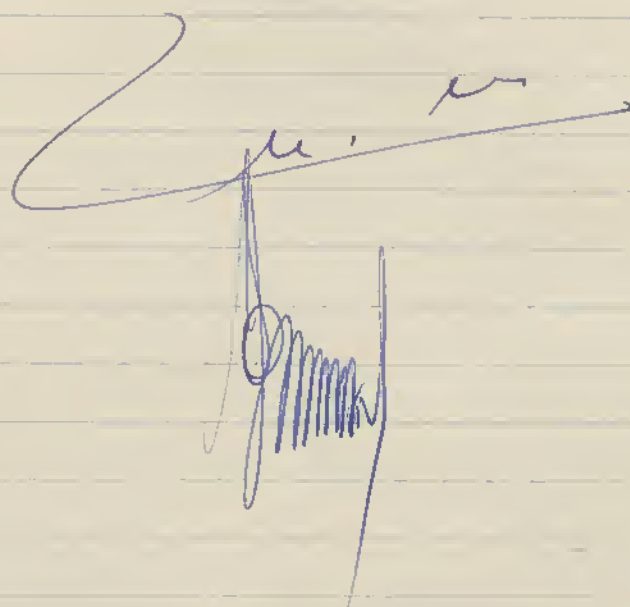
inicialmente à U.E.P. No entanto, por insistência do Senhor Ministro e do Senhor Subsecretário de Estado continuava na Junta de Educação Nacional sem qualquer remuneração.

O Senhor Insupeiro Luamede Fialho fez notar ao Conselho que o Senhor Dr. Tavares Júnior tinha recebido do Ministério de Educação Nacional um lauro quando da sua exoneração.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.


João Ruella Ramos
Impulha

Amaya Lamy



No dia 22 de Fevereiro de 1964, pelas 11 horas e 30 minutos reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Dr. João Ruella Ramos, no impedimento dos Senhores Dr. Carlos Barbosa e Dr. Victor Abrutia, com a presença dos senhores que assinam esta acta, do Delegado do Governo, Senhor Dr. António Maria Pinheiro Torres e dos Senhores Insupeiros Luamede Fialho e Paulo de Barros.

Ordem do Dia

O Senhor Dr. Euclides Uraola comunicou ao Conselho que o Senhor Dr. José Maria Oriol não podia comparecer a esta sessão, em virtude de ter tido que se deslocar à Suíça para acompanhar um filho que foi submetido a uma operação extremamente delicada.

Felizmente que tudo correu bem, esperando-se que dentro de dias Dr. José Maria Oriol possa regressar a Espanha.

O Senhor Dr. Euclides Uraola comunicou ainda que o Senhor Dr. Victor Abrutia não tinha podido também comparecer por estar ainda afectado pelo falecimento da irmã de sua mulher.

Por proposta do Senhor Dr. João Ruella Ramos ficou consignado em acta um voto de sentido pesar pelo falecimento do cunhado do Senhor Dr. Victor Abrutia e o voto de boas melhoras do filho do Senhor Dr. José Maria Oriol.

Ordem do Dia

1- Acta da Sessão Anterior - Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) - A situação de caixa continua desafiada, atingindo as disponibilidades 61 milhões de escudos.

Tem continuado a venda de títulos na carteira da Empresa Temoelectrica Portuguesa e da Hidro Electrica do Cavado.

b) O Banco da Agricultura foi autorizado a ampliar o seu capital de 45.000 contos para 100.000 contos, sendo 45.000 contos em numerário e 10.000 contos por incorporação de reservas.

(D. G. N.º 293 - 3.ª Série - 16/12/1964)

c) O Bank of London & South America foi autorizado a aumentar o seu capital de 30.000 contos para 33.000 contos.

(D. G. N.º 14 - 3.ª Série - 21/1/1965)

d) Foi autorizada a fusão dos Bancos Nacionais Ultramarino e Ferreira Alves e Pinto Leite.

(D. G. N.º 23 - 3.ª Série - 28/1/1965)

e) A Sociedade Comercial José Joaquim Barreiro foi autorizada a elevar o seu capital de 450 contos para 16.000 contos, mediante emissão de 15.250 ações do valor nominal de 1.000.000 cada uma.

(D. G. N.º 36 - 3.ª Série - 12/2/1965)

f) A Companhia de Seguros Pátia foi autorizada a ampliar o seu capital de 1.000 contos para 10.000 contos, sendo 15.000 contos provenientes de incorporação de reservas e 4.000 por emissão de novas ações.

(D. G. N.º 26 - 3.ª Série - 1/2/1965)

g) Foi autorizada a emissão de um empréstimo externo amortizável até 1985 a taxa de $4\frac{3}{4}$ por cento, até ao montante de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, a fim de financiar empreendimentos considerados no Plano Setorial de Fomento para 1965-1967.

(D. G. N.º 14 - 1.ª Série - 18/1/1965)

h) Em virtude da subscrição das ações da Hidro Electrica do Douro ter atingido o total de 242.334 houve que proceder a uma forte cotação.

i) A Fábrica Luso Holandesa de Redes foi autorizada a elevar o seu capital de 30.000 contos para 50.000 contos, mediante a emissão, ao par, de 20.000 ações.

(D. G. N.º 40 - 3.ª Série - 17/ /1965)

j) Foi nomeada uma comissão organizadora da visita a Portugal, a realizar em 30 de Setembro p.p. do grupo de Trabalho para Estudo da Electificação Rural do Comité de Energia Eléctrica da Comissão Económica para a Europa, da qual faz parte o Senhor Engenheiro Paulo de Barros como representante do Grupo Nacional dos Industriais de Electricidade.

Tanto o ano se realizam estas visitas a vários países sendo este ano estido a vez a Portugal e Espanha.

Como esta visita abrange Espanha e Portugal realizou-se uma reunião em Espanha entre as comissões portuguesa e espanhola para acerto de programas.

3 - Relatórios, Balanço e Contas Relativos ao Exercício de 1964

O Conselho tornou conhecimento do Balanço em 31 de Dezembro de 1964.

e da conta de Resultados Gerais do exercício findo.

A gerência informou que, em face dos resultados atingidos e das razões apresentadas pela Direção da E.F., se tinha decidido aceitar um aumento de preço da energia fornecida por esta empresa que se cifra no total de 2.200 contos, dentro do habitual espírito de colaboração entre as duas empresas.

Depois de realizada a apreciação e discussão dos documentos, o Conselho aprovou as contas e o relatório anual que, assinado pelo Senhor Presidente, deverá ser submetido juntamente com o Balanço e Resultados Gerais de Exercício à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 29 de março p.p. às 10 horas e tendo em vista.

Verifica-se que a conta de Resultados depois de efetuado o disposto no 4.º do artigo 12.º dos Estatutos acusa um saldo de 38.374 contos para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2.500	contos
Dividendo a distribuir	31.400	"
Provisão a todo o pessoal (10% sobre o dividendo)	3.140	contos
Para novo exercício	1.224	"
	38.374	"

4- Orçamento Financeiro para 1964

O Conselho tomou conhecimento do orçamento financeiro para 1964 tendo a gerência prestado alguns esclarecimentos sobre a previsão de receitas e despesas.

Das despesas estão incluídas além da aquisição de energia que só por si representa cerca de 40% do total, o encargo de amortização dos empréstimos, entre os quais se inclui o americano, de juros e de dividendo. O total, previsto para a despesa é de 498.000 contos. As receitas provenientes essencialmente da sua quase totalidade da venda de energia atingem 494.000 contos.

Os investimentos previstos para 1964 cifram-se em 45.000 contos. Nestas condições e considerando o saldo em Caixa e Bancos em 31 de Dezembro conclui-se que as necessidades financeiras para o ano corrente não excederão 12.000 contos que se poderão facilmente suprir pela venda de títulos em carteira e por empréstimos a curto prazo.

6- Contratos e Clientes

a) Têm continuado as conversações para a renovação do novo contrato com a Câmara do Porto. A C.N.E. e a U.E.P. acordaram numa minuta na qual não está ainda incluída a tarifa, em virtude de não ter sido fixada a nova tarifa para a C.N.E.

b) A União Fabril do Porto explora uma fábrica de produção de amoníaco por via química, abastecida pela nossa rede com um consumo da ordem dos 100 milhões de Kw/h anuais, ao abrigo de um contrato que o cliente vem ter concluído, em 1964, a preços inconvenientes para a indústria, em virtude de não poder reduzir a produção no período de inverno como se tinha aprovado.

Dada a importância deste cliente e o interesse em evitar que ele se

para ligar à rede da C.N.E., a gerência entende que será necessário fornecer uma solução que dê satisfação ao cliente tendente a um preço razoável e limitando a margem de lucro ao mínimo indispensável.

O Conselho aprovou esta orientação e deu poderes à gerência para prosseguir nas negociações.

c) Quanto ao problema das concessões de pequena distribuição o novo contrato com a Câmara Municipal de Palmela está praticamente acordado, nas seguintes condições:

a) Facturação bimestral

b) Preço de concessão 15 anos.

c) Redução de tarifa para serviços públicos 10%.

Como a Câmara de Palmela tem uma dívida para com a U.E.P., cerca de mil contos, estabeleceram-se um acordo pelo qual este pagamento se fará no prazo máximo de 10 anos e as facturas que se vencerem a partir de Janeiro de 1961 deverão ser pagas pontualmente.

As novas tarifas para iluminação pública só serão aplicadas depois da Câmara ter aprovado este acordo e iniciado o seu cumprimento.

4 - Contribuições e Impostos

a) Continua por liquidar a contribuição industrial relativa ao exercício de 1963, em virtude da reclamação apresentada pela U.E.P. pelo facto dos encargos de reversão não terem sido considerados como despesas.

O Chefe dos Serviços Administrativos, Senhor Dr. António Tavares Júnior tem continuado em contacto com o Ministério das Finanças parecendo estar tudo encaminhado no sentido de um derrogação, embora possa sempre haver uma surpresa.

b) O problema relativo ao imposto de comércio e indústria agravou-se, pois permitida a lei que as Câmaras Municipais cobrem imposto de valor até 45% da contribuição industrial e estando entendido que o agravamento foi progressivo 1% ao ano, diversas Câmaras da nossa zona de concessão deliberaram aplicar imediatamente o 45%, criticando esse que se generalizar, o que trouxe um agravamento da ordem dos 1.000 contos.

O Ministério da Economia em seguimento ao parecer do Conselho Superior de Electricidade apresentou ao Ministério do Interior um projecto de decreto pelo qual se fixam taxas de 20 a 25% para as empresas distribuidoras.

Adopta-se uma resolução do assunto.

8 - Conselho Superior de Electricidade

O Senhor Engenheiro Lucrecio Fialho referiu-se ao parecer em estudo no Conselho Superior de Electricidade relativo às novas tarifas da C.N.E.

Os preços de venda de energia produzida pelas centrais da rede primária foram aprovados em 10% e tratava-se de verificar qual a parte deste aumento que a C.N.E. podia encasilar; nesse sentido o relator foi o Senhor Engenheiro Ferreira Dias, Presidente da C.N.E., que elaborou estudo minucioso definindo os encargos da empresa.

A tarifa estruturada tem taxas de energia em valores iguais aos preços

de aquisição à produção e por consequência o encargo da C.N.E. serão pagos pelas taxas da potência.

Conclui-se daqui a considerável importância que tinha a definição de potência para o biênio 1964-1966.

Como esta parte do parecer foi só dissenso em favor do mesmo, foi possível aos representantes das distribuidoras fazer admitir os valores efectivamente verificados em Dezembro de 1964 e que se referentem por todo o ano de 1965, o que se traduz numa apreciável economia em relação aos valores originários previstos no parecer.

A tarifa binomia assim obtida tem em relação à anterior uma deflexão muito menos acentuada, o que se vai traduzir em preços menores para clientes de baixa utilização e em preços mais altos para clientes de grande utilização.

A aplicação das novas tarifas à U.E.P. conduziu a agravamentos da ordem dos seis a sete décimos de centavo, o que é suportável para a nossa economia.

9 - Empresa Termoelectrica Potiguesa

a) Em virtude da ETEP in construir uma nova central no Carrefado foi publicado o decreto-lei N.º 43.375 de 19 de Novembro de 1964 ampliando a concessão à nova central. A potência será de 100 MW em 4 escalões de 25 MW.

O 1.º escalão deverá ficar concluído em 30 de Setembro de 1967.

b) Foi fixado em 600800 por tonelada o preço de venda do fuel-oil à ETEP, destinado à central do Carrefado.

c) Esta empresa realizou com o Banco Internacional um novo empréstimo da ordem dos 15 milhões de dólares para cobertura das suas necessidades financeiras.

10 - Hidro Eléctrica do Lavado

Depois de apreciadas as contas relativas ao ano findo, o Conselho resolveu propor à Assembleia um dividendo de 6%, obtido pela inclusão no investimento da parte de juros dos empréstimos.

11 - Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve

A gerência informou o Conselho que a energia vendida durante o ano de 1964 tinha atingido um total de 49 milhões de kWh, ultrapassando as previsões feitas.

Prevê-se que este ano se chegue a um resultado positivo.

12 - Empresa Industrial do Freixo

A E.I.F. continua a receber energia da FENOSA, o que traz como consequência um encarecimento bastante apreciável na produção. Por este motivo fez-se um acordo com a CIREF pelo qual ficou estabelecido que o carvão, passaria a ser vendido a 2.500400 a tonelada em vez de 2.000400 enquanto fosse fabricado com a energia importada.

A nova fábrica da Figueira da Foz está em fase bastante adiantada, no entanto prevê-se que não esteja concluída antes de Julho ou Agosto.

13 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

A estiação tem dificultado a laboração da fábrica, devido à falta de óleo, dado que a UNITECA não tem recebido energia. Continua a "bater" uma grande frou-

na deste produto, evitando-se contudo a exportação, dada a situação actual.

— A 30/IV fez uma consulta de 1.000 toneladas para ser entregue no segundo semestre, mas dadas as dificuldades existentes ficámos de apresentar proposta na devida altura, em função das possibilidades.

— 14. — Prémios Nacionais dos Industriais de Electricidade

— A pedido da Secretaria de Estado da Industria o prémio fez uma previsão de investimentos e respectiva cobertura para 1964. Esta previsão inclui o encargo ainda não satisfatório relativo ao Alto Rabagão, a central de Benfós, no Douro, Távora, o Carrapatelo, o III grupo da Tapada de Outeiro, a central do Carregado e uma pequena verba para menores.

— A verba prevista para investimentos para produção e transporte foi de 968.000 contos e para a fraude e pequena distribuição, foi de 400.000 contos. A verba total vai ser adicionada a dos investimentos de centros de produção ainda não definidos e que poderão ser Vilariinho das Furnas ou Trastel ou Mondégo. Estes elementos são destinados a serem incluídos no plano que o governo está a preparar sobre as despesas a fazer ao abito do Plano Interclares e sua cobertura.

— 15. — Pessoal

— Tive virtude do assunto de trabalho verificado na Secção de Titulos, motivado pela nova estrutura de impostos sobre capitais e ainda a avançada idade dos elementos que constituem esta secção, a gerência pediu autorização ao Conselho para admitir duas funcionárias com o vencimento mensal líquido compreendido entre 1.200\$00 e 1.800\$00.

— O Conselho concordou.

— Antes de encerrar a sessão o Senhor Dr. João Luella Ramos felicitou a gerência dizendo que era motivo de congratulação para o Conselho a maneira como foi conduzida a actividade da Sociedade durante o ano 1964, o que permitiu, apesar de todas as dificuldades que surgiram, ter-se conseguido obter um resultado, não tão brilhante como se desejaria, mas felizmente compensador.

— Finalmente dirigindo-se ao Senhor Dr. António Pinheiro Torres, Delegado do governo junto da Sociedade, disse que reformava as palavras proferidas no Relatório e desejava que ficasse consignado em acto a forma correctissima e o espirito de compreensão manifestado pelo Senhor Dr. Pinheiro Torres durante o dois anos em que exerceu as funções de Delegado do governo junto desta Sociedade, lamentando que um imperativo legal o obrigasse a abandonar o seu cargo.

— O Senhor Dr. Pinheiro Torres apadeceu muito comido as palavras do Senhor Dr. Luella Ramos, recordando o tempo em que trabalharam juntos como advogados e a amizade que sempre o tinha ligado.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Luella Ramos
António Pinheiro Torres

Alex. Martins

João Luella Ramos
António Pinheiro Torres
Alex. Martins

Cygnus

No dia 29 de Março de 1965, pelas 12 horas, reuniu-se no Porto o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor J. Ruela Ramos como vogal mais antigo, na ausência do Senhor J. Victor Urutia, Vice-Presidente do Conselho, com a presença dos vogais que assinam esta acta e dos Senhores Deputados Luamede Fialho e Paulo de Barros. Não compareceu o Senhor Delegado do Governo.

Após abrir a sessão o Senhor J. Ruela Ramos disse parecer desnecessário repetir as palavras que proferiu na Assembleia geral em homenagem à memória do Senhor J. Carlos Barbosa, ilustre Presidente do Conselho de Administração, falecido há poucos dias. Percebeu-se que certamente interferia o sentimento de todos ao evocar a sua figura patifera e ao lembrar a profunda saudade que em todos deixara.

Seguidamente o Senhor J. Ruela Ramos, dirigindo-se ao novo vogal do Conselho de Administração, eleito na Assembleia geral, Senhor J. José Fualberto de Sá Carneiro, disse-lhe de satisfação que todos tinham em vê-lo ingressar na empresa a qual tão relevantes serviços prestara durante inúmeros anos como advogado consultor.

O Senhor J. José Fualberto de Sá Carneiro agradeceu as palavras do Senhor J. Ruela Ramos e disse ter estimado aguardar muitos anos para poder entrar no Conselho, dada a razão que tal originara.

A sessão foi então levantada, em homenagem à memória do Senhor J. Carlos Barbosa.

J. Ruela Ramos

Victor Urutia

José Fualberto de Sá Carneiro
101 111 111 111

Luamede Fialho

Paulo de Barros

Luamede Fialho

Paulo de Barros

No dia 8 de Abril de 1965, pelas 12 horas reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor J. Victor Urutia, com a presença dos vogais que assinam esta acta e dos Senhores Deputados Luamede Fialho e Paulo de Barros.

Ordem do Dia

O Senhor J. Victor Urutia, ao abrir a sessão, disse querer dizer umas palavras já que lhe coubesse a triste honra de presidir a esta reunião.

Signif.

Temos despedir-nos do Dr. Carlos Barbosa da maneira mais nobre que é possível: numa Igreja portuguesa.

O Senhor Dr. Carlos Barbosa passou a história desta Sociedade, Prestámos-lhe homenagem suspendendo a última sessão do Conselho mas não se pôde começar esta sem lhe dar o último adeus. Além disso há outras razões. O Dr. Carlos Barbosa era o último elo da cadeia da tradição dos fundadores portugueses desta Sociedade. Esta cadeia fôr por afora cortada com a presidência que assumiu hoje. Mas é vontade e desejo, pelo menos da representação espanhola e estou certo da portuguesa também, que se mantenha a tradição. Esta Sociedade fôr fundada por Lottó Mayor e meu Pai; depois, circunstâncias da vida e interesses outros países forçaram a família Lottó Mayor a refazer-se um pouco, fisicamente, do comando desta Sociedade. Felizmente a amizade manteve-se viva durante três gerações.

Dentro da tristeza motivada pela saída do Dr. Carlos Barbosa tenho contudo a satisfação, não somente minha, que é enorme, mas a de todos os meus companheiros do Conselho, de ver que se apresenta a nação da família Lottó Mayor tomar a posição de comando que tinha nesta Sociedade. Propomos por isso que se já nomeado Presidente, por unanimidade, o Senhor Comandante José Francisco Lorenza Luatzo, neto por afinidade do fundador desta empresa.

O Senhor Comandante Luatzo é escolhido não só por esta razão mas também pelas suas qualidades há muito conhecidas. Como bom marinheiro conduziria o barco a bom porto.

O Senhor Comandante Luatzo, tomando a palavra, pediu para guardar uns momentos de recolhimento em homenagem à memória do Senhor Dr. Carlos Barbosa.

Devido à generosidade do meu sofrimento e à benevolência de V. Ex.^{as} tive há cerca de 22 anos a subida honra de vir compartilhar com V. Ex.^{as} as responsabilidades da Administração desta Sociedade. Bem limitada tem sido a minha actuação mas grandes têm sido os benefícios que tenho recebido de V. Ex.^{as}. Durante este já longo mas sempre muito agradável convívio. E se me permittem, como dizem recordar é viver, eu desejaria neste momento lembrar a memória de duas ilustres figuras que honraram este Conselho de Administração. Desejo referir-me a D. Fernan de la Hura, esse gentleman que a todos estimulava com a sua esmerada educação, e a D. Pablo de Fornica, essa notável figura, que, com os seus elevados dotes de inteligência e grande cultura e experiência no mundo dos negócios, sempre ouvi com o maior respeito e atenção.

Dirigindo-se ao Senhor D. Victor Abuita, o Senhor Comandante Luatzo disse: não me surpreende as suas palavras, são bem características do seu nobre espírito de cavalheiro e de pessoa que sabe cimentar e desenvolver, cada vez mais, velhas e sólidas amizades.

É V. Ex.^{as} de facto o Presidente desta Sociedade, quer pelo que representa quer pelo muito que esta Sociedade, desde o seu início, ficou devendo à nobre figura que foi seu ilustre Pai. Quis no entanto V. Ex.^{as}, conjuntamente com os ilustres membros que compõem este Conselho de Administração, digna-

sem-se honrar-me com a indicação da minha simples pessoa para o desum-
fundo deste elevado cargo de Presidência do Conselho de Administração.

— Desejo agradecer pessoalmente, e a todos os ilustres membros deste Conselho
de Administração muito sensibilizado, a honra concedida, fazendo votos pelas
prosperidades pessoais de V. Exas. e fazendo igualmente votos pelo progresso e fra-
queza da nossa sociedade.

— Seguidamente, foi eleito o senhor J. Victor Abrutis para Vice-Presidente
do Conselho.

— O senhor engenheiro Paulo de Barros, em nome do senhor engenheiro
Luamede Fialho e em seu próprio nome, assegurou ao senhor Comandante
Luatro e ao senhor J. Victor Abrutis a melhor e mais eficaz colaboração em to-
dos os aspectos.

Ordem do Dia

— 1- Actas das Sessões Anteriores — Foram lidas e aprovadas as actas das sessões
anteriores.

2- Informações Diversas

— a) As disponibilidades em caixa atingem neste momento 54 milhões de
contos, incluindo 10 milhões a prazo.

— Estas disponibilidades vão ser reduzidas com o pagamento do dividendo,
mas espera-se não haver qualquer problema de tesouraria.

— Tem continuado a venda de títulos em carteira, tendo-se cobrado des-
de o princípio do ano 1.940 acções da TERMEL e cerca de 360 acções do Cávado.

— b) A feitura, referindo-se à remodelação ministerial na parte que mais in-
teressa à U.E.P., ou seja o Ministério da Economia, começou ter sido nomea-
do ministro da Economia o senhor Dr. José Gonçalves de Lima Lottomayor Co-
rreia de Oliveira e secretário de Estado da Indústria o senhor engenheiro Lu-
amaf Rafael Amaro de Costa.

— (D.G. Nº 66 - 1ª Série - 19/3/964)

— c) A LUSOTUR foi autorizada a emitir 156.500 acções do valor nominal
de 1.000\$00.

— (D.G. Nº 63 - 3ª Série - 16/3/964)

— d) Foram nomeados administrador por parte do Estado junto da Companhia
Nacional de Electricidade, o senhor Manuel Marques Teixeira, antigo governador
Civil de Viseu, e Delegado ao governo junto da Empresa Hidro Eléctrica de Ser-
ra da Estrela e da CHENOP, respectivamente os senhores Dr. João Luis Pimenta
Lemos e Silva Pereira que em tempo tinha sido Administrador por parte
do Estado junto da Hidro Eléctrica Portuguesa e o Dr. Elísio de Oliveira Al-
ves Pimenta, actual delegado do governo junto da Electricidade de Lima.

— (D.G. Nº 41 - 2ª Série - 24/3/964)

— e) A Hidro Eléctrica Portuguesa e a Hidro Eléctrica do Douro anunciaram
a troca de acções da primeira por acções da segunda, em virtude da cessão
da concessão do aproveitamento do rio Távora para a Hidro Eléctrica do Douro.

— f) Por proposta do Banco de Portugal foi nomeado Administrador por parte
do Estado junto do Banco de Fomento Nacional o senhor Dr. Luis Maria Tei-

Exemplos:

veira Pinto, antigo ministro da Economia, e designado para vice governador.

(D.G. N.º 78 - 2ª Série - 2/4/1964)

f) Foi publicado um despacho fixando o preço-base máximo de venda a consumidores dos ferro nacionais e estrangeiros a partir do próximo dia 31 de março e introduzindo modificações nas regras de comercialização dos produtos siderúrgicos.

O agravoamento é pesado, pois não só aumentaram o preço, como ainda se reduziram os descontos e vai ter repercussão nos preços das linhas de alta tensão com postes de ferro.

h) A SIAPA, Sociedade de Investimentos e Administração Prediais e Agrícolas foi autorizada a elevar o seu capital de 9.000 contos para 30.000 contos mediante a emissão de 21.000 ações do valor nominal de 1.000\$00 cada uma com reserva de preferência para os accionistas.

(D.G. N.º 80 - 3ª Série - 5/4/1964)

i) A HOTEL, Sociedade Industrial Hoteleira do Sul de Portugal foi autorizada a elevar o seu capital de 9.750 contos para 40.000 contos pela emissão de 40.250 ações do valor nominal de 1.000\$00 cada uma, sendo 19.500 contos por incorporação de reservas e 20.750 contos destinados a serem subscritos por actuais e novos accionistas.

(D.G. N.º 80 - 3ª Série - 5/4/1964)

j) A SONEFE foi autorizada a emitir 40.000 obrigações do valor nominal de 1.000\$00 cada uma ao juro de 5 por cento ao ano.

(D.G. N.º 80 - 3ª Série - 5/4/1964)

3 - Pagamento de Dividendo

Foi decidido iniciar o pagamento do dividendo a partir do dia 12 de Abril b.f.

4 - Produção e Venda de Energia no mês de março

Foram presentes ao Conselho o dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

5 - Relatórios e Balanços das Empresas Eléctricas Relativos a 1964 - A reunião deu conhecimento ao Conselho dos Relatórios, Balanços e Contas referentes ao exercício de 1964 de algumas empresas de electricidade, tendo seguidamente sido apreciada a situação relativa dos resultados apresentados.

6 - Contribuição Industrial

A reclamação apresentada pela U.E.P. relativa à liquidação da contribuição industrial de 1964 não teve ainda qualquer seguimento, esperando-se no entanto que tudo se venha a resolver a favor da U.E.P.

Foi publicada a lista das sociedades a fiscalizar este ano pelo Estado, tendo sido escolhida as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, no ramo eléctrico.

7 - Contratos e Clientes

a) Tem continuado as conversações com a Câmara Municipal do Porto para a realização do novo contrato, estando a Câmara a elaborar uma contra-memória para remeter à C.N.E. e U.E.P. mantendo-se, no entanto, a mesma posição das duas Companhias, em virtude de não se conhecer ainda a nova tarifa da C.N.E.

b) No seguimento das conversações com a Sociedade Industrial do Bouçeu

para aquisição da concessão do Barreiro, a Fertima apresentou um estudo que permitiu concluir ser possível fornecer uma quantia compreendida entre 7.000 e 8.000 contos, conforme se fundarem as taxas de juro de 6 e 5%.

— Esta rede tem actualmente 11.000 consumidores e vende 8 milhões de kWh em 1964. Os valores acima referidos estão incluídos, além da rede, materiais em armazém, terrenos e edifícios.

— O Conselho autorizou a Fertima a prosseguir as negociações nos termos indicados.

— c) A Câmara Municipal de Setúbal levantou o problema do resgate das redes de Vila do Conde e Vila Verde do concelho de Setúbal, pretendendo saber se a U.E.P. estava disposta a ceder aquelas redes e em que condições.

— A Fertima esclareceu que estas redes não têm concessão mas existe um contrato com a Câmara Municipal de Setúbal que tem sido integralmente respeitado.

— O primeiro período de validade do contrato, de 30 anos, terminou em 1964 tendo sido automaticamente prorrogado por mais cinco anos. O resgate implica o pagamento de uma renda até ao fim do actual período de validade do contrato e uma indemnização pelas instalações.

— Ponderado o assunto e em face dos esclarecimentos prestados, o Conselho foi de opinião que se deveria aceder ao desejo da Câmara, encetando negociações para se fixar o valor do resgate.

— d) A existência de uma fábrica de adubos agitados em Lisboa, a Petroquímica, abastecida pelas C.R.G.E., com produção igual à da UFA, levou este cliente a chamar a nossa atenção para o facto da Petroquímica ter uma tarifa muito mais favorável, o que coloca as duas empresas em manifesta desigualdade.

— Se a U.E.P. não pudesse fazer condições mais favoráveis a UFA seria forçada a pedir o fornecimento directo pela C.N.E.

— Verificada a veracidade das afirmações da UFA e considerando o grande volume de energia fornecida (100 a 120 milhões de kWh anuais), a Câmara entende que este fornecimento deve ser feito a um preço marginal, com um lucro muito limitado, procurando-se evitar a intervenção da C.N.E. no nosso mercado, o que poderia trazer incalculáveis consequências.

— A energia seria vendida segundo uma tarifa com uma taxa fixa, uma taxa de potência e o preço de aquisição à C.N.E. incluindo as perdas.

— Este fornecimento poderia trazer entre o encargo de aquisição de energia e a receita da venda uma diferença positiva de cerca de 1.000 contos que cobriria o encargo próprio da empresa para este fornecimento.

— Contudo, pelas razões atrás alegadas, a Fertima entende que a proposta se deve fazer nestes termos, o que mereceu o acordo do Conselho.

— e) Foram retomadas as conversações com a empresa SOLTROIA, que tem como objectivo a urbanização da península de Tróia em frente de Setúbal, para o fornecimento de energia eléctrica, tendo sido apresentados dados concretos. O assunto está em estudo, afirmando-se que o problema possa ter interesse dado que aquela empresa prevê instalar 14.000 KVA dentro de poucos

Original

aus.

8 - Conselho Superior de Electricidade

O Parecer sobre a tarifa da C.N.E. ainda não está concluído. Foi nomeada uma comissão de redacção das duas cláusulas finais, tendo-se levantado algumas dificuldades, em virtude do representante das Câmaras ter sugerido uma alteração a essa redacção. Foi convocado o Conselho para apreciação e discussão do assunto.

O Senhor Infante Paulo de Barros lembrou que, em termos da lei, o Conselho Superior da Electricidade é presidido pelo Secretário de Estado da Industria, que poderá delegar um Vice-Presidente de sua escolha a direcção dos trabalhos.

Nestas condições o Vice-Presidente é necessariamente uma pessoa da confiança do Secretário de Estado.

Devido a recente remodelação ministerial, o cargo de Vice-Presidente foi posto à disposição do novo Secretário de Estado da Industria, que não tomou ainda qualquer resolução.

9 - Frémio Nacional dos Industriais de Electricidade

a) Já se encontra em Portugal o especialista francês que vem dar início ao lançamento dos métodos audio visuais do ensino profissional da Electricité de France.

b) O contrato colectivo de trabalho está bastante avançado dado que se realizaram várias conversas entre a comissão patronal do frémio e a comissão dos sindicatos, das quais resultaram uma série de contra propostas dos sindicatos que vão ser estudadas pelas empresas para seguidamente se retomarem as conversações.

c) O frémio apresentou duas exposições relativas ao novo regime de transportes instituído por lei, e que conduziu a um aumento de encargos e a grandes complicações burocráticas.

d) O frémio foi consultado sobre o problema de níveis de taxas de retribuição e amortização para a industria eléctrica, problema que reveste o maior interesse, visto serem estas taxas a utilizar para a determinação da contribuição industrial.

Neste sentido, o frémio consultou as empresas afiliadas sobre as taxas que entendiam dever ser utilizadas depois das respostas recebidas fez um estudo geral que apresentou à Direcção geral de Contribuições e Impostos, através da Industria.

10 - Confederação Nacional de Electricidade

A Ferência informou o Conselho que na Assembleia geral tinha sido novamente eleito a U.E.P. para o cargo de vogal no respectivo Conselho de Administração.

O Conselho deliberou que os Senhores Infantes Paulo de Barros e Manuel Fialho continuassem a assegurar a representação da nossa empresa no respectivo Conselho, como vogais efectivo e substituto.

11 - Confederação Industrial de Resinas Sintéticas

A produção da fábrica tem sido extremamente afectada pela falta de energia eléctrica.

A C.N.E. não fornece energia para a electrotécnica, o que fez com que se produzisse muito ácido.

Presentemente as fábricas estão a trabalhar normalmente. Espera-se que

o ano continue a decorrer como neste momento o aumento de produção do fim do ano compense a diminuição e o aumento de encargos deste princípio de ano.

— Já foi autorizado o pedido para fabrico do PVC de emulsão e está-se a fazer um estudo para ver se vale a pena investir 10.000 contos para produzir emulsão.

12 - Empresa Industrial do Frio

— A nova fábrica está em fase bastante adiantada estando o forno pendente dos transportadores, em virtude do atago no envio dos desenhos e dos projectos reunidos pela CUF. espera-se que a Câmara de Figueira da Foz faça a estrada em forma correcta e que em Outubro a fábrica esteja em plena laboração.

13 - Pessoal

a) O Senhor J. Teófilo Uvaole lembrou a decisão tomada pelo Conselho em sua reunião de 12 de Setembro de 1964 pela qual a gratificação de exercício dos Presidentes seria de 110.000\$000 em 1965 com um aumento de 10.000\$000 em cada ano até perfazer o montante total recebido pelos vogais do Conselho de Administração.

O Senhor J. Teófilo Uvaole propôs que este aumento fizesse a ser de 10.000\$000 anuais a partir de 1966 em relação ao exercício de 1965.

O Senhor Rufino Ribeiro Marques Fialho em seu nome e em nome do Senhor Rufino Ribeiro Paulo de Barros manifestou ao Conselho o agradecimento e o apoio desta iniciativa de J. Teófilo Uvaole na certeza que a interpretava como amizade do Conselho e compensação do esforço que têm desenvolvido e continuarão a desenvolver a favor da sociedade.

b) O Conselho tomou conhecimento que tinha falecido o Senhor Rufino Ribeiro Santos e encarregou a feição de proceder a um estudo de um regulamento para concessão de pensões de viuvez, incluindo a actualização de pensões já concedidas.

c) A feição deu conhecimento ao Conselho do pedido do Senhor Rufino Ribeiro Luis Sá Pereira, Chefe dos Serviços de Estudo da zona Inf, para passar ao Conselho consultivo da feição.

Em virtude de se encontrar nas condições regulamentares o Conselho deferiu este pedido.

d) No que diz respeito à evolução do pessoal na zona Inf, por análise feita, verifica-se que em 1 ano o quadro baixaram de 31 pessoas, tendo o reformado aumentado de 14.

e) Foi concedido um subsídio de 1.000\$000 para as comemorações do 8.º aniversário da Reconquista da cidade de Lousa e foi deliberado atribuir um outro subsídio para o Instituto do Câncer, no Norte, cujo montante será fixado de acordo com o Senhor Presidente.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

J. Matos

Teófilo Uvaole 1.º Vice-Presidente

Rufino Ribeiro

Chap. 1.º

Chap. 2.º

Chap. 3.º

Chap. 4.º

No dia 10 de Maio de 1965, pelas 12 horas reuniu-se em Madrid o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comandante José Francisco Borriá Matoso, com a presença dos vogais que assinam esta acta e dos gerentes Senhores Engenheiros Hamede Fialho e Paulo de Barros.

Antes da Ordem do Dia —

Aberta a sessão o Senhor D. José Maria Oriol, como Presidente da Hidroeléctrica Española, como Vice Presidente da Electra del Lima e na ausência do Senhor D. Victor Urutia, deu conhecimento de um telegrama do Senhor D. Victor Urutia saudando os seus companheiros da União Eléctrica Portuguesa e lamentando a sua forçada ausência; seguidamente recordou a figura do Senhor Dr. Carlos Barbosa, que durante tantos anos presidiu a U.E.P. e expressou a satisfação de todos os membros do Conselho pelo facto da primeira sessão presidida pelo Senhor Comandante Matoso se realizar nos escritórios da Hidroeléctrica Española, afirmando ao mesmo tempo a mais leal e profunda colaboração.

O Senhor Comandante Matoso tomando a palavra e dirigindo-se ao Senhor D. José Maria Oriol disse: é-me muito grato ter a honra de presidir a este Conselho de Administração e não me surpreendem as palavras amigas com que teve a gentileza e a bondade de me distinguir. Já no anterior Conselho, o nosso bom amigo D. Victor Urutia, teve a generosidade de dizer palavras idênticas.

Na Hidroeléctrica Española, onde temos a honra de vir há já bastantes anos, sentimos-nos como em nossa casa; o carinho e a amizade com que nos distinguem faz com que nos sintamos inteiramente à vontade. O procedimento recíproco já não é de agora, é de há muitos anos; representa um entendimento feito e todos nós pretendemos que as nossas organizações dentro das moldes mais correctos e sérios prossigam.

Permitam-me pois que estas minhas palavras, as primeiras que pronuncio como Presidente, sejam de agradecimento pela generosidade que tiveram em indicar-me para tão elevado cargo.

Seguidamente o Senhor Comandante Matoso quiz dedicar umas palavras aos Directores Gerentes, Senhores Engenheiros Hamede Fialho e Paulo de Barros enaltecendo as suas elevadas qualidades de competência e dedicação à U.E.P. e a todos os assuntos que lhes estão confiados, fazendo notar que neste momento em que se dirige pela primeira vez à Administração da U.E.P. não podia deixar de manifestar o seu profundo agradecimento por todas as provas de colaboração e de amizade que tem recebido destes seus bons companheiros e optimos orientadores de todos os serviços que a U.E.P. tem a seu cargo.

Finalmente o Senhor Comandante Matoso referiu-se à elevada distinção conferida ao Senhor Engenheiro Paulo de Barros pelo Governo espanhol e disse: acabou o Senhor Engenheiro Paulo de Barros de ser distinguido com a Comenda do Cardial Cisneros.

Todos sabem a posição assumida pelo Senhor Engenheiro Paulo de Barros nas reuniões internacionais logo após o termo da guerra, defendendo a posição e o ingresso da Espanha como era justo e necessário. Portanto, permitam-me que em meu nome, e supondo interpretar o sentimento do Conselho de Administração da U.E.P., manifeste ao Senhor Engenheiro Paulo de Barros as nossas maiores felicitações. O Senhor Engenheiro Paulo de Barros começou por agradecer em seu nome pessoal as palavras proferidas pelo Senhor Comandante Hatos, dizendo que eram ditadas pela amizade que há muito os une, e ao mesmo tempo manifestou como se sentia honrado pela condecoração recebida, e terminou agradecendo em seu nome e no nome do Senhor Engenheiro Rialho as palavras do Senhor Comandante Hatos e afirmando o propósito de continuarem a dar o melhor do esforço para levar por diante a missão que lhes está confiada.

O Senhor Dr. Sousa Pinto, tomando a palavra, disse que em virtude de ter estado ausente de Portugal não tendo podido assistir à última Assembleia Geral e ao último Conselho de Administração e por esse motivo não lhe tendo sido possível associar-se a todas as homenagens prestadas ao Senhor Dr. Carlos Barbosa; portanto, fazia-o hoje sentidamente, recordando a memória de um homem por quem tinha uma grande admiração e de quem já era amigo muito antes da sua entrada para esta Sociedade.

Seguidamente, dirigindo-se ao Senhor Comandante Hatos disse que pela mesma razão não tendo podido associar-se às palavras de homenagem que lhe tinham sido prestadas, fazendo-o agora com o maior calor e simpatia, apresentando os seus cumprimentos. Igualmente cumprimentou o Senhor Dr. Sá Carneiro, afirmando a mais alta consideração e simpatia.

O Senhor Dr. Sá Carneiro agradeceu as palavras amigas do Senhor Dr. Sousa Pinto e disse que era com a maior honra que ingressava na Administração da U.E.P., fazendo notar que há mais de 20 anos, por convite do Senhor Dr. João Ruello Ramos, exercia a função de Advogado; continuaria a prestar a colaboração à empresa no Conselho de Administração.

Para terminar o Senhor Comandante Hatos agradeceu as palavras amigas do Senhor Dr. Sousa Pinto, fazendo notar que estavam unidos por uma amizade muito antiga.

Ordem do Dia

1 — Acta da Sessão anterior

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 — Informações Diversas

a) As disponibilidades em caixa atingem neste momento 29 milhões de escudos, incluindo 10 milhões a prazo.

Continua a venda de títulos em carteira, tendo-se colocado desde o

princípio do ano 2.750 acções no valor de 3.506.000\$.

Até ao dia 3 de Maio pagaram-se 21.167.000\$ de dividendo, faltando apenas pagar 10 milhões de escudos.

b) Foram reconduzidos nos cargos de Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Hidro Eléctrica do Bávado os Senhores Dr. Manuel Pedro Reis e o Engenheiro José Machado Vaz que há muito estavam em exercício sem nomeação oficial.

Foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Hidro Eléctrica do Tezuro o Senhor Dr. Mário de Oliveira que em tempos deixou este cargo por ter sido designado para Subsecretário do Fomento Ultramarino.

Foram nomeados Delegados do Governo junto da Companhia Nacional de Electricidade e da Sociedade Eléctrica do Oeste Limitada respectivamente os Senhores Dr. Fernão de Carvalho Fernandes Tomás e Dr. Leonel de Sotto Mayor.

c) A Emissora Nacional de Radiodifusão foi autorizada a contrair na Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo de 40 milhões de escudos à taxa de 4% para prestação do apoio financeiro necessário ao serviço público de Televisão.

(D.G. nº 85 - 1ª Serie - 19-4-1965)

d) As Companhias Reunidas Gás e Electricidade foram autorizadas a emitir 30.000 obrigações do valor nominal de 1.000\$ cada uma ao juro anual de 5 por cento cativo de impostos para os obrigacionistas.

(D.G. nº 97 - 3ª Serie - 24-4-1965)

e) A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses foi autorizada a emitir nos anos de 1965 a 1967 obrigações até ao limite de 500.000.000\$ com o aval do Estado e isenção de imposto.

(D.G. nº 91 - 1ª Serie - 26-4-1965)

f) No dia 29 de Abril foi inaugurada pelo Chefe de Estado a barragem do Távora. A construção desta barragem foi iniciada pela Hidro Eléctrica Portuguesa há cerca de 14 anos.

Em face de grandes dificuldades surgidas e depois da obra estar paralizada durante muito tempo o Estado determinou que a obra fosse acabada pela Hidro Eléctrica do Douro. Em consequência deste facto vai realizar-se a troca das acções da Hidro Eléctrica Portuguesa por acções da Hidro Eléctrica do Douro.

g) Foi autorizada a constituição da Sociedade de Gestão de Títulos (SOGESTIL), formada pelos Bancos Totta Aliança, Lisboa & Açores e a Casa Bancária Lancada Horais e Coª que terá por objecto exclusivo a administração e gestão por conta dos participantes, do conjunto de valores mobiliários que constituírem o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Económico e Social.

(D.G. nº 94 - 3ª Serie - 21-4-1965)

3 — Produção e Venda de Energia no mez de Abril

Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à pro-

dução, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

4 — Contribuições e Impostos —

a) O problema da contribuição industrial continua pendente de decisão do Senhor Ministro das Finanças, esperando-se que o assunto se resolva até ao fim do mez.

b) A Gerencia comunicou ao Conselho que a Secretaria de Estado da Indústria em face do Parecer do Conselho Superior da Electricidade tinha concordado em reduzir de 45% para 30 ou 35%, conforme se trate de produção ou de transporte e distribuição as taxas do imposto do commercio e industria devidos pelas empresas concessionarias de electricidade.

O Senhor Ministro do Interior já deu o seu accordo, esperando-se a publicação breve de um decreto-lei.

5 — Contratos e Clientes —

a) Continuam as negociações entre a C.N.E. e a U.E.P. e a Camara Municipal do Porto para a realização do novo contrato, tendo surgido agora uma dificuldade na questão do pagamento das Taxas pela utilização das vias publicas e do subvoto.

No contrato antigo existia uma clausula pela qual as Camaras isentavam as empresas contratantes da Taxa pela occupação das vias publicas.

A Camara agora pretende isentar unicamente as instalações destinadas ao fornecimento de energia às suas instalações. Este problema causa-nos bastante preocupação porque pode trazer um pesado encargo para a empresa.

Depois de uma intervenção do Senhor Dr. Sá Carneiro foi deliberado proceder ao estudo do assunto, a fim de averiguar se existe a não isenção desse imposto para as empresas concessionarias; caso contrario haverá que pedir a isenção generica para as referidas empresas.

b) Encontra-se em fase bastante adiantada a electrificação da linha do Norte, estando contudo muito atrasada a subestação a fazer em Estarreja pela C.N.E.

Para resolver esta dificuldade a C.N.E. e os Caminhos de Ferro pediram a intervenção da U.E.P. para utilização da sua rede a 60 KV.

O assunto encontra-se em estudo.

c) Dentro dos Termos aprovados na ultima sessão pelo Conselho iniciaram-se as negociações com a U.F.A. chegando-se a um accordo. A Tarifa além de cobrir os encargos de aquisição à C.N.E. e as perdas, inclui uma Taxa fixa annual compreendida entre 1.000 e 1.500 contos como pagamento dos serviços prestados.

d) As conversações com a Sociedade Industrial do Bonfim Tem decorrido em ambiente de boa compreensão.

Esta Sociedade além da concessão do Barreiro Tem uma outra em Estremoz na zona do Alto Alentejo.

A Sociedade Industrial do Bonfim não está interessada em vender só a concessão do Barreiro, preferindo assim que a U.E.P. compree as cotas da Sociedade.

Depois de discutido o assunto o Conselho concordou com a aquisição das cotas desde que se conseguisse que o Alto Alentejo compree a concessão de Estremoz por um valor tal que a quantia paga pela U.E.P. corresponda à rede do Barreiro.

6 — Conselho Superior da Electricidade

As conclusões do parecer acerca das novas Tarifas da C.N.E. foram aprovadas por maioria, tendo o Senhor Secretario de Estado aprovado as Tarifas propostas.

A Gerencia lembrou que as novas Tarifas terão aplicação a partir de 1 de Janeiro de 1964, o que não terá aliás reflexos para a nossa empresa em virtude de estarem feitas as devidas previsões.

7 — Gremio Nacional dos Industriais de Electricidade

a) Já se realizou o primeiro curso de formação de monitores e começou o primeiro curso profissional do pessoal nas C.R.G.E. regido por estes.

Em virtude de se reconhecer a necessidade de prolongar a estadia em Portugal do especialista frances nesta matéria e em virtude do orçamento do Gremio não comportar o respectivo encargo foi solicitada um subsidio ao Fundo de Desenvolvimento da Hão de Obra que se espera seja concedido.

b) Está convocada para o dia 31 de Maio uma Assembleia Geral Extraordinária para proceder à apreciação, discussão e votação das propostas apresentadas pelos Sindicatos em relação ao Texto do Projecto do Contrato Colectivo de Trabalho.

c) Em face da importância do problema das Taxas de reintegração e amortização, a Direcção do Gremio entendeu necessário fazer um estudo sobre métodos de calculo e níveis de Taxa de reintegração e nesse sentido foi solicitado ao Senhor Dr. Tavares Junior, Presidente da Comissão de Estudos Contabilísticos a indicação de uma pessoa habilitada para este efeito.

d) Em face do atraso existente na definição de novos contratos produtores e da não existencia de uma comissão permanente de planeamento, a Direcção do Gremio em seguimento a uma audiência havida com o Senhor Secretario de Estado da Industria vai apresentar uma exposição sugerindo soluções concretas para a resolução do problema. Pensa-se que a industria deve ter

uma participação activa no planeamento não só através do Gremio, mas também dos serviços da empresa.

8 — Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) Já foram encomendados os equipamentos para o aumento de produção da fábrica para 700 toneladas mensais.

b) Vai-se definir brevemente a orientação a seguir no que se refere ao fabrico de P.V.C. de emulsão.

9 — Companhia Industrial do Freixo

A Camara Municipal da Figueira da Foz já iniciou a construção da estrada de acesso e tudo faz prever que se houver energia a fábrica possa entrar em laboração no próximo mez de Outubro.

Estabeleceu-se contacto com a Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos no sentido de se dedicarem exclusivamente ao fabrico de ferroligas, ficando o abastecimento de carboneto a cargo da F. I. F. Além disso estuda-se a hipótese do forno contíguo ficar destinado ao fabrico de ferro-silício.

10 — Pessoal

a) Em virtude da passagem do Senhor Engenheiro Luis de Sá Pereira, chefe dos Serviços de Estudos e Construções da Zona Sul para o Conselho Consultivo da Gerencia, foi destacado para este lugar o seu colaborador directo, Senhor Engenheiro Julio Rodrigues Matias.

Para preenchimento desta vaga, entendem os Serviços de Estudos ser mais conveniente admitir agentes técnicos para trabalharem com os engenheiros. Nesse sentido, a Gerencia pediu autorização ao Conselho para proceder à admissão de dois destes elementos.

O Conselho concordou com esta proposta.

b) Apesar do grande aumento que se tem verificado na rede do Norte o pessoal tem sido reduzido: uns tem sido afastados pela reforma, outros por falecimento.

c) Para a vaga que resultou da morte do Senhor Engenheiro Sampaio Santos vai ser admitido o Senhor Engenheiro Cruz e Silva, filho de um antigo funcionário da U.E.P., já falecido.

A Gerencia fez notar ao Conselho que era o primeiro engenheiro cujos estudos foram pagos pela Sociedade.

d) Conforme ficou decidido na sessão anterior, de acordo com o Senhor Comandante Matoso foi concedido um donativo de 20.000\$ ao Instituto do Banco do Porto e 5.000\$ à Associação de Cultura e Serviço Social do Porto.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão

F. Matos

— — — — —

Z. u. Briega. Rang-
Ludwig aus unipol. ant.
Alex. J. M. A. 1875 / pao duellabano

No dia 21 de Junho de 1965, pelas 11 horas, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comandante José Francisco Correia Matos, com a presença dos vogais que assinam esta acta e dos gerentes Senhores Engenheiros Farnede Alho e Paulo de Barros.

Ordem do Dia

1 - Acta da Sessão Anterior

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) As disponibilidades em caixa atingem neste momento 35 milhões de escudos, havendo a considerar o pagamento, no próximo mês, de 10 milhões de escudos para liquidação do empréstimo do Chase Bank. Faltam apenas 2.500 contos para pagamento total do dividendo.

Tem continuado a venda de títulos com carteira, tendo-se colocado até agora 2.990 ações pelo valor de 3.813.000\$.

b) Foi nomeado Ministro das Finanças o Senhor Dr. Ulisses Cruz de Aguiar Cortez, em substituição do Senhor Dr. António Manuel Pinto Barbosa, exonerado a seu pedido.

c) A Companhia Nacional de Electricidade foi autorizada a elevar o seu capital de 460.000 contos para 500.000 contos pela emissão ao par de 40.000 acções com preferência para os accionistas na proporção de uma acção nova por cada 11,5 acções antigas que possuírem.

O Conselho deliberou que a U.E.P. concorresse à subscrição tomando a parte que lhe compete e inscrevendo-se para o rateio.

d) O Banco da Agricultura anunciou a conversão das actuais acções ordinárias e privilegiadas de valor nominal de 25\$00 em acções de valor nominal de 500\$ e ampliação do capital para 100 mil contos pela emissão de novas acções pagas a 600\$.

e) A firma F. Ramada anunciou uma ampliação de capital de 30 milhões para 100 milhões de escudos pela emissão de 70.000 acções do valor nominal de 1.000\$, cada uma, sendo 20.000 por incorporação de reservas, 13.000 tomadas pelos antigos accionistas, 4.500 atribuídas ao pessoal e colaboradores da empresa e 32.500 destinados ao público e tomadas firmes pelos Bancos Portuguez do Atlantico, Lisboa & Açores, Totta Aliança e Banco Espírito Santo e Commercial de Lisboa.

f) O Serviço de Transportes Colectivos do Porto foi autorizado a efectuar uma emissão de 160.000 obrigações do valor nominal de 1.000\$ cada uma ao juro de 5 por cento.

0. (D.G. no 122-3a. Serie - 24/5/965).

g) Foi publicado o decreto-lei nº 46.312 promulgando a revisão das disposições que regulam a aplicação de capitais estrangeiros no espaço português.

(D.G. nº 93 — 1ª Serie — 28/4/65)

3 — Produção e Venda de Energia no mez de Maio

Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na Totalidade.

4 — Contribuições e Impostos

a) No prosseguimento da reforma fiscal foi publicado o decreto aprovando o Código do Imposto de Mais-Valias, que vai incidir sobre transacções de Terrenos, de Títulos, de valores imobilizados em instalações e ainda no direito ao arrendamento de locais ocupados por escritórios ou consultórios.

(D.G. nº 129 — 1ª Serie — 9/6/65)

b) O processo da contribuição industrial continua ainda pendente da resolução do Senhor Ministro, mas tudo leva a crer que seja despachado favoravelmente à U.E.P.

5 — Empresa Hidro Eléctrica da Serra da Estrela

Fomos procurados pelo Presidente do Conselho de Administração desta empresa que nos comunicou estar aprovada uma alteração estatutária pela qual é criada uma Junta Consultiva, composta por cinco accionistas e tendo por objectivo dar parecer sobre problemas que o Conselho de Administração entenda conveniente ser informado.

A referida Junta deverá ser constituída por um accionista particular, por uma casa bancária, por uma instituição de crédito também bancária, por um fundo de investimento e por uma empresa congénere, tendo sido convidada a U.E.P.

Em virtude da urgência na resolução deste assunto, realizou-se uma reunião da Gerência com o Senhor Presidente e com o Senhor Dr. João Ruella Ramos, tendo ficado resolvido a U.E.P. aceitar este convite, de modo a boas relações que sempre existiram entre as duas empresas. Para esse efeito a U.E.P. tem de ser accionista da Serra da Estrela e, nessas condições, procedeu-se à aquisição de 500 accções pela quantia de 1.000 contos.

O Conselho ratificou a decisão tomada, considerando de muito interesse o estreitamento das relações entre as duas empresas.

6 — Contratos e Clientes

a) As negociações para o contrato com a Camara Municipal do Porto encontram-se paradas por várias razões entre elas o problema das taxas de ocupação das vias públicas, assunto já referido em sessão anterior.

O caderno de encargos de concessão não prevê qualquer isenção desta taxa; até à data ela não era devida porque a isenção era expressamente contemplada no contrato vigente.

A ocasião é má para discutir este problema com a Camara do Porto, pois continua por resolver a questão da montagem dos cabos subterrâneos da empresa nas vias públicas, assunto também já tratado em sessões anteriores.

O Director Geral dos Serviços Eléctricos deslocou-se ao Porto para apreciar este problema e concluir que a U. E. P. não só tinha o direito como o dever de montar os cabos subterrâneos para alimentação dos clientes; a Camara devia por consequência dar a necessária autorização para a montagem dos cabos.

O Senhor Director Geral deverá escrever à Camara expondo esta sua opinião e, no caso da Camara continuar a opor-se será necessário solicitar ao governo que proceda à intimação da Camara nos termos legais.

b) A Companhia Industrial de Fibras Artificiais CIFA, importante cliente com um consumo de cerca de 8 milhões de KWh e ponta de 1.800 KW, tem um contrato de fornecimento de energia a preço relativamente baixo. Tendo chegado o momento de se tomar uma decisão quanto à política a seguir no termo do contrato, duas opções eram possíveis: manter a tarifa, embora reconhecendo ser baixo o seu nível, tentar subila com o risco de o cliente vir reclamar, e conseguir, uma redução.

Como é difícil de momento fixar uma orientação, o Conselho deve poderes à Gerencia para, de acordo com o Senhor Presidente e Dr. João Puella Rambo, adoptar a solução mais conveniente no momento em que tal for necessário.

c) A Sociedade Brown Boveri pediu autorização para instalar no Porto uma fábrica de material eléctrico.

d) Uma empresa estrangeira propõe-se proceder à urbanização da península de Tróia em frente de Setúbal, criando um núcleo turístico previsto para cerca de 70.000 pessoas e pediu à U. E. P. para estudar as condições para o fornecimento de energia eléctrica.

Embora seja difícil prever os consumos e pontas, dada a falta de elementos sobre núcleos desta natureza, na base de previsões cuidadosamente elaboradas, chegou-se à conclusão que se deverá admitir uma ponta de 30 MW quando a urbanização estiver concluída, o que se dará, segundo parece, no fim de 10 anos.

O estudo Técnico do problema leva-nos à conclusão ser necessário estabelecer uma linha a 60 KV, da Subestação de Vale de Gaio a uma subestação a instalar em Tróia para a transformação 60/15 KV.

A previsão do investimento englobando a linha a 60 KV, a subestação de transformação, a rede de média tensão a 15 KV e a rede de baixa tensão, atinge cerca de 100 milhões de escudos. É evidente que este investimento será realizado ao longo do tempo, mas uma parcela muito importante — a linha a 60 KV e a subestação — deverá

ser feita logo de início.

Esta electificação só será viável com uma forte comparticipação dos utentes não podendo por enquanto definir-se a entidade que deverá tomar a seu cargo esta comparticipação. De qualquer forma, o problema encontra-se em estudo e, em conferencia havida com os representantes de SOLTROIA, foi-lhes dito já que terá de haver uma comparticipação elevada ainda a definir.

O assunto continua em estudo e voltará a nova sessão do Conselho logo que existam elementos mais concretos.

O Conselho concordou com a orientação dada a este assunto.

2) A Gerencia informou o Conselho que as companhias petrolíferas pretendiam saber se a U.E.P. estava interessada na instalação de uma rede de gás butano na zona em que somos distribuidores em Vila Temão.

Em princípio dissemos que o assunto nos interessava mas que iam proceder à coleta de elementos para fazermos um estudo sobre o problema.

7 — Conselho Superior da Electricidade

a) O Senhor Engenheiro Hamede Fialho comunicou que já tinha sido concluído o parecer sobre as Tarifas da C.N.E. mas ainda não tinha havido qualquer aprovação oficial desta Tarifa, estando o problema cometido, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria, à Direcção Geral dos Serviços Eléctricos; continua-se assim sem se saber qual a Tarifa para aquisição de energia à C.N.E. que uma vez aprovada terá efeito a partir de 1 de Janeiro de 1964.

b) O Banco Mundial considera inconveniente a actual estrutura da rede eléctrica primária com quatro empresas produtoras sem contacto com o mercado, vivendo em regime de pool e com dificuldade de repartição das receitas e tendo cada uma gabinete de estudo por vezes com mau aproveitamento.

A Secretaria de Estado da Indústria encarregou o Conselho Superior da Electricidade de dar parecer sobre este assunto, sugerindo qual seria a forma de resolver as deficiências apontadas.

Na primeira sessão em que foi tratado este assunto esboçou-se uma corrente fortemente majoritária formada por funcionários de estado e pelos representantes da produção da rede primária e do transporte, no sentido de se realizar uma fusão das cinco empresas da rede primária como solução mais indicada para resolver as deficiências existentes.

Depois de larga discussão do assunto e dos representantes da distribuição se terem manifestado contra esta solução, foi esclarecido que os dois representantes da rede primária estavam a falar em nome pessoal e não das empresas que represen-

Tararam.

Nessas condições, o Conselho delibera pedir a opinião das cinco empresas da rede primária.

A criação de uma super empresa proveniente das cinco actuais seria o primeiro passo para uma estatização da indústria e por esse motivo devem-se usar todos os meios possíveis para evitar que esta ideia tenha seguimento.

8 — Companhia Nacional de Electricidade

O Conselho de Administração da C.N.E. teve uma reunião para apreciar o problema da fusão.

Os representantes do Estado, Engenheiro Ferreira Dias e Dr. Marques Teixeira, tomaram posição afirmativa á fusão; o representante do bairrado não interveio por não ter ainda reunido o seu Conselho para apreciar este assunto.

Os representantes do Lezere, da U.E.P. e das C.R.G.E. manifestaram-se contra a fusão.

Ficou entendido que se pedissem notas sobre este assunto aos vogais do Conselho de Administração, afim de se poder definir uma opinião da empresa.

Como este problema assume excepcional importância por, como já se disse, ser o prelúdio de uma ofensiva de nacionalização, pediu-se a intervenção do Senhor Dr. Bissaya Barreto, que prontamente acedeu, no sentido de esclarecer o Governo.

9 — Gremio Nacional dos Industriais de Electricidade

a) O problema do planeamento de novos centros produtores constitui hoje grande preocupação da industria por uma eventual carência de energia em anos próximos se não forem tomadas decisões quanto á execução de novos centros produtores.

Nestas condições, a Direcção do Gremio entendeu apresentar o assunto superiormente, tendo sugerido a criação de uma comissão de planeamento de novos centros produtores com forte intervenção da industria.

b) O Gremio tem continuado a occupar-se do problema da formação profissional, tendo já criado dois grupos de monitores, esperando-se que muito em breve se iniciem os cursos de formação profissional.

Esta iniciativa tem sido acolhida com grande interesse, até mesmo por entidades estranhas ao Gremio.

No dia 9 de Julho vai-se realizar uma sessão de informação presidida pelo Senhor Ministro das Corporações, sobre o programa de ensino profissional elaborado pelo Gremio, assim como sobre os métodos e processos de ensino audio visual que vão ser utilizados.

Nesta sessão será ainda solicitado o auxilio do Governo para poder levar por diante esta iniciativa.

c) Conforme foi annunciada ao Conselho realizou-se a Assembleia

geral extraordinária para apreciação do projecto do contrato colectivo de Trabalho.

Foi aprovado o Texto que deve ser discutido com os Sindicatos. O problema de fundo continua a ser a fixação do valor do ponto, tendo a Assembleia Geral aprovado uma proposta pela qual as empresas se obrigam a fazer uma primeira qualificação no prazo de 90 dias e a fixar o valor do ponto no prazo de 120 dias. Uma vez acordado o valor do ponto haverá uma retroacção dos vencimentos a partir da data em que se começa a contar os prazos atrás referidos. Os aumentos obtidos seriam por escalões de 10%.

O Conselho aprovou esta orientação.

10 — Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

A vida desta sociedade continua a correr em ritmo perfeitamente normal no que diz respeito às vendas, que devem atingir no mez de Junho 500 toneladas no mercado português, o que tem muito interesse.

A escassez de energia eléctrica levou o Repartidor Nacional de Gás a cortar o fornecimento de energia ao carboneto, o que traria dificuldades graves, se o problema não tivesse sido solucionado por uma intervenção do Senhor D. Emilio Usola junto da FENOSA, conseguindo-se que se exportassem de Espanha diariamente 65.000 kWh ao preço de 35 a 36 centavos.

11 — Empresa Industrial do Freixo

A Camara Municipal da Figueira da Foz já deu início aos trabalhos da estrada de acesso à nova fábrica.

Pediu-se a colaboração de uma firma inglesa para ajudar a resolver certos problemas de exploração e prevê-se que se não houver falta de energia a nova fábrica entre em serviço no mez de Outubro p.p.

12 — Pessoal

a) Por proposta da Gerência foi concedido à viuva do Engenheiro Sampaio Santos um subsídio igual a 36% do vencimento que tinha à data do seu falecimento calculado na base de 30% mais 2% por cada filho, com efeito a partir do mez de Março p.p. devendo este assunto ser novamente submetido ao Conselho quando for estudado um regulamento de pensões de sobrevivência.

b) Em virtude do Senhor Dr. José Gualberto de Sá Carneiro Ter abandonado as funções de advogado da empresa, na zona Norte, por fazer parte do Conselho de Administração, passou a exercer este cargo seu filho, Senhor Dr. Francisco Lumbrales de Sá Carneiro, que até agora tem desempenhado os serviços de contencioso, ficando de ser estudado o nível dos seus honorários.

c) Para dar satisfação ao pedido feito em todo o país pela Cruz Vermelha Portuguesa, a U.E.P., de acordo com o Senhor Presidente e Senhor Dr. João Quella Ramos, concedeu um donativo de 20.000\$00.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão

[Handwritten signatures and names]
 Victor Vrautia
 - Ennio Macle
 Henrique Vrautia
 João Quella Ramos

— No dia 14 de Setembro de 1965, pelas 12 horas, e 30 minutos reuniu-se em Bilbao o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comandante José Francisco Correia Castro, com a presença dos vogais que assinam esta acta e do ferente Senhor Engenheiro Paulo de Barros.

Acta da Ordem do Dia

— O Senhor Presidente lamentou estar o Senhor J. Victor Vrautia impedido de ficar até ao fim da sessão por motivos de saúde e formulou o melhor voto de rápidas melhoras.

— Seguidamente, por proposta do Senhor Presidente foi aprovado um voto de boas melhoras do Senhor Engenheiro Manuel Fialho, que não pode comparecer a esta sessão por doença.

— O Senhor J. Victor Vrautia agradeceu ao Senhor Comandante Castro mais esta prova de amizade, apresentou ao Senhor J. Tomas de Aguiar a seus sentimentos pelo falecimento de seu irmão, pessoa por todos estimada pelas suas qualidades de bondade e seguidamente retirou-se.

— O Senhor Engenheiro Paulo de Barros, tomando a palavra, pediu ao Conselho que o desculpassem no caso de haver qualquer deficiência na exposição dos assuntos, dado a falta do Senhor Engenheiro Fialho ser importante e salientou que, apesar de ambos dominarem perfeitamente todos os assuntos da empresa, havia certos problemas que um conhecia melhor do que o outro.

Ordem do Dia

— 1- Acta da sessão anterior — Foi lida e aprovada a acta de sessão anterior.

Informações Diversas

— a) As disponibilidades em Caixa atingem neste momento 14 milhões de escudos, tendo já sido liquidada a última prestação, de cerca de 10 milhões de escudos, ao Chase Bank.

— Pagaram-se até esta data 24.400.000\$00 de dividendos e 6.600.000\$00.

de impôts.

b) Foi nomeado Subsecretário de Estado de Obras Públicas o Senhor Engenheiro José Filipe Rebelo Pinto, funcionário superior da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e ex-Residente da Comissão Internacional das Grandes Barragens.

c) Foi autorizada a emissão de um empréstimo interno, amortizável, denominado "Obrigações do Tesouro 3 1/2 por cento, 1965- Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, na importância total de 600.000 contos.

(D.G. N.º 114 - 1.ª Série - 5/8/1965)

d) O Fundo de Renovação e de Melhoramento da Indústria de Pesca foi autorizado a contrair nos anos de 1965 a 1967 um empréstimo interno amortizável no máximo de 222.000.000\$00 com o aval do Estado e em condições a fixar, devendo o referido empréstimo ser tomado pela Caixa Geral de Depósitos.

(D.G. N.º 132 - 1.ª Série - 14/6/1965)

e) A CHENOP foi autorizada a ampliar o seu capital de 300.000 para 460.000 contos, sendo uma parte por incorporação de reservas e outra por emissão de novas acções ao par.

Esta ampliação deverá ser efectuada nos anos de 1966, 1968 e 1970.

(D.G. N.º 148 - 3.ª Série - 30/7/1965)

f) O Município de Lisboa foi autorizado a levar o seu capital de 104.000.000\$00 para 174.000.000\$00 pela emissão de 70.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada uma.

(D.G. N.º 142 - 3.ª Série - 18/6/1965)

g) A Sociedade Industrial de Peneiração e Fiação de Lãs foi autorizada a levar o seu capital de 4.000 para 40.000 contos mediante a incorporação de 12.500 contos provenientes de fundos de reserva e de 10.500 contos de prestações suplementares.

(D.G. N.º 188 - 3.ª Série - 11/8/1965)

h) A Fábrica Nacional de Manjerinas foi autorizada a ampliar o seu capital de 40.000.000\$00 para 64.000.000\$00 mediante a emissão de 14.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada.

(D.G. N.º 149 - 3.ª Série - 26/6/1965)

i) A Companhia Industrial Produtora de Antibióticos foi autorizada a aumentar o seu capital de 10.000.000\$00 para 20.000.000\$00.

(D.G. N.º 149 - 3.ª Série - 26/6/1965)

j) A firma Construções A. Infico foi autorizada a emitir 25.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 cada, uma representativa do capital da sua constituição.

(D.G. N.º 194 - 3.ª Série - 21/8/1965)

k) A Companhia de Seguros Portuguesa ampliou o capital de 1.200.000\$00 para 2.400.000\$00 por incorporação de reservas.

(D.G. N.º 117 - 3.ª Série - 6/7/1965)

l) A Companhia de Papel do Prado foi autorizada a levar o seu ca-

capital de 30.000 para 60.000 contos mediante a emissão de 300.000 ações do valor nominal de 100\$00 cada uma.

(D.G. nº. 197 - 3ª Série - 21/8/1964)

— m) a União Fabril Farmaceutica foi autorizada a elevar o seu capital de 2.500.000\$00 para 22.500.000\$00 mediante a emissão de 20.000 ações do valor nominal de 1.000\$00 cada uma.

(D.G. nº. 190 - 3ª Série - 21/ /1964)

— n) Os laboratórios Vitória foram autorizados a ampliar o seu capital de 31.210.000\$00 para 40.000.000\$00 por incorporação de reservas.

(D.G. nº. 199 - 3ª Série - 24/8/1964)

— o) Foi autorizado o Fundo de Renovação da Moeda Luceante a contrair nos anos de 1964 a 1967 um empréstimo interno amortizável no máximo de 300.000.000\$00 denominado "Empréstimo de Renovação da Moeda Luceante do Banco Luceante de Fomento".

(D.G. - nº. 141 - 1ª Série - 29/6/1964)

— f) A SONEFE foi autorizada a proceder à emissão de 60.000 obrigações, ao juro anual de 4 por cento, cativo de impostos para as obrigacionistas.

— g) Em virtude do falecimento do Senhor Engenheiro Paulo Marques, fundador do Banco de Fomento e antigo Presidente do Conselho de Administração da Hidro Eléctrica do Douro, foi nomeado em sua substituição o Senhor Engenheiro Daniel Barbosa, antigo Ministro da Economia, Professor de Economia no Instituto Superior Técnico e que tem desempenhado diversos cargos na indústria e no banco.

— 3 - Sistema Bancário e Mercado de Capitais

— a) Foi convocada uma Assembleia Geral do Banco Porto e todo lugar, a fim de se pronunciarem sobre uma proposta do Conselho de Administração para elevação de capital a 210.000 contos.

Para a vaga ocorrida pelo falecimento do Senhor Dr. Carlos Barbosa foi nomeado Presidente do Conselho de Administração o Senhor Eduardo Furtado que até agora tem desempenhado as funções de Administrador.

Dadas as boas relações que sempre têm existido entre o Banco e a U. E. P. e por proposta do Senhor Presidente o Conselho deliberou apresentar o empenhamento e felicitações de empresa ao Senhor Eduardo Furtado.

— b) Foi publicado o decreto-lei nº. 46.492 regulando o funcionamento do sistema bancário e do mercado de capitais. Este decreto tem por objectivo principal regular a intervenção do Banco de Portugal no mercado de capitais e de promover a coordenação da circulação monetária com as necessidades da actividade económica.

— c) Em consequência da publicação do decreto-lei atrás referido foi publicada uma portaria fixando o limites superiores para as taxas de juro a aboar pelos bancos comerciais, da seguinte forma:

— a) 0,4 por cento, nos depósitos à ordem;

— b) 1 por cento, nos depósitos com pré-aviso inferior a 15 dias;

— c) 1,25 por cento, nos depósitos com pré-aviso igual ou superior

a 14 dias, mas não a 30 dias;

d) 2,5 por cento, nos depósitos a prazo ou com pré-aviso iguais ou superiores a 30 dias, mas não a 90 dias;

e) 3 por cento, nos depósitos a prazo superior a 90 dias, mas não a 180 dias;

f) 3,5 por cento, nos depósitos a prazo superior a 180 dias e até um ano.

O Instituto Nacional dos Bancos e Casas Bancárias publicou um anúncio fixando estas mesmas taxas e, além disso, as taxas para descontos, da seguinte maneira:

a) no desconto de factos comerciais e outras operações de crédito por prazo não superior a seis meses 4,5 %

b) em quaisquer operações de crédito por prazos superiores a seis meses, mas não a um ano 5 %

c) nas operações de crédito por prazos superiores a um ano, mas não a cinco anos 5,5 %

d) nas operações por prazos superiores a cinco anos 6,5 %

4) Financiamentos

a) Conforme foi atrás dito o empréstimo do Chase Bank está totalmente liquidado.

b) O empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos no valor de 36.500.000 000 garantido por títulos no valor de 49 milhões de escudos está reduzido a 31.800.000 000 pelo pagamento de uma amortização de 1.200.000 000 e por resgate de 6.000 ações da Hidro Eléctrica do Lévado e da Empresa Termoelectrica Patefuesa.

Presentemente está-se em negociações com a Caixa Geral de Depósitos para se proceder ao levantamento de 4.400 títulos da Hidro Eléctrica do Lévado com o objectivo de os vender na Bolsa logo que sejam averbados ao portador.

5- Produção e Venda de Energia nos meses de Julho e Agosto

Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade.

6- Contratos e Clientes

a) A feñeisia informou que a Electra del Tinto e a U.E.P. estavam em negociações para renovação e eventual alteração do contrato actual, devendo este assunto ser submetido ao Conselho depois de devidamente estudado.

b) De acordo com a decisão tomada na última reunião, a feñeisia informou ter resolvido o problema do contrato com a Companhia Industrial de Fibras Artificiais mediante um aumento de 10% no preço.

c) As negociações com a Sociedade Industrial de Texteis do Norte, motivadas pelo lapso de leitura dos contadores contra a U.E.P., foram coroadas de pleno êxito tendo a SITEMOR acordado em pagar as quantias não facturadas no prazo de dois anos e sem juros.

d) Satisfazendo um pedido da C.N.E. foi acordada a utilização da rede a 60 KV. da U.E.P., mediante o pagamento de uma taxa fixa, para o trans-

forne de energia a entregar em Estarreja à Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro.

— 2) Estudada a rentabilidade do fornecimento de energia à SOLTROIA concluiu-se que o consumidor deveria fazer o investimento inicial a fazer e correspondente a uma linha a 60 KV e a uma subestação 60/11 KV. Se o consumo vier a justificar a ampliação desta linha, já de plano se faz sem intervenção do consumidor.

— Quanto à rede de média tensão a 11 KV e às redes de b. t. deixou-se o seu estudo para depois de uma definição mais concreta do problema em estudo.

— Nestas condições comunicou-se à SOLTROIA que deveria participar em 16.840.000 800 na instalação a fazer.

— O Conselho concordou com esta orientação.

7- Instalações

— a) Dado o grande desenvolvimento dos serviços e consequente ampliação dos quadros do pessoal, os escritórios da sede já não são considerados suficientes, tornando-se necessário proceder a uma ampliação das instalações.

— Para este efeito podem-se encetar duas hipóteses: ou a compra de um imóvel na Rua Alexandre Herculano com a área de 328 m², junto aos já adquiridos em tempo, o que permite uma ampliação fácil, ou a compra dos armazéns de Costa & Clark na Rua Duque de Loulé, com área de 460 m², solução que construtivamente seria pior.

— A gerência pediu autorização ao Conselho para encetar negociações com os referidos proprietários e no caso de se chegar a uma solução considerada favorável submeter novamente este assunto ao Conselho.

— b) Dada a urgência na obtenção de transformadores para as subestações de Ruivães, Guimarães, Lusa e Luçiferos, a gerência, de acordo com o Senhor Presidente e o Senhor Sr. João Ruela Ramos, procedeu à aquisição de uma unidade de 30 MVA 60/30 KV e 4 de 20 MVA 60/11 KV, pela quantia de 9.430.000 800 a fazer no prazo de 3 anos.

— O Conselho homologou esta aquisição.

Câmara Municipal de Luatovindus - Contrato com a CHENOP

— No término do contrato entre a Câmara e a CHENOP iniciaram-se negociações para a realização de um novo contrato que se fortaleceram sem se chegar a um acordo.

— A Câmara de Luatovindus resolveu não pagar as facturas, o que provocou uma forte reacção da CHENOP com a suspensão do fornecimento. Esta atitude teve como consequência o pagamento imediato pela Câmara da quantia de 10 milhões de escudos por conta da dívida em atraso.

— A gerência fez notar o enorme serviço prestado à indústria por esta atitude da CHENOP.

9- Conselho Superior de Electricidade

— a) Não foram ainda aprovadas as tarifas de C.V.E. que, como já foi dito, terão aplicação a partir de 1 de Janeiro de 1964.

— b) No refinamento das informações prestadas em sessões anteriores, a gerência informou terem sido pedidos pareceres às cinco empresas da R.E.

de Primária acerca dos inconvenientes apontados para a actual estrutura e as soluções para o remediar.

As referidas empresas foram de opinião que a fusão não era uma fórmula adequada para resolver o inconveniente. Apesar desta opinião, o Conselho Superior de Electricidade, formado na sua maioria por funcionários do Estado, manifestou-se a favor da fusão.

Foi nomeado relator o engenheiro Lvo Foucalves, vogal do Conselho a título pessoal e Presidente da ETEP.

c) O Senhor Secretário de Estado da Indústria consultou diversas entidades, entre as quais o Senhor engenheiro Paulo de Barros, sobre a sua opinião acerca do novo centro produtor a realizar em seguimento aos prioridades.

O Senhor Eng. Paulo de Barros, baseado em estudos feitos pelo fórum Nacional dos Industriais de Electricidade, considerou urgente tomar-se uma decisão e preconizou o aproveitamento de Tratef no rio Tejo por ser de entre aqueles que estão estudados e projectados o de melhor rentabilidade e de mais fácil construção.

10 - Novas Instalações Industriais

a) O Quimico Português requerem a reconversão da sua fábrica de amoníaco electrolítico para amoníaco petroquímico e produção de sulfato de amónio, nitrato amónio, ureia, adubos compostos e ácido fosfórico.

O Secretário de Estado da Indústria deferiu a petição no que diz respeito à diversificação dos produtos, mas no que se refere à remodelação e ampliação das instalações de produção do amoníaco entendem dever aguardar a conclusão do estudo a realizar sobre uma petição análoga da Sociedade Portuguesa de Petroquímica.

Este estudo deverá ser feito pela referida Sociedade Portuguesa de Petroquímica em colaboração com o Quimico Português, devendo a primeira destas empresas e a SACOR tomarem uma participação no capital do Quimico.

b) Foi publicado um diploma definindo as condições a que deve obedecer a futura refinaria de lubrificantes requerida pela SACOR. Está actualmente em curso a aquisição dos terrenos necessários.

c) A Siderurgia Nacional pediu autorização para instalar no concelho do Seixal uma fábrica de amoníaco para aproveitamento dos gases de altos fornos.

d) A Sociedade de Estudos e Investimentos pediu autorização para instalar no concelho do Seixal um complexo químico abrangendo o fabrico de estireno monómero, poliestirenos, borracha sintética, negro de fumo, produtos base para as indústrias de tintas, vernizes, esmaltes e colas, fibras textéis sintéticas do tipo poliamidas (nylon), fibras sintéticas do tipo acrílico e de uma coqueria para produção de coque de alto forno.

11 - Hidro Electricidade do Évado

A Hice foi autorizada a aumentar o seu capital em 15.000 contos pela emissão de 15.000 acções do valor nominal de 1.000\$00 com reserva de preferência para os accionistas.

O Conselho deliberou que a U.E.P. subscrisse a sua parte.

12 - Empresa Hidro Eléctrica do Couro

A Hidro Eléctrica do Couro ampliou o seu capital de 24.000 contos para 40.000 contos pela emissão de 140.000 acções do valor nominal de 100\$00 com reserva de preferência para os accionistas; o Conselho homologou a decisão tomada de subscrisver a parte que compete à U.E.P.

13 - Companhia Nacional de Electricidade

Vai ser requerida uma nova ampliação de capital de 40.000 contos, aberta a todos os accionistas.

14 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) Foi indeferido o pedido da CIRES para montar a indústria de polietileno, em virtude da conveniência de se estudar a reconversão da fábrica de betarreja a cargo da Sociedade Portuguesa Petroquímica.

b) A CIRES está com uma produção diária de 21 toneladas, em stock de 1400 toneladas e a venda atingiu o valor de 400 toneladas mensais.

15 - Empresa Industrial do Feixo

O de fazer que a nova fábrica entre em laboração no mês de Outubro desde que haja energia.

16 - Fórum Nacional dos Industriais de Electricidade

a) As Comissões de Representações do Fórum e dos sindicatos reuniram-se nos dias 4 e 6 de Agosto tendo sido entregue aos representantes dos sindicatos o Projecto do Contrato Colectivo e o Documento Provisório. Quanto a este último documento os sindicatos não o aceitaram, por não quererem tomar qualquer compromisso enquanto não fosse feita e aceite a pré qualificação de funções em todas as empresas afiliadas e aprovado por ambas as partes contratantes o valor do ponto e o Manual de Qualificação.

Os sindicatos aceitaram contudo o prazo de 90 e 120 dias fixado no Documento Provisório, respectivamente para a apresentação das listas com a pré qualificação e para o acordo sobre o valor do ponto.

Pensa-se que até ao fim do ano se deve chegar a um acordo.

Em virtude das dificuldades de pessoas habilitadas a funções tropas entregar à forma "NORMA" a qualificação de funções do pessoal da empresa, o que foi aprovado.

b) No que diz respeito ao problema de formação e aperfeiçoamento profissionais a comissão informou que no princípio de Dezembro se iniciavam os primeiros cursos.

c) O representante da Direcção das empresas produtoras da Rede Primária levantou o problema de uma eventual apoio do Fórum a essas empresas no caso de se reconhecer conveniente expor superiormente a sua posição quanto ao problema de uma eventual fusão.

A questão encontra-se em estudo pelas 4 empresas da Rede Primária.

17 - Pessoal

a) A comissão deu conhecimento ao Conselho das exposições recebidas do pessoal das zonas norte e sul acerca de uma revisão de vencimentos e salários.

— A feição entende não ser conveniente, neste momento, estar a fazer uma revisão de vencimentos e salários, em virtude de se estar muito próximo do termo das negociações com os sindicatos para o contrato colectivo e estar em curso a qualificação de funções e valor do posto.

— Sobre uma eventual retroacção das quais eventualmente consequentes do contrato colectivo e em virtude de não ter sido aceite pelos sindicatos a proposta das empresas, seja assunto a ser discutido e resolvido oportunamente pelo Conselho.

— b) A feição informou o Conselho que o empregado Adriano Teixeira tinha terminado, com a Bolsa de estudos concedida pela empresa, o curso superior de Economia e propôs que este ano em vez de se atribuir os 2.000.000 habituais se atribuissem 4.000.000 como prémio.

— O Conselho concordou.

— c) A I.B.M. vai realizar um Seminário de 3 dias sobre a utilização dos computadores em problemas de gestão de empresas.

— A feição pediu autorização ao Conselho para enviar a este Seminário o Chefe da Divisão de Estudos Económicos e Sociais da Jous. Inf. Ligeiros Luis de Alheiras Braga.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

J. Matos

João Quelha da Silva
Pinheiro - Santo

[Assinatura]

M. J. Martins

12/11/65

— No dia 8 de Novembro de 1965, pelas 10 horas e quinze minutos reuniu-se em sessão o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Lourendau Matoso, com a presença dos vogais que assinam este acta e dos Senhores Senhores Defensores Manuel Fialho e Paulo de Barros.

Acta de Ordem do Dia

— O Senhor Lourendau Matoso manifestou a sua satisfação por o estado de saúde do Sr. Victor Abautia lhe permitir assistir a esta sessão do Conselho.

— O Senhor D. Victor Abautia apadeceu.

Ordem do Dia

— 1- Acta de Sessão Anterior - Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) As disponibilidades em caixa atingem neste momento 14 milhões de escudos, baten-
do no entanto compromissos de pagamento de facturas de energia superiores a este mon-
tante.

Tem continuado a venda de títulos em cartões e aguarda-se que a Hidro Eléc-
trica do Tejo resolva o problema da transformação das acções nominativas ao portador
para se proceder à venda dessas acções.

b) A Hidro Eléctrica do Douro anuncia um aumento de capital de 120.000 contos
pela emissão, ao par, com reserva de preferência para os accionistas.

c) A Empresa Termoelectrica Portuguesa foi autorizada a elevar o seu capital de
314.000.000 200 para 434.000.000 200.

d) A Companhia Nacional de Electricidade foi autorizada a emitir 40.000 contos
de acções com reserva de preferência para os accionistas.

e) A SACOR foi autorizada a elevar o capital de 400.000.000 200 para 400.000.000 200.

f) A Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos foi autorizada a aumentar o seu
capital de 60 milhões de escudos para 80 milhões de escudos.

g) A SONORTE - Sociedade de Estruturas Metálicas do Norte foi autorizada a ele-
var o seu capital de 1.000.000 200 para 20.000.000 200.

h) A MESSA - Máquinas de Bover foi autorizada a elevar o seu capital de
34.000.000 200 para 40.000.000 200.

i) O Banco de Fomento Nacional convocou uma Assembleia geral para delibe-
rar sobre a emissão de obrigações.

j) Foi publicado um despacho determinando a maneira como deve ser autori-
zada a transferência e aplicação de capitais estrangeiros no espaço português por
qualquer pessoas singulares ou colectivas residentes ou domiciliadas no estran-
geiro.

k) Foi concedida autorização à SEGEMI - Société d'Exploitation et de Gestion
Imobilière et Industrielle, para instalar, na região de Viana do Castelo, uma uni-
dade industrial destinada à produção de 100 toneladas diárias de pasta cele-
lógica, por via química. Esta sociedade terá o capital mínimo de 100.000 con-
tos, sendo destinados pelo menos 25% a entidades privadas e corporativas da re-
gião.

l) Os Bancos Português do Atlântico e Banco de Cascaes foram autori-
zados a proceder à sua fusão pela incorporação no primeiro do activo e passivo
e demais direitos e obrigações do segundo, sendo o último autorizado a au-
pliar o seu capital de 40.000 contos.

3- Produção e Venda de Energia no mês de Outubro - Foram presentes
ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de ener-
gia no Norte, no Sul e na totalidade.

4- Orçamento para 1966 - Soluções para o problema financeiro

O Conselho tomou conhecimento do orçamento financeiro para 1966 des-
de a gerência prestado alguns esclarecimentos sobre a previsão de receitas e
despesas.

As despesas estão incluídas além da aquisição de energia que só por

se representa cerca de 70% do total, o encargo financeiro, compreendendo o divi-
dendo, de exploração e de administração. O total previsto para a despesa é de
121 milhões de escudos.

— As receitas provenientes na quase totalidade da venda de energia atingem
144 milhões de escudos a que se devem adicionar 10 milhões de escudos em Cai-
ra e Bancos. Os investimentos previstos para 1961 cifram-se em 90 milhões de
escudos.

— Verifica-se assim que se previram 144 milhões de escudos de receitas con-
tra 611 milhões de escudos de despesas, o que dá um saldo negativo de aproxi-
madamente 44 milhões de escudos.

— A cobertura deste deficit pode ser assegurada por um aumento de capi-
tal e por uma emissão de obrigações.

Discutido o assunto e ponderadas as dificuldades existentes em emitir obri-
gações, o Conselho, depois de ouvindo o esclarecimento prestado pela gerência
acerca da conversa havida com o Banco Pinto & Sotto Mayor, deliberou pro-
ceder a uma ampliação de capital de 33 milhões de escudos, recorrendo-se ao
Banco Pinto & Sotto Mayor por meio de livranças para as restantes necessidades
financeiras.

— A gerência fez notar o espírito de compreensão uma vez mais revelado pe-
lo Banco Pinto & Sotto Mayor nas conversas havidas.

5- Contribuições e Impostos

— A gerência informou o Conselho que finalmente e depois de uma série de
conversações com o Ministério das Finanças que duraram cerca de um ano, ti-
nha sido resolvido considerar como encargo o fundo de reversão, como a U.E.P. sus-
tentava, fazendo uma redução muito afeável na contribuição industrial,
que se traduziu em 1.464 contos.

Seguidamente a gerência salientou a maneira como o chefe dos Serviços
Administrativos, senhor Dr. António Tavares Júnior tinha conduzido este proble-
ma, revelando qualidades de dedicação e competência excepcionais.

Por proposta do senhor Presidente e para mostrar o apreço pela acção
desenvolvida, o Conselho deliberou conceder uma gratificação especial de 10.000.000
liquidos ao senhor Dr. António Tavares Júnior.

O senhor Infanteiro Fialho apadeceu em nome do senhor Dr. António
Tavares Júnior.

6- Contratos e Clientes

a) O senhor Infanteiro Luandede Fialho lembrou que se tinha previsto pa-
ra o exercício de 1964 uma verba global para contribuições e impostos que con-
preendia, como é evidente, a quantia liquidada pelo Estado.

O reconhecimento da nossa razão na reclamação apresentada constituin-
do, um lucro de 1.464 contos que deveria ser levado a exercícios anteriores.

Dentro da colaboração sempre existente entre a Electra del Lima e a U.E.P.
e atendendo ao grande aumento de encargos que a Electra del Lima tem sofrido,
o senhor Infanteiro Luandede Fialho propôs que a importância referida fosse divi-
dida em partes iguais entre Lima e U.E.P. o que corresponde a atribuir uma

aumento de 0,4 centavos ao preço da energia elétrica no ano de 1964.

— O Conselho concordou com esta proposta.

— Seguidamente o Senhor D. Emilio Ursola manifestou a preocupação da Electricidade de Lima quanto ao exercício de 1965 e sugeriu que o assunto fosse estudado por uma comissão constituída por representantes das duas empresas.

— O Senhor D. Victor Urbina tomando a palavra deu conhecimento ao Conselho de uma conversa havida com o Senhor Comandante Luatzo na qual ele lhe comunicara que dentro da política tradicionalmente seguida, a U.E.P. estaria atenta às dificuldades de Lima e dentro das suas possibilidades lhe prestará todo o auxílio.

— O Senhor D. Victor Urbina terminou apresentando ao Senhor Comandante Luatzo os melhores agradecimentos da Electricidade de Lima pela sua compreensão do problema.

— O Senhor Presidente declarou então que essa sua proposta não devia causar surpresa a ninguém, dado que a intima comunhão de interesses entre as duas empresas, sempre revelada através dos tempos não permitia outra orientação que não fosse o apoio de uma à outra sempre que tal era necessário.

— Esta atitude não era de forma alguma inédita, pois sempre se procedeu assim, atitude aliás adoptada no exercício de 1964 ao beneficiar o preço Lima para além do contrato existente.

— Nestas condições, o Senhor Presidente entende que em face dos resultados que a U.E.P. venha a apurar para o exercício de 1965 se destinará para a Electricidade de Lima a quantia máxima que a economia da U.E.P. permitir para melhoria do preço de aquisição de energia, dentro dos limites que forem reputados justos e razoáveis.

— b) A Câmara Municipal do Porto resolveu, depois de muitas conversações, conceder a licença à U.E.P. para instalar os cabos subterrâneos, contando-se que dentro de poucas semanas se possa iniciar a abertura de valas.

— Conforme já foi referido ao Conselho a Câmara pretende introduzir no novo contrato uma cláusula pela qual as sociedades fornecedoras U.E.P. e C.N.E. serão obrigadas ao pagamento de uma taxa de ocupação relativa às canalizações que ocupam o domínio municipal e não se destinem a fornecimento de energia à Câmara, anulando assim a vantagem concedida no contrato actual que refere expressamente isenção de taxas.

— O assunto continue em discussão, estando contudo já esclarecido que a Câmara só considera para efeito de taxas a ocupação do sub-solo, isentando assim o espaço aéreo.

4 - Conselho Superior da Electricidade

— O Senhor Lufesheiro Luacede Fialho prestou informações a forma como têm decorrido os trabalhos do Conselho Superior da Electricidade relativos ao problema da estrutura da rede eléctrica primária.

— As empresas da rede primária, por decisão dos seus Conselhos de Administração discordaram da fusão como solução para resolver os inconvenientes existentes; desta forma, o representante da produção no Conselho, Senhor Lufesheiro foi incumbido por, que tinha tomado a posição extremista da nacionalização, sentir-se desautorizado e pediu a sua demissão que foi concedida.

— Para sua substituição foi nomeado, por indicação do Feireiro, o Senhor Dr. Mário de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração de Hidro Eléctrica do Tejo.

— O Conselho finalmente aprovou por maioria a constituição de uma comissão de orientação que, a título consultivo, deve enumerar as linhas de elaboração das empresas nos domínios técnico (condenação dos diversos fabricantes de estudo) económico e financeiro e continuar a estudar a melhor solução para resolver os problemas existentes na actual estrutura da rede eléctrica primária.

8 - Instalações

a) Continuar as negociações para a aquisição dos prédios para a ampliação das instalações do escritório do Porto, não se tendo até à data chegado a um acordo com o proprietário.

b) Conforme foi referido ao Conselho em sessão anterior, procedeu-se à aquisição de alguns transformadores para a zona norte, faltando estudar as propostas para mais duas unidades; uma de 30.000 KVA 130/11 KV e outra de 30.000 KVA 60.000/11.000 KV. Das propostas apresentadas as que ofereceram mais interesse foram a da EFACEC para a unidade de 30.000 KV pela quantia de 2.250 contos e a da SIEMENS para a unidade de 30.000 KVA pelo valor de 2.100 contos.

— O Conselho autorizou esta aquisição.

c) Dentro da autorização concedida pelo Conselho em sua sessão de 26 de Outubro de 1964, procedeu-se à aquisição dos tele-serviços para a rede Tuf, compreendendo:

a) Telefonia por alta frequência utilizando correntes portadoras nas linhas a 60 KV.

b) Despacho na central da Calhófarre concentrando pela telemedida os necessários elementos para comando da rede.

c) Telecomando da subestação do Barreiro a partir da subestação de Poins.

Este fornecimento foi adjudicado pela importância de 3.850 contos, incluindo a montagem, devendo este encargo ser repartido entre os anos de 1965, 1967 e 1968 da seguinte forma:

1965 887.500.000

1967 2.607.500.000

1968 345.000.000

3.840.000.000

— O Conselho autorizou esta aquisição nas seguintes condições indicadas.

d) Sendo a MAGUE interessada na aquisição do alternador de 10.000 KVA da central da Calhófarre e da turbinas respectivas, a. Ferreira propôs ao Conselho a venda deste grupo, sem instalações de condensação, pela quantia aproximada de 400.000.000, o que se poderá fazer directamente uma vez que transcorreu em 30 do mês corrente o acordo que nos ligava a V. Silva & C. e pelo qual qualquer venda só poderia ser feita por seu intermediário.

e. A. Ferreira informou que se tinha aviado mais uma vez o compensador sincrons do Feireiro e que em virtude da reparação ser muito dispendiosa está-se a estudar a possibilidade de em vez de reparar o compensador

instalar baterias de condensadores estáticos em vários pontos.

As conclusões do estudo serão presentes à próxima sessão do Conselho.

9 - Empresa Hidro Eléctrica da Terra de Estale. - Conforme já foi referido ao Conselho a Empresa Hidro Eléctrica da Terra de Estale fez uma alteração dos seus estatutos criando uma Junta Consultiva, composta por cinco orgãos e tendo por objectivo dar parecer sobre problemas que o Conselho de Administração entende conveniente ser informado.

Realizou-se há dias uma Assembleia Geral desta empresa para eleição dos membros da Junta Consultiva e foram designados

o Dr. Guilherme Miguel Alves Moreira

Monteiro Geral

Paucade e Soares e c^a

SAGA, Sociedade de Administração e Gestão de Bens Imobiliários

Atlântico S.A.R.L.

União Eléctrica Portuguesa

O Conselho resolveu indicar o Sr. Dr. Paulo de Barros como representante da U.E.P. na referida Junta Consultiva.

10 - Hidro Eléctrica do Cávado

a) A Hidro Eléctrica do Cávado foi autorizada a elevar o seu capital e pretende realizar uma emissão de 80 milhões de escudos de obrigações a tomar pela Presidência.

b) Foi aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas o projecto do novo aproveitamento de Vilarelhos das Fozas.

11 - Companhia Nacional de Electricidade

O Conselho deliberou tomar a parte a que a U.E.P. tem direito na próxima ampliação de capital de 40.000 contos de C.N.E.

12 - Empresa Industrial do Freixo

A nova fábrica da Figueira de Foz está quase concluída, tendo porém havido um pequeno atraso proveniente das chuvas, no entanto espera-se que até ao fim do ano inicie os seus trabalhos.

Para financiamento desta fábrica o Banco Pinto e Sotto Mayor, tem concedido grandes facilidades, estando neste momento a E.I.F. a dever ao Banco cerca de 20 milhões de escudos; a pedido do Banco esta dívida vai ser convertida em títulos de prazo de um ano prorrogáveis.

13 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) As vendas têm atingido 400 toneladas mensais e espera-se que em breve a produção aumente para 400 a 450 toneladas mensais, o que dará como consequência uma baixa de preço de custo, prevendo-se que no ano de 1966 já haja um lucro.

b) Está-se em contacto com uma organização inglesa para exportação para Inglaterra.

14 - Prémio Nacional dos Industriais de Electricidade

a) O apoio solicitado ao Prémio pelas empresas da rede fixa para uma eventual exposição a fazer ao Governo áceres da fusão tem sido dispensado por estas empresas em virtude de não estar definida ainda a melhor vi-

então a seguir.

b) Aguarda-se que seja feita a pré qualificação para se prosseguirem as negociações com o Sindicato acerca do Contrato Colectivo do Trabalho, a fim de se acertarem algumas cláusulas enquanto não é fixado o valor do puto.

c) A formação profissional do pessoal das empresas começa no dia 15 na Companhia Eléctrica das Beiras, Eléctricas de Tines, Hidro Eléctrica do Cávado e na União Eléctrica Portuguesa, atingindo cerca de 160 funcionários.

d) A Junta de Acção Social, organismo do Ministério das Corporações, vai realizar um filme sobre electricidade, entrando em contacto com o Grémio com o fim de obter uma colaboração.

e) A Direcção do Grémio deliberou dar essa colaboração, sugerindo que o organismo deve revelar a complexa organização existente necessária para se ter energia à disposição e tomar a seu cargo a diferença de preço entre o filme a preto e branco e o filme a cores.

f) Para o trabalho relativo ao III Plano de Fomento o grupo de trabalho "Energia" da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica deve ter uma maior participação de indústrias eléctricas com representantes não só do Grémio como das empresas concessionárias de produção e distribuição, mantendo além disso uma Comissão Consultiva com representantes do sector privado, representação essa que deve ser assegurada pelo Presidente do Grémio.

15 - Pessoal

a) A Grémia deu conhecimento ao Conselho do decreto e portaria constituindo a Caixa Nacional de Pensões, o que muito vai facilitar a acção da U.E.P. neste sentido;

b) Para se ocupar de futuro de todos os problemas de pessoal da empresa e desde já dos problemas de qualificação de funções e de todos os que forem inerentes ao Contrato Colectivo de Trabalho e ainda do ensino profissional, a Grémia propôs a admissão do Senhor Dr. Orlando Pinto Baptista, pessoa que já se tem ocupado destes assuntos no plano oficial e do qual tem as melhores referências, aliás provadas por trabalhos já prestados à empresa, a título eventual.

O Senhor Dr. Orlando Pinto Baptista será admitido como adjunto do Chefe de Divisão de Estudos Económicos e Sociais, tendo a seu cargo todos os problemas acima referidos para o conjunto da sociedade, e o vencimento mensal líquido de 6.500.000.

c) Como é do conhecimento do Conselho os Senhores Engenheiros Manuel Fernandes Camacho e Julio Rodrigues Matias foram promovidos a Chefes de Serviço para preenchimento das vagas abertas pela saída dos Senhores Engenheiros Luis Carneiro São e Luis de Sá Pereira que passaram ao Conselho Consultivo de Grémia em 1964 e 1965.

Estas promoções não foram bem acompanhadas por melhoria de vencimento, parecendo afora indispensável actualizar as remunerações.

Nestas condições, a Grémia propôs que o vencimento líquido mensal destes

W. H. H. C. J. H.

Chefe de Serviço seja fixado em 14.000.000 com efeito a partir de 1 de maio, data em
 que o Senhor Deputado Julio Matias tomou posse do cargo de Chefe de Serviço. O Sena-
 do aprovou a proposta de Fúrnica.

—d) Por proposta de Ferreiras foi autorizada a promoção a Contabilista Chefe do senhor Luacedo Loufais, passando o seu vencimento de 5.400.000 para 6.100.000 com efeito a partir de 1 de Maio, em substituição do senhor José Carvalho que passou à reforma, na data referida.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.
 Francisco Gomes Matos

Francisco Coma Mateo

Para Sr.
 João Bello da Silva
 Sr. J. Martins
 101 Rua ... e ...

Stygomatids
for preservation & initiation

No dia 9 de Novembro de 1965, pelas 10 horas, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa, sob a presidência do Tenente Comandante José Francisco Corrêa Matoso, com a presença dos vogais que assinam esta acta e dos gerentes Tenentes Engenheiros Mamede Fialho e Paulo de Barros.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Entrando-se em seguida na ordem do dia, o Conselho de Administração retornar o estudo das circunstâncias e condições do aumento do capital social em trinta e três mil contos, ao qual corresponde a elevação do valor de trezentos e trinta mil para trezentos e sessenta e três mil contos. Voltando a examinar devidamente as necessidades próximas de financiamento, designadamente para ampliação de subestações e para o estabelecimento de novas linhas e ramais de alta tensão, o Conselho confirmar a sua resolução de fazer a emissão de trezentos e trinta mil novas ações, do valor nominal de cem escudos cada uma, a oferecer ao por aos actuais accionistas com reserva do direito de preferência, conforme é dos estatutos da sociedade, acrescido aquele preço apenas do imposto de mais-valias que, nos termos do respectivo código, vier a ser devido por

Cada accção assim subscrita.

O Conselho autoriza ainda, para os devidos efeitos, que esta sua resolução de aumento do capital cabe perfeitamente dentro da deliberação da Assembleia geral, aprovada em tempo competente, que permite a elevação do capital social até quatrocentos mil contos.

Finalmente, o Conselho de Administração deliberou que se dê seguimento à operação em vista nos Camões de mil novecentos e sessenta e seis, mediante prévio pedido de aprovação a Sua Excelência o Ministro das Finanças, nos termos das respectivas disposições legais aplicáveis. Resolveu ainda que seja solicitado ao Conselho Fiscal o seu parecer.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se imediatamente a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser devidamente assinada.

Acta Number

João Ruella Gomes

Paulo de Barros

Max Martins

William L. Wilson
José G. Reis

João de Barros

No dia 13 de Dezembro de 1961, pelas 11 horas reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comandante José Francisco Corrêa Matoso, com a presença dos senhores que assinam esta acta e do Senhor Engenheiro Paulo de Barros.

Actas do Conselho de Administração

O Senhor Comandante Matoso lamentou a ausência do Senhor Engenheiro Manuel Fialho, afirmando que, dentro da habitual elaboração entre os senhores, tudo se processaria sem dificuldades.

O Senhor Engenheiro Paulo de Barros informou o Conselho que mantivera contacto permanente com o Senhor Engenheiro Fialho e que tudo o que se comunicaria hoje traduzia fielmente a opinião dos dois senhores.

Ordem do Dia

1 - Informações Diversas

a) A Sociedade Portuguesa de Petroquímica foi autorizada a elevar o seu capital de 200.000.000\$00 para 300.000.000\$00 com reserva de preferência.

cia para os actuais accionistas.

b) A Celulose Billerud foi autorizada a elevar o seu capital de 280.000.000,00 para 364.000.000,00 com reserva de preferências para os actuais accionistas.

c) A INAPTA foi autorizada a emitir 80.000 acções do valor nominal de 1.000,00 cada uma, representativas do capital com que se vai constituir.

d) A SONEFE foi autorizada a elevar o seu capital de 500.000.000,00 para 1.500.000.000,00 com reserva de preferências para os accionistas.

e) O Banco Rural do Porto maior foi autorizado a elevar o seu capital de 200.000 contos para 250.000 contos.

f) A Sociedade A. Black foi autorizada a emitir 30.000 acções do valor nominal de 100,00 cada uma, sendo 800 acções representativas do actual capital da sociedade, pela sua transformação em sociedade anónima e 29.200 correspondentes ao aumento de capital que pretende efectuar.

g) A Sociedade Lata Lery & C.ª Luíças foi autorizada a emitir 30.000 acções do valor nominal de 1.000,00 cada uma, sendo 150 acções representativas do actual capital da sociedade, pela sua transformação em sociedade anónima e 29.850 correspondentes ao aumento de capital a efectuar por incorporação de 15.500.000,00 de supimentos e de 13.950.000,00 de reservas, e a distribuir quanto aos restantes 400.000,00.

h) As Refinarias do Feneas Reunidas foram autorizadas a elevar o seu capital de 9.756.000,00 para 44.300.000,00 com reserva de preferências para os actuais accionistas.

i) A Celulose do Tejo foi autorizada a emitir 100.000 acções do valor nominal de 1.000,00 cada uma, representativas do capital com que se vai constituir.

j) Foi autorizado o Fundo de Renovação e de Aproveitamento da Indústria de Pesca a emitir a obrigação fiscal de 74.000 contos representativa da 1.ª série do empréstimo de renovação e de aproveitamento da indústria de pesca.

k) Foi aberta a subscrição para a tomada de 10.000 obrigações do Banco de Fomento Nacional à taxa de juro de 4% isento de impostos e garantida por um grupo de instituições bancárias.

l) A Insufina vai realizar uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar acerca da dissolução da sociedade por dificuldade de realizar o seu objectivo.

m) Foi dada autorização a S.E.I.S.A. Sociedade de Estudos e Investimentos para instalar, no concelho do Seixal, um complexo químico, abrangendo várias modalidades fabris, sob condição de poder ser avorados, na medida em que - total ou parcialmente - os fabricos afora requeridos se venham a enquadrar no plano de desenvolvimento do complexo siderúrgico da Siderurgia Nacional, no que respeita à aplicação das fases disponíveis na coqueificação projectada depois de ordenado esse plano com a evolução do acontecimento no que interessa ao desenvolvimento da petroquímica orientada pela SACOR.

n) O Banco Lixa & Moras vai realizar uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a fusão com o Banco da Madeira por incorporação de activo, passivo e demais direitos e obrigações.

2 - Produção e Venda de Energia no mês de Novembro - Situação das reservas

energéticas - Foram presentes ao Conselho o dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no Norte, no Sul e na totalidade e a situação das reservas energéticas do país em 10 de Dezembro.

3- Acções da U.E.P. - Admissão na cotação da Bolsa

Foram admitidas à cotação 300.000 acções do valor nominal de 100,000 representando a última ampliação de capital de 30.000.000,00.

4- Problema Financeiro - (Disponibilidades e medidas a tomar - venda de títulos) (Hidro Eléctrica do Tezuro e outros) - As disponibilidades em Caixa atingem neste momento 17.500 contos.

Em face da previsão financeira até ao fim do ano é de recear que as receitas não sejam suficientes para cobertura das despesas, o que teria como consequência passar o ano com um saldo negativo nos bancos o que não é recomendável sob o ponto de vista balança.

Nestas condições está-se seguindo atentamente a evolução das receitas e despesas e desde já se propõe pagar por meio de letra descontada no Banco de Portugal a energia fornecida à rede do Norte, no mês de Novembro, no total de 14.000 contos. Esta operação permitir-nos-á certamente passar o ano com saldo positivo nos bancos.

O Conselho aprovou esta operação, dando poderes à Direcção para de acordo com o Senhor Presidente e o Senhor Dr. Ruela Ramos realizar qualquer outra que fosse conveniente.

Seguidamente, o Conselho tomou conhecimento e sancionou o levantamento de 4.400 títulos da Hidro Eléctrica do Tezuro depositados na Caixa Geral de Depósitos para caução do empréstimo existente, mediante o pagamento de 3.000 contos, com o objectivo do seu averbamento ao portador para efeitos de venda.

5- Contribuições e Impostos - O problema de amortização das centrais térmicas - Nos exercícios de 1963 e 1964 foram destinadas certas verbas para amortização da situação passiva proveniente da parte não reembolsada da central térmica do Freixo. Estas amortizações foram consideradas como despesas e portanto não passíveis de contribuição industrial.

Sucede porém que em 1964 o Ministério das Finanças levantou novamente o problema e pretende que as amortizações feitas não podem ser consideradas como despesas em virtude de não estarem expressamente contempladas na lei. Se viesse o ponto de vista do Ministério isso iria conduzir a um encargo de 4.800 contos.

O problema encontra-se em discussão, havendo fundadas esperanças de se obter um resultado favorável, dada a injustiça da decisão.

Em relação às previsões feitas para pagamento à C.N.E. do aproveitamento da força no ano de 1964 há também o receio de esta previsão não ser considerada como despesa e como tal passível de contribuição.

Este problema tem evidentemente uma gravidade menor, pois a partir do momento em que se efectue o pagamento à C.N.E. a quantia correspondente será automaticamente deduzida ao lucro do ano em que se fez o pagamento.

to. Trata-se por consequência de uma simples antecipação de pagamento.

Todo este complexo problema de contribuições e impostos causa sérias preocupações, bastando notar que de 1960 a 1964 o encargo tributário subiu de 11.000 contos para 20.000 contos.

6 - Previsão de Resultados 1965

A gerência apresentou ao Conselho uma previsão de resultados para 1965 da qual se conclui que o corrente ano não será melhor do que o anterior, embora a energia vendida tenha aumentado cerca de 140 milhões de kWh.

As razões deste facto residem nas seguintes causas:

1) - Aumento da conta da C.N.E. em fins de 1964, devido à forte estiagem havi-
do nesse período com um encargo da ordem dos 7.000 contos que incidirá em todo
o ano de 1965.

2) - Agravamento do preço da energia adquirida à E. L. de Lima em meio
centavo nos termos do acordo em vigor e que representa cerca de 1.000 contos.

3) - Aumento dos encargos tributários em cerca de 1.400 contos.

A previsão é feita a título meramente informativo e é possível que a rea-
lidade seja um pouco diferente do previsto. Contudo, não é infelizmente de esperar
um aumento sensível de resultados.

Esta situação irá criar certas dificuldades no auxílio a prestar à E. L.
de Lima em consequência do ano hidrológicamente desfavorável; a gerên-
cia está atenta ao problema e reconhece inteiramente a necessidade de pre-
star todo o apoio à E. L. de Lima dentro da política tradicionalmente
seguida de colaboração mútua, e oportunamente propôs ao Conselho a solu-
ção que lhe parece mais conveniente mesmo com sacrifício dos interesses
da U.E.P.

O Senhor J. Victor Urutia começou por assinalar o espírito de cola-
boração revelado, tanto pelo Senhor Presidente como pela gerência, espírito que
sempre tem existido nas relações entre a U.E.P. e a E. L. de Lima.

A gerência apresentou o problema com extrema clareza, fazendo notar
a interdependência que existe entre os resultados da U.E.P. e o volume de
energia fornecida pela E. L. de Lima; na verdade, quanto menor for este
fornecimento maior será a conta da C.N.E. que vai onerar a economia
da U.E.P. durante 12 meses.

O ano de 1965 foi mau hidrológicamente, afectando assim simul-
taneamente a E. L. de Lima e a U.E.P.

A E. L. de Lima está, conforme disse J. Emilio Usola, procedendo
a obras de regularização no rio Lima, em Espanha, que permitirão atenuar
de futuro as influências de um mau ano hidrológico.

O ano corrente sofreu fortemente com a estiagem e por isso se
pediu a colaboração da U.E.P., dentro da orientação já acentuada pelo Senhor
Presidente e pela gerência de entre ajuda das duas empresas, já por mais
de uma vez manifestada.

7 - Projecto de Proposta de Lei sobre Autorização de Receitas e Despesas - A
gerência deu conhecimento ao Conselho do projecto de proposta de lei para au-

anulação de receitas e despesas para 1966 e referiu os principais aspectos:

a) Prioridade ao encargo extraordinário com a defesa

b) Concentração dos investimentos públicos nos sectores de maior decisão e influência na aceleração do crescimento do produto nacional

c) Intensificação dos investimentos intelectuais, designadamente, nos sectores da investigação, do ensino e da formação profissional

d) Início efectivo da programação regional, com vista à correcção das disparidades de desenvolvimento e à elevação do nível de vida das populações

e) Prossecução na mais ampla medida e sob diversas formas do auxílio económico ao Ultramar.

8 - Conselho Superior da Electricidade

4. Ferreiras informou que o Conselho Superior da Electricidade aprovou o parecer do Senhor Engenheiro Lúcio Foucalves sobre a estrutura da rede binómica.

Neste documento afirma-se a existência de certos inconvenientes e aponta as diversas soluções possíveis, como sejam a coordenação, associação empresarial, evolução orgânica e fusão.

Finalmente propõe que seja criado um Conselho de Orientação que deverá promover a coordenação empresarial e estudar a melhor solução para a eliminação dos inconvenientes.

Segue-se um parecer jurídico do vogal do Conselho, Senhor Dr. Hilário Borges de Meneses no qual se demonstra que a fusão das empresas só se pode resolver por vontade das partes e não por imposição.

9 - Repartidor Nacional de Cargas - Representação no Conselho Superior da Electricidade - Para a discussão no Conselho Superior da Electricidade do parecer sobre estrutura da rede binómica levantou-se no Repartidor Nacional de Cargas o problema de saber qual era a orgão que deveria dar instruções ao seu representante.

Como o vogal representante das empresas não chegassem a acordo, visto haverem ênfase na votação, foi o presidente representante do Estado que deliberou dar inteira liberdade ao representante do Repartidor para votar como quizesse.

O representante da Companhia Electrica das Beiras na Comissão Directiva não concordou com esta decisão e comunicou o facto às empresas suas representadas que lhe deram todo o apoio para qualquer eventual reclamação que se pretenda apresentar ao Conselho Geral.

10 - Empresa Hidro Electrica da Serra de Estrela

a) Realizou-se a primeira reunião da Junta Consultiva da Empresa Hidro Electrica da Serra de Estrela, que teve como objectivo estabelecer contactos entre os seus membros.

Deixou de fazer parte desta Junta Paucada Moraes & C.ª em virtude de ter passado para o Conselho Fiscal em substituição de um vogal deste Conselho que passou a fazer parte do Conselho de Administração.

b) Foi concedido um empréstimo de 20 milhões de escudos caucionados

do pelas obras e direitos de concessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Alva.

11 - Hidro Eléctrica do Lavad

Tendo a Hidro Eléctrica do Lavad pedido autorização para estudar os aproveitamentos hidroeléctricos da bacia hidrográfica do rio Tamega, em conjugação com o já existentes e em estudo na bacia hidrográfica do Lavad, foi concedida licença para proceder aos estudos necessários à elaboração do projecto dos referidos aproveitamentos.

12 - Empresa Termoelectrica Portuguesa

A Empresa Termoelectrica Portuguesa publicou um folheto no qual dá a conhecer o seu programa de empreendimentos realizados e em curso para ser distribuído pelas entidades financiadoras para assim poderem avaliar das suas necessidades financeiras.

13 - Empresa Industrial do Freixo

Os trabalhos de acabamento da fábrica continuam em bom ritmo, esperando-se que em Janeiro possa entrar em laboração.

14 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) A venda do clorato de plivinto continua em boa praça e espera-se conseguir uma maior expansão pela utilização deste produto em ferragens para a embalaagem de azeite, óleo e vinhos.

b) Prosseguem as negociações com a Inglaterra; como se mantém a taxa de 10% sobre a importação estas negociações são difíceis.

Entrou-se em contacto com a Bélgica para o fornecimento de 1.000 toneladas à ESSO que oferece o preço CIF a 84 £. A CIRES pretende o preço FOB a 84 £.

Em virtude da diferença de preço ser tão pequena espera-se chegar a um acordo, o que tem muito interesse para a CIRES.

15 - Comité Nacional dos Industriais da Electricidade

a) Foi publicado o relatório da Direcção do Comité relativo ao ano de 1964.

b) O Grupo de Trabalho n.º 1, Energias, da Comissão Interministerial de Planeamento e Subsecção Económica já foi constituído com os seguintes representantes, efectivos e substitutos.

a) Representantes do Comité

— Engenheiro Sidónio Pais

— Engenheiro Leite de Faria

b) Representantes das empresas de distribuição

— Engenheiro Fúrico Mendes da Silva (C.E.B.)

— Engenheiro Valindo da Fousaca Maratá (C.R.G.E.)

c) Representantes das empresas de produção

— Engenheiro Fausto Gonçalves Henriques (H.E.DOURO)

— Engenheiro António Theodoro de Castro (H.E.A.A.)

Faz parte da Comissão Consultiva o Presidente do Comité Senhor Engenheiro Paulo de Barros.

c) Em virtude do desenvolvimento das actividades do Comité foi decidido admitir um novo engenheiro para o serviço de coordenação e normalização, tendo como função principal o executivo dos trabalhos de todas as comissões.

— d) Terminando no dia 10 deste mês o prazo para as empresas apresentarem a pré qualificação do pessoal e em virtude deste trabalho não se encontrar concluído pela maior parte das empresas, foi pedido um adiamento de 30 dias.

— 4 U.E.P. e a Electricidade de Lima estabeleceram com várias empresas a fim de se promover uma uniformização de critérios para a determinação do valor do posto.

— 4 gerência fez notar que a entrada em vigor do Contrato Colectivo vai necessariamente trazer um forte aumento nas remunerações do pessoal. Isto é mais uma razão para se prosseguir firmemente na política de melhoria de produtividade e redução de quadros. Os resultados a obter são necessariamente demorados dado que a empresa tem pessoal antigo e pouco qualificado que só pode ser reformado quando atingir os 65 anos.

— e) Os cursos de formação e aperfeiçoamento profissionais continuam a decorrer, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da U.E.P. dado a honra de ir assistir a umas das aulas em Alameda.

— f) No que diz respeito a aumentos das Obras de electrificação a serem comparticipadas pelo Estado, a Direcção geral dos Serviços Electricos tomou contacto com o governo quanto à colaboração a estabelecer entre estas duas entidades, estando o governo a ocupar-se do assunto de acordo com as empresas.

— 16 - Pessoal e Diversos —

— a) O Conselho aprovou a concessão de uma gratificação pelo Natal a todo o pessoal nos termos usuais.

— b) Por proposta da gerência o Conselho autorizou que ficasse de conta da Sociedade uma parte das quantias em dívida pelos empregados por motivo de doença, como segue:

Nome

Infanteiro José Abel Leite Barbosa	6.000.000
Vitor F. Salazar	6.000.000
Agente Técnico Hilário Moreira da Silva	4.000.000
Luís de Almeida Frazão	3.500.000
Joaquim Helder de Matos Guerra	2.500.000
José Cândido Reis	2.500.000
Fernando Martins Ferreira Leves	2.000.000
António Fernandes da Silva Faria	2.500.000
António do Santos Barros	2.500.000
Eduardo Moreira Maia	2.500.000
Manuel Dias Couto	2.500.000
Teófilo Mendes Cardoso	2.500.000
Arnaldo Jesus Correia	2.500.000
Luís Tomás Ferreira da Cunha	2.000.000
Adelino António Vale	2.000.000
Guilherme da Silva Castro	2.000.000
Benjamin Augusto Barros Blauquet	450.000
Suf	

Lygia

Alberto Piedade de Jesus Oliveira	3.600.000
Manuel António Lafreire	3.600.000
Manuel Lopes	1.800.000
Joaquim Manuel Lucio	1.800.000
Guérice da Silva Santos	1.440.000
Valdemar Ferreira	1.200.000
António dos Santos	1.200.000
Joaquim Dinis	500.000

c) O Conselho aprovou a verba de 10 contos para donativos do hospital.
 d) A Presidência informou o Conselho que de acordo com o Senhor Presidente e o Senhor Dr. Ruela Ramos foi concedido um donativo de 10.000.000 ao Hospital do Lúes do qual é Provedor o Senhor Engenheiro Camêlo Faralhes. Administrador da Ueluf.

O Conselho homologou esta decisão.
 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Lygia

Lygia

Lygia

João Ruela Ramos
 Rui Aguiar - Barros

M. Ramalho e Silva

No dia 14 de Fevereiro de 1966, pelas 10 horas, reuniu no Porto o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comendador José Francisco Costa Matoso, com a presença dos vogais que assinam esta acta, e dos Senhores Engenheiros Manuel Fialho e Paulo de Barros.

Após a sessão, o Conselho tomou conhecimento da situação da "Pesel" relativamente à União Eléctrica Portuguesa e deliberou autorizar, nos termos do n.º 4.º do artigo 14.º dos Estatutos a participação na escritura reguladora da liquidação extra-judicial da Pesel - Empresa Comercial e Industrial de Pese, concedendo para o efeito plenos poderes aos Senhores Dr. João Ruela Ramos e Engenheiro Paulo de Barros.

Logo, nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, depois de se ter lido e aprovado a presente acta.

Lygia
 João Ruela Ramos
 M. Ramalho e Silva

Lygia

Lygia
 Rui Aguiar - Barros

No dia 14 de Fevereiro de 1966, pelas 11 horas, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Comandante José Francisco Correia Matoso, com a presença dos vo-
zais que assinam esta acta e dos Senhores Engenheiros Luamede Fialho e Paulo de Barros.

Acta da Ordem do Dia

O Senhor Presidente, em nome do Conselho manifestou ao Senhor Engenheiro Luamede Fialho a grande satisfação de o ver completamente restabelecido e apto a retomar as suas funções.

Seguidamente acentuou não ter a ausência temporária do Senhor Engenheiro Luamede Fialho representado qualquer quebra de continuidade na gestão e na Administração e que este facto era motivo de constatulação para a empresa que usava do privilégio de ter uma gestão que desde longa data e com conhecimento pleno de todas as actividades pode sofrer quaisquer pequenos impedimentos.

O Senhor Engenheiro Luamede Fialho agradeceu.

Ordem do Dia

1 - Acta da Sessão Anterior - Foi aprovada a acta da sessão anterior.

2 - Órbita Gerentes - Falecimento do Presidente da Assembleia Geral.

Por proposta do Senhor Presidente ficou exarado em acta um voto de sentido pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Manuel José Belles, Presidente da Assembleia Geral, devendo comunicar-se este voto à família.

Seguidamente e também por proposta do Senhor Presidente o Conselho deliberou convidar o Senhor Eduardo Furtado, Presidente do Banco Pinto & Irmão para ocupar aquele cargo.

3 - Informações Diversas

a) As Companhias Reunidas Gás e Electricidade foram autorizadas a elevar o seu capital de 674.019.675.000 para 717.870.000.000, mediante a emissão de 250.479 acções do valor nominal de 175.000 cada uma, sendo 122.198 acções com reserva de preferência a favor dos actuais accionistas.

(D.G. N.º 9 - 3.ª Série - 12/1/966)

b) A LUSOTUR - Sociedade Financeira de Turismo foi autorizada a elevar o seu capital de 160.000.000.000 para 210.000.000.000 mediante a emissão de 50.000 acções com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D.G. N.º 299 - 3.ª Série - 23/12/965)

c) A Hidro Eléctrica do Cavado foi autorizada a emitir 60.000 obrigações do valor nominal de 1.000.000 cada uma ao juro de 5 por cento ao ano cativo de imposto para os obrigacionistas.

(D.G. N.º 16 - 3.ª Série - 20/1/966)

d) A SONEFE foi autorizada a emitir 60.000 obrigações do valor nominal de 1.000.000 cada uma.

(D.G. N.º 4 - 3.ª Série - 10/1/966)

e) Por despacho ministerial foi fixado para 9.ª emissão de promissórias de fomento nacional o capital de 900.000 contos.

(D.G. Nº 278 - 1ª. Série - 9/12/964)

f) A ANGOL - Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis foi autorizada a elevar o seu capital de 70.000.000\$00 para 120.000.000\$00 mediante a emissão de 40.000 ações com reserva de preferência para os accionistas.

(D.G. Nº 304 - 3ª. Série - 30/12/964)

g) A Sociedade Estabelecimento Rodrigues & Rodrigues foi autorizada a elevar o seu capital de 30.000.000\$00 para 50.000.000\$00 mediante a emissão de 20.000 ações.

(D.G. Nº 302 - 3ª. Série - 28/12/964)

h) A Companhia de Seguros A Social foi autorizada a ampliar o seu capital de 10.000.000\$00 para 12.000.000\$00 mediante a emissão de 20.000 ações com reserva de preferência para os accionistas.

(D.G. Nº 13 - 3ª. Série - 14/1/966)

i) A FIVICISA - Fibras Sintéticas foi autorizada a elevar o seu capital de 9.000.000\$00 para 20.000.000\$00 mediante a emissão de 11.000 ações.

(D.G. Nº 32 - 3ª. Série - 8/2/966)

j) A Papelaria Fernandes foi autorizada a elevar o seu capital de 6.200.000\$00 para 18.600.000\$00 mediante a emissão de 12.400 ações com reserva de preferência para os accionistas.

(D.G. Nº 32 - 3ª. Série - 8/2/966)

k) A Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais foi autorizada a elevar o seu capital de 2.500.000\$00 para 32.500.000\$00 mediante a emissão de 60.000 ações com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D.G. Nº 32 - 3ª. Série - 8/2/966)

l) A Sociedade Têxtil Manuel Gonçalves foi autorizada a elevar o seu capital de 49.000.000\$00 para 70.000.000\$00 mediante a emissão de 21.000 ações com reserva de preferência para os actuais accionistas.

(D.G. Nº 32 - 3ª. Série - 8/2/966)

m) Em virtude da subscrição de ações para o 1.º aumento de capital da Empresa Termoelectrica Portuguesa ter excedido o total houve que proceder a um rateio.

n) Tendo a subscrição de 10.000 cêntos de obrigações do Banco de Fomento Nacional ultrapassado 80.000 cêntos tornou-se necessário proceder a um rateio.

o) O Fundo Especial de Transportes Terrestres foi autorizado a contrair na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência um empréstimo de 40.000.000\$00 e a emitir no ano de 1966 e por uma só vez, obrigações no total de 30.000.000\$00 para aplicação no financiamento ao Metroropolitano de Lisboa.

(D.G. Nºs. 279 e 27 de 10/12/964 e 31/1/966)

p) Foi autorizada a 1ª. série da obrigação geral do empréstimo de renovação e de afectamento de indústrias de pesca.

(D.G. Nº 298 - 2ª. Série - 22/12/964)

q) O Senhor Dr. Vasco Maria Vasques da Cunha de Fco foi exonerado, a seu pedido, do cargo de Director geral do Secretariado Técnico da

Presidência do Conselho.

(D. G. N.º 26 - 2ª Série - 1/2/1966)

— 1) O Américo Patuquês foi autorizado a ampliar as suas instalações fabris de Estarreja de forma a atingir 76.000 t/ano de amoníaco e a produzir 40.000 t/ano de uréia, sob condição de habilitar oportunamente a Secre-taria de Estado da Indústria a prestar aos departamentos do Estado inte-ressados no respectivo capital os esclarecimentos convenientes acerca da con-cretização do empreendimento que foi resolvido levar a efeito incluindo o plano financeiro a aprovar previamente.

— 2) A Fábrica de Papel do Alentejo requereu autorização para a instalação de uma fábrica de celulose para produção de pastas cruas e branqueadas de pinheiro e eucalipto pelo processo KRAFT no distrito de Santarém.

— 3) Foi publicado um decreto estabelecendo o regime e condições básicas para a aplicação de medidas de defesa contra a concorrência nua e à produção nacional por exportadores estrangeiros à conta de preços de dumping ou de preços subsidiados.

4 - Relatório, Balanço e Contas do Ano de 1965

— O Conselho tomou conhecimento do Balanço em 31 de Dezembro de 1965 e da conta de Resultados Gerais do Exercício findo.

— A gerência informou que em face dos resultados atingidos e das re-ções apresentadas pela Electricidade de Lima e por instruções do Senhor Presidente, dentro do habitual espírito de colaboração entre as duas empresas, a energia fornecida pela Electricidade de Lima tinha sido valorizada a 226 por kWh com um aumento de 203 sobre o preço contratual.

— A gerência informou ainda que em virtude de terem sido já apro-vadas as novas tarifas da Companhia Nacional de Electricidade, o resulta-do de 1965 tinha já em conta esta realidade; em relação a 1964 as provisões feitas para este fim tinham coberto esta rectificação de preços. O encargo suplementar referente aos dois anos foi de 11.400 contos.

— Depois de realizada a apreciação e discussão dos documentos o Conselho aprovou as contas e o relatório anual, que assinado pelo Senhor Presidente deverá ser submetido juntamente com o Balanço e Resultados Gerais de Exercício à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a convocar para o dia 21 de Março p.p. às 10 horas e 30 minutos.

— Verifica-se que a conta de Resultados depois de cumprido o disposto no N.º 2 do artigo 12.º dos Estatutos acusa um saldo de 39.368.165 403 para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2.500.000 200
------------------------	---------------

Dividendo a distribuir	33.000.000 200
------------------------	----------------

Gratificação a todo o pessoal (10% sobre o dividendo)	3.000.000 400
--	---------------

Para o novo exercício	468.165 403
-----------------------	-------------

Total	39.368.165 403
-------	----------------

— 5 - Situação Financeira - Pedido de ampliação de capital.

— Conforme fora previsto a situação financeira tornou-se difícil. Na verdade, além dos encargos correntes correspondentes à exploração tiveram de contar com o pagamento suplementar à Electricidade e com o dividendo; além disso, em Dezembro, passado para não se apertar em Balanço uma conta em Banco muito reduzida pagou-se por meio de uma letra a factura de fornecimento de energia da C.N.E., letra esta que se vence em Março, e que será prorrogada se tal for possível.

— Nos termos da autorização já concedida pelo Conselho foi requerido o aumento de 33.000 contos que se espera seja deferido, de forma a poder fazer-se a emissão no mês de Abril.

— 6 - Produção e Venda de Energia no mês de Dezembro - Situação das reservas energéticas.

— Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energia no mês, no 1º e na totalidade, e a situação das reservas energéticas do País no dia 10 de Fevereiro.

— 7 - Alteração dos Estatutos

— Por proposta do Senhor Presidente o Conselho concordou com a alteração dos artigos 1º, 16º e 20º dos Estatutos da sociedade conforme a seguir se refere, ficando decidido convocar uma Assembleia Geral Extraordinária que terá lugar no dia 21 de Março, imediatamente a seguir à Assembleia Geral Ordinária.

— Artigo 1º. (Texto do artigo mantém-se)

— Parágrafo único (passa a 1º)

— Parágrafo 2º. (matéria nova)

— "Os títulos representativos das acções ou obrigações serão assinados por dois administradores, podendo uma das assinaturas ser de chancela".

— Artigo 16º. (nova redacção)

— "A Administração da sociedade compete ao Conselho de Administração, composto de um mínimo de oito e de um máximo de doze membros, eleitos trienalmente e com a faculdade de reeleição. Pertence ao Conselho de Administração ampliar ou reduzir a sua composição dentro dos limites fixados, e bem assim suprir as faltas ou impedimentos dos administradores, nomeando de entre os accionistas os novos membros que julgar necessário. Esta nomeação vigorará até à primeira reunião da Assembleia Geral Ordinária".

— Mantém-se o parágrafo do artigo.

— Artigo 20º. - (nova redacção)

— "O Conselho Fiscal, que pode ser reeleito, compõe-se de um mínimo de três e de um máximo de cinco membros".

— Parágrafo único -

— É aplicável ao Conselho Fiscal a disposição do artigo 16º.

— 8 - Tarifas da Companhia Nacional de Electricidade 1964-1965 - Despacho do Secretário de Estado da Indústria

— Conforme já se referiu as tarifas da C.N.E. 1964-1965 foram aprovadas por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Indústria de Janeiro do corrente ano.

— continuam pendentes de aprovação as tarifas a partir de 1966. —

— 9 - Contratos e Clientes —

— a) Conforme já foi referido ao Conselho o contrato de fornecimento de energia à Câmara Municipal do Porto terminou em 31 de Dezembro de 1965 e as negociações para o novo contrato encontram-se paralisadas, em virtude de não ter sido ainda aprovada a tarifa da C.N.E. para 1966. —

— A Câmara Municipal do Porto propôs que o fornecimento se continuasse a fazer na base do preço de 1965, retribuído-se posteriormente as facturas conforme a tarifa que fosse aprovada, em virtude de reconhecer não existir de parte das empresas fornecedoras qualquer responsabilidade deste estado de coisas. —

— Esta proposta da Câmara foi aceite pela C.N.E. e pela U.E.P. e parece inteiramente razoável. —

— Como o Porto tem uma tarifa política, de preço muito reduzido, criou-se um vasto movimento de opinião pública tendente a evitar qualquer agravamento; nesse sentido, em sessão pública promovida pelos sindicatos foi apresentada uma exposição ao Senhor Ministro da Economia, subscrita por centenas de pessoas, tendo-se o Senhor Governador Civil comprometido a transmitir-lhe a mensagem ao Governo. —

— Os corpos administrativos da cidade ameaçam demitir-se se o preço for aumentado, mas a verdade é que a tarifa da C.N.E. não se pode manter ao nível actual. —

— b) A Companhia Nacional de Metais Preciosos foi autorizada a instalar, nas suas indústrias do concelho do Porto, a indústria de produção de ferro fundido para aproveitamento de minérios nacionais, e ainda de ligas ferro-manganez equipada com um forno eléctrico trifásico de 1.000 KVA e diverso equipamento de preparação. —

— c) A firma Louças de Pinheira ~~Ida~~ requereu a instalação de um forno eléctrico de 24 canais para o fabrico de azulejos e de 2 suflas eléctricas para decoração em substituição de dois fornos a lenha, na sua fábrica de cerâmica situada no lugar e freguesia de Voadas, concelho de Aveiro. —

— d) A União Fabril do Goto foi autorizada a aumentar a produção de amoníaco e de uréia na sua fábrica de Saradão em 500 toneladas diárias. —

— e) A Irmã - Sociedade de Representações de Material Eléctrico Fuglo-Alentejo requereu a instalação da indústria de fabrico de fases liquefeitas em Vitébal ou Porto. —

— f) Foi assinado um contrato para fornecimento de energia a uma fábrica de tecidos na Trofa para uma potência de 2.500 KVA e um consumo previsto de 12 milhões de KWh. —

— 10 - Instalações —

— a) O compensador síncrono do Freixo encontra-se avariado carecendo de uma grande reparação que só pode ser efectuada na respectiva fábrica na Suíça. —

— Depois do assunto ter sido cuidadosamente estudado pelos Serviços Técnicos

e em virtude da reparação ser muito dispendiosa, chegou-se à conclusão que a solução mais viável seria a montagem de uma bateria de condensadores estáticos em substituição do compensador a proceder à venda deste aparelho.

Neste sentido pediu-se uma proposta à Brown Boveri para a compra do compensador.

O Conselho concordou com esta orientação.

b) A subestação de Coima está actualmente abastecida por duas linhas a 60KV, uma com uma capacidade de 40 MVA e a outra com uma capacidade de 20 MVA.

Em virtude do natural crescimento dos consumos, aliado às exigências de segurança de continuidade da exploração, fez-se o problema da duplicação da linha.

Depois de estudado o assunto verificou-se que a hipótese mais favorável seria fazer a duplicação dos condutores, montagem de dois condutores por fase, cujo encargo seria de 2.700 contos ao passo que construindo uma nova linha o encargo seria de 4.000 contos.

O Conselho concordou com este modo de ver.

c) Foi publicado o decreto n.º 46.847 sujeitando às disposições do Regulamento de Regulação o estabelecimento e exploração de linhas eléctricas em alta tensão e de redes de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.

A Direcção fez notar a intervenção que as empresas, por intermédio do Fórum Nacional dos Industriais de Electricidade, tiveram na elaboração deste Regulamento, salientando a participação activa dos nossos Serviços Técnicos, promovendo por vezes reuniões com outras empresas e intervindo na realização de ensaios no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Considera-se que a aplicação deste Regulamento resultará algumas economias que se podem cifrar em cerca de 6% no custo da construção de linhas de alta tensão.

11 - Empresa Industrial do Freixo

O resultado de 1965 será negativo em virtude de termos sido obrigados a adquirir carbono à Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos por não ter havido produção suficiente e ainda por se ter debitado a exploração o encargo de financiamento da nova fábrica.

Seguidamente o Conselho ponderou a conveniência de se fazer uma alteração dos Estatutos da Empresa Industrial do Freixo, aumentando o número de administradores de cinco para seis.

12 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

a) Continua a haver uma grande procura do PVC no mercado estrangeiro. A firma inglesa Commercial Plastics está em negociações para o fornecimento de 2.000 toneladas de PVC, devendo o primeiro embarque de 1.000 toneladas ter lugar em Junho.

b) No mercado nacional está-se vendendo cerca de 50.0 toneladas por mês com perspectivas de aumento.

13 - Eléctrica Quicena

A Direcção informou o Conselho que tinha falecido o senhor Engenheiro Luís Guimarães, gerente da Eléctrica Quicena que durante o exercício

do seu cargo se dedique com grande entusiasmo a esta Sociedade.

Para preenchimento deste vago foi nomeado o Senhor Engenheiro José Pires.

14 - Prémio Nacional dos Industriais de Electricidade

a) O Prémio indicou os Senhores Engenheiro Manuel Carneiro Feraldes, Administrador da C.H.E.V.O.P. e Dr. Francisco Loures Figueira, Presidente do Conselho de Administração das Companhias Eléctricas do Alentejo e Algarve como vogais substitutos respectivamente dos Senhores Engenheiros Manuel Fialho (Grande Distribuição) e João Ferreira (Pequena Distribuição) no Conselho Superior de Electricidade.

b) O governo Português pediu à O.C.D.E. para estudar o problema relacionado com a estrutura da rede eléctrica portuguesa. Para esse fim deslocaram-se à Portugal dois representantes de Electricité de France a quem a O.C.D.E. pediu para se ocuparem do assunto, para colherem elementos locais e esclarecerem o objectivo em estudo.

c) No que diz respeito ao Contrato Colectivo de Trabalho realizaram-se reuniões informais das empresas, a fim de aceitar o clausulado, tendo-se chegado praticamente a um acordo inter empresas.

As pequenas divergências que subsistem serão resolvidas em Assembleia de A.P. Foram aceites alguns dos pedidos dos sindicatos e recusados outros; entre estes últimos refere-se especialmente a inclusão no Contrato Colectivo de cláusulas obrigando as empresas a pensões de reforma e de sobrevivência. Ficou apenas estabelecido o princípio de se estudar o problema.

Conhecida a pré-qualificação elaborada pelas empresas deverão agora realizar-se novas reuniões para aceitar o valor do ponto.

Embora não se saiba qual esse valor, pode contudo afirmar-se que a aplicação do Contrato Colectivo vai trazer fortes encargos para todas as empresas, dada a disparidade de remunerações existentes entre o pessoal administrativo e técnico e que pela qualificação de funções fica equiparado.

As empresas propõem aos sindicatos que o aumento proveniente da qualificação seja aplicado por escalões anuais de 1% no prazo máximo de 1º ano. Para a U.E.P. o aumento no primeiro ano seria de ordem dos 4.000 contos.

d) A Comissão de Tarifas, instituída há uns três anos, por deficiência de estrutura não realizou trabalho útil. Como se torna urgente o estudo tarifário, a Direcção do prémio entende conveniente alterar a constituição da Comissão e, nesses termos, aprovou o novo regulamento que já entrou em vigor e pelo qual todas as empresas vão intervir no estudo a realizar.

15 - Companhias Eléctricas do Alentejo e Algarve

Apresentaram-se os seguintes elementos relativos ao exercício de 1965:

	1964	1965	Total	%
Energia vendida (kWh)	46.942.368	55.658.830	8.716.462	18,6

Investimentos (contos)	164.422	144.240	9.128	4,9
Redes A.T. (km)	1.144	1.289	145	9,8
Energia vendida por km (kWh/km)	40.000	43.200	3.200	8
Número de clientes BT	15.152	16.344	1.192	8
Resultados de Exercício (contos)	1.446	4.800	3.354	
Capital (contos)	40.000	40.000	-	
Emprestimo (contos)	89.364	86.394	-2.964	
Reindefrações e participações	47.294	48.440	+1.146	23,4
Perceção sem Reint. Louf. (%)	29,4	33,4		

Tem-se notado que o resultado positivo de 4.800 contos se destina numa parte a amortizar parcialmente os prejuízos acumulados provenientes de exercícios anteriores e que totalizam cerca de 6.000 contos e, outra parte, a amortizar títulos em carteira, constituídos por ações da União Eléctrica do Sul, adquiridos por valor acima do nominal.

A empresa desenvolve-se mais rapidamente do que o previsto quando da sua constituição, e é natural que em 1966 se amortizem integralmente os prejuízos acumulados e comecem a aparecer resultados cuja aplicação será oportunamente definida.

16. Pessoal

a) A Direcção informou o Conselho que o Senhor Dr. António Tavares Júnior, chefe dos Serviços Administrativos tinha sido afeiçoado com o grau de conselheiro de Ordem de Instrução Pública.

Por proposta do Senhor Presidente o Conselho resolveu manifestar ao Senhor Dr. Tavares Júnior a sua conflatulação por este facto.

b) A Direcção comunicou ao Conselho que na véspera do falecimento do Senhor Henri Perron, ao serviço da empresa há 33. anos, a qual tinha prestado uma inestimável colaboração com grande espírito de dedicação e competência, como chefe dos Serviços de Exploração.

c) Por proposta da Direcção o Conselho aprovou com início em 1 de Janeiro do corrente ano a promoção a chefe do Serviço de Contratos do Senhor Engenheiro José Vasques e Vasques, para preenchimento da vaga aberta pelo falecimento do Senhor Engenheiro Luís Guimarães, com o vencimento mensal líquido de 14.000,00 e autorizou a promoção do Engenheiro que vier a ocupar o lugar anteriormente exercido pelo Engenheiro Vasques e Vasques.

d) Por proposta da Direcção e conforme critérios que têm sido adoptados foram concedidas às viúvas dos Senhores Henri Perron e Engenheiro Luís Guimarães as pensões de 32% dos vencimentos que tinham respectivamente à data de sua reforma e do seu falecimento.

e) A Direcção refere que as recentes promoções a chefes de Serviço de alguns engenheiros para as vagas abertas, tinham originado um certo problema de desequilíbrio com outros chefes igualmente antigos e competentes e para os quais não existem vagas para promoção.

Como esta situação cria um certo mal estar e é na verdade injusta, a Direcção solicitou autorização para procurar solução para estes

casos, segundo fórmula a propor oportunamente.

O Conselho concordou inteiramente com esta orientação, aprovando o fimcípio geral de revisão proposta.

f) O Conselho aprovou a proposta da Direcção para a concessão de uma licença ilimitada ao agente técnico de engenharia, Sr. Virgílio Nunes Bento, chefe do Centro de Hleacar do IEF que, por razões de ordem particular, se viu obrigado a afastar-se do serviço por dois anos.

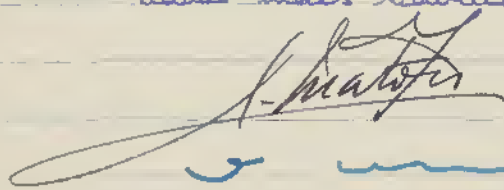
g) A Direcção pediu autorização ao Conselho para admitir um funcionário para a subdivisão de contabilidade da Direcção com o curso médio do comércio, de forma a estar perfeitamente integrado nos processos modernos contabilísticos e poder substituir em devido tempo o actual chefe de subdivisão.

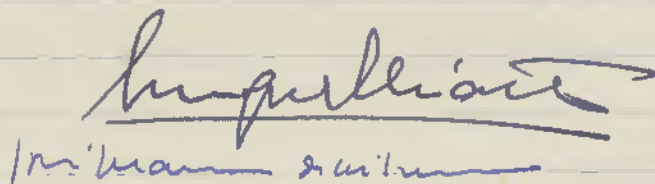
O Conselho aprovou esta admissão.

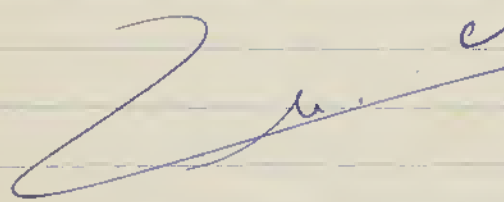
h) O Conselho autorizou que fossem concedidos os subsídios de 2.500.000 aos alunos finalistas dos cursos de electricidade. Tanto da Faculdade de Engenharia do Porto como do Instituto Superior Técnico para a realização de viagens de formação.

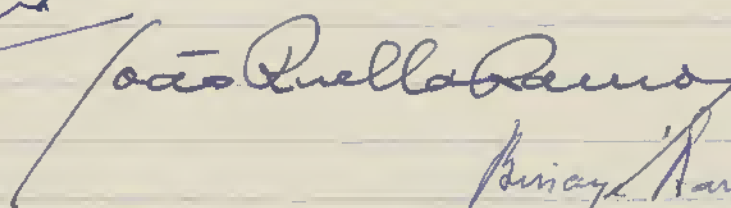
i) Por proposta da Direcção o Conselho autorizou a realização de estágios nas nossas instalações de estudantes estrangeiros cujos pedidos sejam formulados pela IAESTE - International Association for the Exchange of Students for Technical Experience e pela AIESEC - Association International des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales.

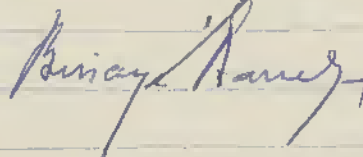
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

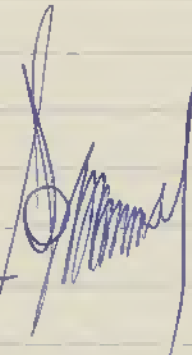



António Matoso




João Quella Reis


António Matoso



No dia 21 de Março de 1966, pelas 12 horas, reuniu-se no Porto o Conselho de Administração da União Eléctrica Portuguesa sob a presidência do Senhor Presidente José Francisco Borja Matoso, com a presença dos senhores que assinam este acta e dos seguintes Senhores Engenheiros Luísa Fialho e Paulo de Barros.

Antes da Ordem do Dia

Por proposta do Senhor Presidente ficou acordado em acta um voto de sentido pesar pelo falecimento do filho do Senhor Professor Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto.

O Senhor Dr. Sousa Pinto agradeceu.

Finalmente por proposta do Senhor Presidente ficou consignado em acta um voto de congratulação pela nomeação do Senhor J. José Luís.

de Dniel para Presidente do Forum Agrario Europeu.

O Senhor Engenheiro Manuel Fialho tomou a palavra e dirigindo-se ao Senhor Presidente agradeceu em seu nome e em nome do Senhor Engenheiro Paulo de Barros as palavras de apoio proferidas na Assembleia Geral e reafirmou o propósito e desejo de continuarem a prestar a empresa a melhor colaboração.

Finalmente o Senhor Presidente deu conhecimento ao Conselho da carta recebida do Senhor Dr. Antonio Tavares Junior, chefe dos Servicos Administrativos, manifestando o seu agradecimento pelas palavras que o Conselho lhe dirigiu por ter sido agraciado com o grau de condecorador da Ordem da Instrução Publica.

Finalmente o Senhor Engenheiro deu conhecimento ao Conselho de uma carta recebida de um obrifacionista pedindo para os obrifacionistas terem os mesmos direitos dos accionistas no que se refere a futuras ampliações de capital.

Ficou decidido responder que os Estatutos não preveem esse tratamento.

Ordem do Dia

1 - Acta da Sessão Anterior - Foi aprovada a acta de sessão anterior.

2 - Informações Diversas

a) A Celulose Billerud foi autorizada a ampliar o seu capital de 280.000.000\$00 para 364.000.000\$00.

b) A Sociedade Ligneiros do Litoral foi autorizada a ampliar o seu capital de 30.000.000\$00 para 60.000.000\$00.

c) A Sociedade Grubau - Indústrias de Papel da Alenteira realizou uma ampliação de capital de 45.000.000\$00 para 60.000.000\$00.

d) A Lotesi - Confabris de Texteis Sintéticos foi autorizada a emitir 40.000 accções representativas do capital com que se vai constituir.

e) A Sociedade Fabril de Tintas de Construção, Tintex, foi autorizada a elevar o seu capital de 1.000.000\$00 para 20.000.000\$00.

f) A Celvite - Celulose do Litoral foi autorizada a emitir 25.000 accções representativas do capital com que se vai constituir.

g) A Louaf foi autorizada a elevar o seu capital de 100.000.000\$00 para 200.000.000\$00.

3 - Produção e Venda de Energias no mês de Fevereiro

Foram presentes ao Conselho os dados estatísticos relativos à produção, emissão e venda de energias no litoral, no Sul e na totalidade.

4 - Situação financeira

a) As disponibilidades em Caixa atingem cerca de 25.000 contos mas os compromissos a curto prazo são da ordem dos 40.000 contos sem contar com o dividendo, e admitindo que até ao fim do mês se tenha de liquidar a contribuição industrial.

A gerência entende que convirá pagar ao Banco de Portugal o acciso relativo ao pagamento da energia da C.N.E. procurando seguidamente fazer novo desconto relativo às facturas que se vencem no mês de Março, considerando que a taxa do Banco de Portugal é extremamente

de favorável.

— A sequência das conversas havidas com o Banco Pinto & Sotto Mayor está tudo preparado para emitir umas livranças no princípio de Abril no caso de tal ser necessário.

— O Conselho concordou com esta orientação.

— b) Já foi autorizada a ampliação de capital e espera-se a todo o momento a publicação da portaria.

— Para evitar incómodos dos accionistas e desembolsos para pagamento da dividenda o Conselho deliberou que as duas operações fossem simultâneas.

— Foi fixado para o efeito a data de 18 de Abril.

— c) J. Fernandes lembrou ao Conselho a operação feita com os laboratórios Vitoria quando da última emissão de obrigações pela qual esta empresa tinha adquirido 2.500 obrigações na condição de V.E.P. as readquirir quando laboratórios Vitoria assim desejassem.

— Esta operação foi realizada, de forma que existam actualmente em carteira 2.160 obrigações ao preço de 966.00, visto ter-se destinado o juro destes títulos para amortização do seu valor.

— J. Fernandes propoz que se proceda à sua venda, procurando atingir valor não inferior a 942.00.

— O Conselho aprovou esta proposta.

5 - Contribuições e Impostos

a) J. Fernandes informou o Conselho terem sido aceites pela Direcção geral das Contribuições e Impostos os critérios sustentados pela V.E.P. de se considerarem como despesas a amortização da situação passiva relativa às entradas técnicas em desamortização e as gratificações distribuídas ao pessoal por conta de resultados.

— Quanto à primeira rubrica deverá ela ser amortizada à razão de 100 contos por ano.

— J. Fernandes fez notar que a acitação destes critérios se traduzia por uma substancial redução na contribuição industrial.

— b) J. Fernandes informou o Conselho terem sido publicadas, pelo Ministério das Finanças, umas portarias fixando as taxas de reimpresão.

— O fimcípio está correcto mas a aplicação da portaria vem trazer graves complicações administrativas por exigir a reimpresão de unidade por unidade, isto é, dever calcular-se a taxa relativa a cada linha, a cada subestação, etc., o que exige um inventário descriminado.

— Este assunto encontra-se em estudo, devendo ser exposto ao fovermo a dificuldade que acarreta, sem trazer qualquer vantagem apreciável.

6 - Contratos e Clientes

a) J. Fernandes lembrou ao Conselho que a actual tarifa de venda da C.N.E. foi fixada apenas para o biénio 1964/65, estando por consequência a proceder-se a uma liquidação provisória das facturas desde

1 de Janeiro de 1966.

— Por informações particulares obtidas sabe-se que deve sair brevemente um decreto-lei dando poderes ao Secretário do Estado da Indústria para fixar a nova tarifa da C.N.E., constando que o estudo feito pela Direcção geral dos Serviços Eléctricos conduziu a uma elevação da ordem dos 203 por kWh.

— Em relação a 1965 isso traduz-se para a U.E.P. num aumento de encargo da ordem dos 24.000 contos, incómodo para a economia da empresa.

— Guarda-se a publicação do decreto-lei.

— b) Nos termos do despacho que fixou a tarifa da C.N.E. para 1964/1965 fez transmitir à Câmara Municipal do Porto o excedente de preço sobre a tarifa anterior, tal como a C.N.E. fornece com as empresas distribuidoras e com a própria Câmara do Porto.

— A Câmara Municipal do Porto entende porém não dever pagar esse excedente, considerando que o despacho só se aplica à tarifa da C.N.E.

— O assunto encontra-se em discussão, afirmando-se desde já não haver qualquer critério de justiça em pagar a preços diferentes às duas empresas que fazem o fornecimento em conjunto.

— Em conferência havida com o Presidente da Câmara Municipal do Porto fez-se notar a injustiça da decisão da Câmara e as consequências que poderão advir para a Câmara se a U.E.P. se desinteressar do fornecimento, pois isso forçará a Câmara a ter de pagar as linhas a 60 KV feitas pela U.E.P. para fornecer energia ao Porto.

— O Director geral dos Serviços Eléctricos abordado sobre este assunto esclarece com que em seu entender o despacho dizia, na verdade, unicamente respeito à C.N.E. Contudo, a U.E.P. tinha incontestavelmente razão da ordem moral, pelo menos, e se tivesse de informar uma exposição sobre o assunto não deixaria de afirmar que seria justo deferir a pretensão da U.E.P.

— c) Em face desta próxima subida de tarifa da C.N.E. está-se introduzindo em todos os contratos uma cláusula pela qual a tarifa de venda se adapte à tarifa de aquisição à C.N.E.

7 - Instalações

— a) Em virtude do serviço à zona do Pinhal novo estar a ser muito deficiente, dada a distância existente entre a rede e a subestação de Aguião e a tensão de abastecimento ser apenas de 6 KV foi decidido construir uma subestação provisória 30.000/6.000 V em terreno cedido graciosamente por um cliente nosso e isto enquanto não se resolver em definitivo a futura localização da subestação 60/30/6 KV, agora situada na Caldeaferrã.

— A despesa está prevista em 400.000.000.

— O Conselho sancionou esta decisão.

— b) Em virtude de se tornar urgente e indispensável a ampliação dos escritórios da sede e dado que a compra do terreno para a qual o Conselho já tinha dado a necessária autorização atingir uma verba muito elevada, a Direcção propôs que fosse afluviado o terreno junto às instalações da U.E.P., e já de sua propriedade, para ampliação imediata dos escritórios.

8 - Mecanização de Serviços

a) A necessidade de coordenação de vários serviços de forma a se conseguirem em determinadas datas elementos completos que permitam fornecer as informações pedidas pelas entidades superiores, além da obtenção dum melhor rendimento de determinados serviços da sociedade, levou ao estudo da centralização na central mecanográfica do Porto de alguns dos trabalhos administrativos que estavam sendo efectuados separadamente no Porto e em Almada. Espera-se conseguir apreciável economia com a solução estudada, embora venha a ser necessário a ampliação do equipamento existente naquela central mecanográfica.

b) Não se pode saber desde já se se justifica a centralização na instalação mecanográfica do local da facturação de baixa tensão. Na verdade, este problema tem implicações difíceis, dado que obriga a um permanente contacto com os serviços locais para esclarecer dúvidas e rectificar erros e é possível que convenga ficar em Almada.

Nestas condições é indispensável estudar a possibilidade de instalar em Almada um centro mecanográfico para várias empresas, e nesse sentido está-se procedendo a um estudo com a Hidro Eléctrica Alto Alentejo, a Companhia Eléctrica do Alentejo e Alentejo e Alentejo, a Aliança Eléctrica do Sul e a Sociedade Industrial do Bonfim.

Em 31 de Dezembro de 1965 as cinco empresas tinham 126.442 clientes e para este volume de facturação já é rendável uma instalação mecanográfica de bom nível.

Pensa-se trabalhar na central mecanográfica de Almada com uma rede da Hidro Eléctrica Alto Alentejo e uma outra da Companhia Eléctrica do Alentejo e Alentejo para se colharem elementos mais seguros de apreciação, a fim de se tomar em tempo oportuno uma deliberação. Acresce que a Ponte sobre o Tejo, a inaugurar brevemente, irá facilitar o acesso à margem Sul e será um elemento mais a ter em conta no estudo da eventual centralização.

9 - Fórum Nacional dos Industriais de Electricidade

a) Está-se a estudar o problema da eventual instalação de um laboratório electrotécnico da indústria para execução de ensaios de recepção e marcas de qualidade e mais tarde investigação.

Para o efeito, foi nomeada uma comissão que deve proceder a um inventário das necessidades da indústria e das possibilidades dos laboratórios existentes, nomeadamente o da Companhia Nacional de Electricidade e da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, a fim de coordenar qualquer novo laboratório a instalar com estes existentes.

b) Ao mesmo tempo no seio da comissão interministerial de planeamento e integração económica criou-se um sub grupo de trabalho de investigação electrotécnica na qual participe o fórum e que procurará definir o problema da investigação no âmbito geral de todas as in-

distintas interessadas.

— c) criou-se uma comissão para o estudo da normalização das estruturas metálicas para linhas aéreas considerando que a utilização por todas as empresas de estruturas idênticas permitiria obter muito melhores preços e extremas facilidades na construção.

— d) A Comissão de Tarifas foi remodelada, dado que a sua estrutura era deficiente e convinha adaptá-la às necessidades de resolução do problema que se torna hoje urgente.

— Nessas condições criou-se uma estrutura inteiramente nova sendo o senhor Engenheiro Paulo de Barros sido nomeado presidente do Plenário da Comissão.

— Está desde já a trabalhar e começou-se a estudar o problema do custo de produção na base de relatórios elaborados pelos Serviços Técnicos.

— e) A Comissão do Plano de Fomento deverá ser também remodelada para adaptar as suas estruturas à necessidade de preparar um programa para o novo Plano de Fomento, assegurando-se uma colaboração com o R.N.C.

— O assunto encontra-se actualmente em estudo mas de qualquer forma prosseguem os trabalhos de planeamento de novos centros produtores.

10 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

— Tem continuado em muito bom ritmo o desenvolvimento do mercado nacional de PVC. No ano de 1965 venderam-se em Portugal cerca de 7.700 Ton, sendo de esperar no corrente ano aquela venda atingir cerca de 6.000 Ton.

— Fecharam-se alguns contratos com firmas inglesas, já se tendo iniciado a exportação, que se espera atinja este ano 2.000 Ton.

— Presentemente estão contratadas para exportação 810 Ton e em negociação cerca de 650 Ton.

— Continua a montagem do novo equipamento destinado à expansão da produção, sendo de esperar que a partir de 1 de Maio próximo se possa atingir a produção mensal de 700 Ton.

11 - Empresa Industrial do Freixo

— Alguns dos senhores Administradores tiveram oportunidade de visitar a fábrica de Lajes da E.I.F. e verificar que está completamente montada, realizando-se presentemente ensaios com o forno de caf. Afunda-se a vinda dos especialistas nomeados para se iniciarem os ensaios com o forno de carvão, o que certamente só se conseguirá após a próxima semana da Páscoa.

— Previsto para breve o início da produção desta nova fábrica, deu-se início ao estudo das possibilidades da exportação de carvão, de maneira a se poder colocar toda a produção da fábrica, que por questões económicas, convém seja a mais elevada possível.

12 - Pessoal

— O contrato colectivo de Trabalho encontra-se ainda demorado e não se pode prever quando se poderá à sua assinatura, dado que não está ainda definido o valor do ponto e nem sequer se estabeleceram um acordo geral das empresas sobre todo o cláusulado, havendo se fundamente

ainda de discutir o problema com os sindicatos.

— Nessas condições, e como a pressão social é muito forte e seguindo o exemplo de outras empresas toma-se necessário proceder a uma revisão de vencimentos e salários do pessoal, tomando como base o contrato colectivo, com efeito a partir do dia 1 de Abril. É natural que resultem aumentos sensíveis para o pessoal técnico mas nesse caso e como aliás está previsto também no contrato colectivo, esses aumentos seriam aplicados por escalões a definir oportunamente.

— J. Ferreira fez notar que resultará certamente um aprofundamento salarial dos encargos da empresa mas não parece possível diferir por mais tempo esta revisão de remunerações.

— O Conselho concordou com esta orientação.

— Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

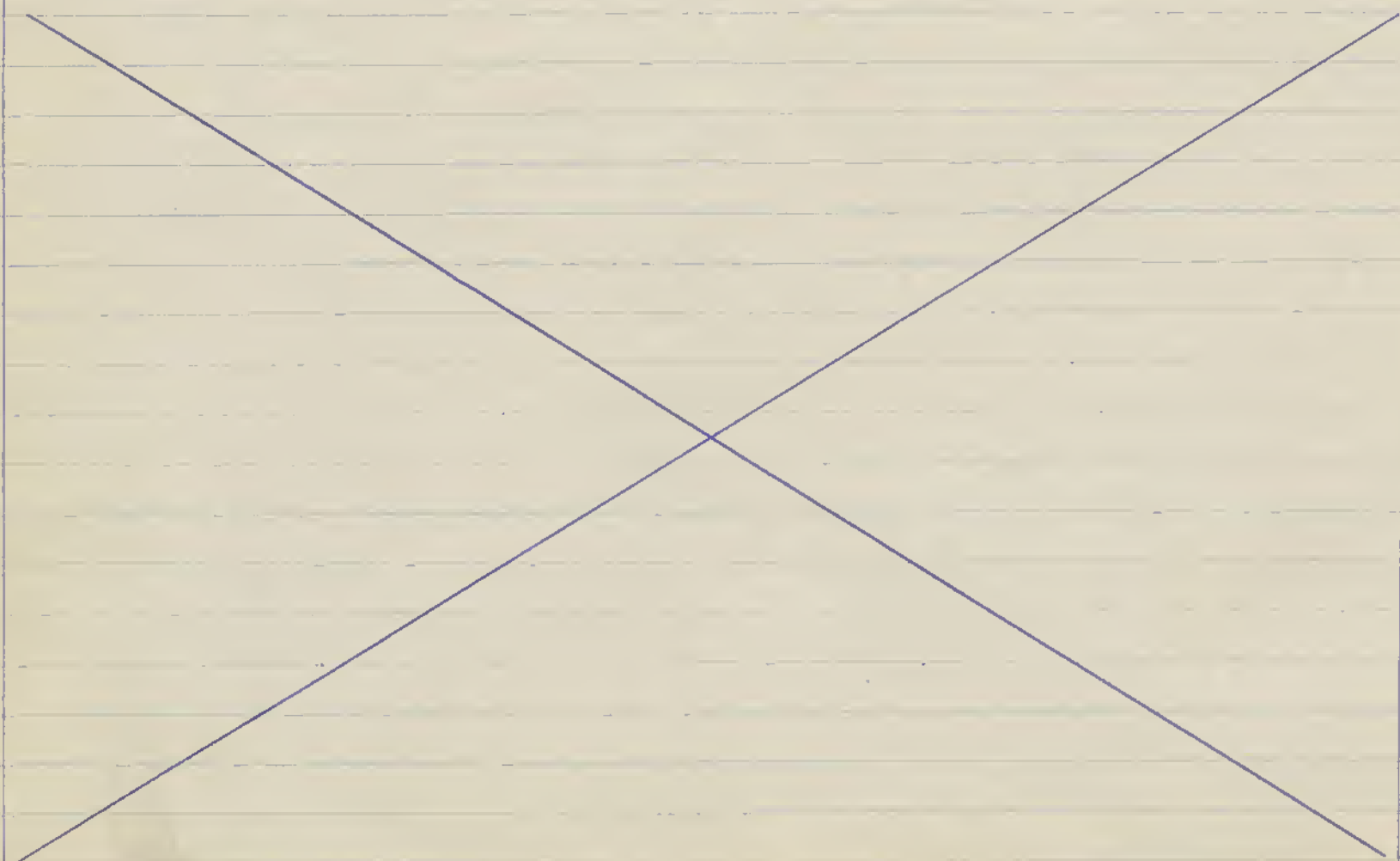
J. Matos

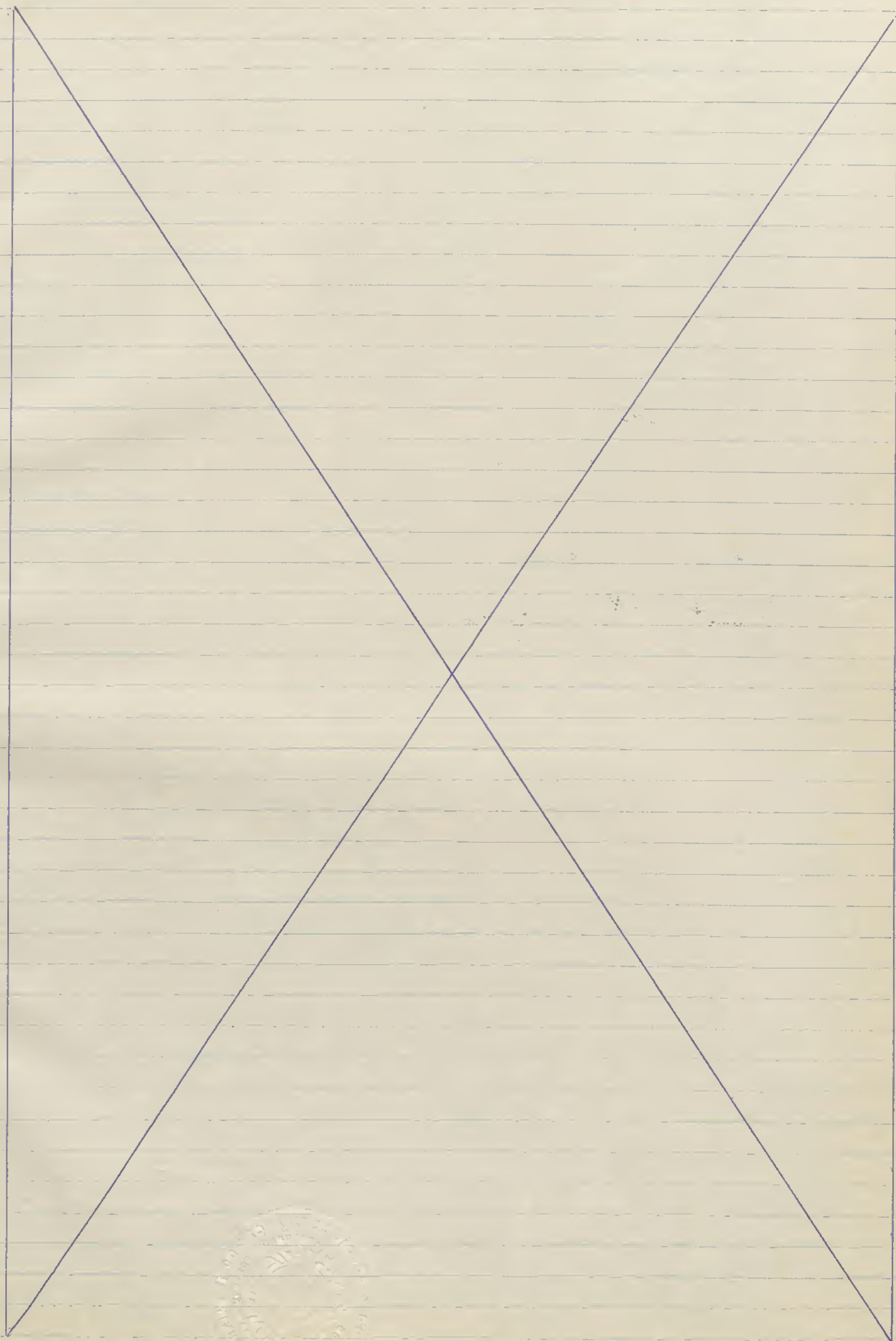
In unum & in unum

João Pella e Silva
Impressão

Benigno Rangel

20.11.50





O effeito here, selado em folha for-
reem de 1952, a presentiva de um folheto
e part. de um livro em branco.

3052
Nº 3052 HAVIA A QUANTIA de 1000
for. e um folheto de 50 folhas de
part. de um livro em branco
EM 03 FEV 1984
QUE FICA REGISTRADA NO LIVRO COMPETENTE
SECÇÃO DE FINANÇAS DE 19 BAIRRO
O CHEFE DA SECÇÃO
TEC. DE FINANÇAS DE 19 BAIRRO
-3 FEV 1984
BAIRRO FISCAL - PORTO



